



OAB 46

Prova Comentada

APRESENTAÇÃO

Olá, futuro Advogado(a), tudo certo?!

Em 03/05/2026, foi aplicada a prova da primeira fase do **46º Exame da Ordem dos Advogados do Brasil**. Assim que encerrada, nosso time de professores elaborou o gabarito extraoficial e analisou o gabarito oficial da FGV, os quais serão apresentados juntamente com a nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 1 questão passível de recurso e/ou que deve ser anulada, por apresentar duas alternativas corretas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se da questão 69.

De modo complementar, elaboramos também um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, observarem os comentários, e comentarem as questões da prova:

<https://oab.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/fbce21ba-2766-4a63-b8f0-dfae945863e5>

Por fim, vocês poderão acompanhar os eventos e cursos para a fase discursiva, bem como outras novidades envolvendo o Exame de Ordem no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!

 [Estratégia OAB - YouTube](#)

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Vinicius Militão,

Coordenador do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA -

46º EXAME DE ORDEM

QUESTÃO 01. Frederico, advogado, após alcançar grande sucesso na advocacia, decidiu se dedicar também à construção civil, passando a atuar simultaneamente nas duas áreas. Diante da afinidade temática entre o Direito Imobiliário e o setor de construção civil, Frederico teve a ideia de unir ambas as atividades em um único escritório, oferecendo aos clientes consultoria jurídica e serviços de incorporação imobiliária. Para divulgar o seu novo empreendimento, contratou um escritório de marketing, que produziu uma campanha publicitária conjunta, ressaltando seus trabalhos como advogado e como empreendedor da construção civil. Sobre o fato narrado, com base no Estatuto da OAB, assinale a afirmativa correta.

a) É possível a divulgação conjunta, desde que respeitados o decoro e a dignidade da advocacia, cabendo ao Tribunal de Ética e Disciplina da OAB avaliar a adequação da publicidade.

b) É permitida a divulgação conjunta apenas quando a outra atividade também for regulamentada por entidade de classe, hipótese em que a OAB poderá celebrar o convênio para a publicidade cruzada.

c) É vedada a divulgação conjunta de advocacia com outra atividade, ainda que exercida pela mesma pessoa e que haja afinidade entre os ramos, como ocorre entre a advocacia imobiliária e a construção civil.

d) Em regra, não é possível divulgar a advocacia em conjunto com outra atividade, mas nesse caso seria permitido, pois as atividades são exercidas por uma mesma pessoa e possuem afinidade temática, inexistindo conflito ético.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (Lei 8.906/94), mais precisamente sobre a Atividade da Advocacia.

A alternativa C está correta. De acordo com o art. 1º, § 3º, do EAOAB, é vedada a divulgação de advocacia em conjunto com outra atividade. Nesse sentido, no caso narrado pelo enunciado, o advogado não poderá realizar a divulgação conjunta de advocacia com outra atividade, ainda que exercida pela mesma pessoa e que haja afinidade entre os ramos, como ocorre entre a advocacia imobiliária e a construção civil. Observe que a lei não traz qualquer tipo de ressalva ou exceção, *vejamos*:

“Art. 1º. (...) § 3º É vedada a divulgação de advocacia em conjunto com outra atividade.”

Devido ao fundamento da letra C, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas, pois falam na possibilidade de divulgação conjunta.

QUESTÃO 02. Alfredo é graduado em Direito pela Universidade Beta, mas não foi aprovado no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Durante a graduação, Alfredo não teve a oportunidade de estagiar em um escritório de advocacia. Recentemente, após já estar formado, surgiu a oportunidade de estagiar em um escritório credenciado pelo Conselho Seccional da OAB. Ele deseja saber se pode participar do estágio profissional de advocacia mesmo após a conclusão de seu curso e se seria possível inscrever-se no quadro de estagiários da OAB. Sobre a hipótese, com base no disposto no Art. 9º do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

a) Alfredo não pode participar de estágio de advocacia, pois o estágio só é permitido para estudantes de Direito que ainda estejam cursando os últimos anos do curso jurídico.

b) Alfredo pode se inscrever no quadro de estagiários da OAB, mas somente se concluir o estágio profissional em uma instituição de ensino superior, e não em escritório credenciado pelo Conselho Seccional da OAB.

c) Alfredo pode participar do estágio profissional de advocacia e inscrever-se como estagiário da OAB, mesmo após a conclusão do curso, desde que o estágio seja realizado em escritório credenciado pela OAB.

d) Alfredo pode participar do estágio profissional, mas não poderá inscrever-se no quadro de estagiários da OAB, pois já concluiu a graduação em Direito e apenas alunos ainda cursando o ensino jurídico podem obter essa inscrição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (Lei 8.906/94), mais precisamente sobre a Inscrição.

A alternativa C está correta. Inicialmente, menciona-se que, para a inscrição como estagiário, é necessário cumprir os requisitos do art. 9º, incisos I e II, do EAOAB, vejamos:

“Art. 9º Para inscrição como estagiário é necessário: I - preencher os requisitos mencionados nos incisos I, III, V, VI e VII do art. 8º; II - ter sido admitido em estágio profissional de advocacia.”

Ademais, ressalta-se que o estágio deve ser cumprido em escritórios credenciados pela OAB, conforme § 1º do art. 9º, EAOAB:

“§ 1º O estágio profissional de advocacia, com duração de dois anos, realizado nos últimos anos do curso jurídico, pode ser mantido pelas respectivas instituições de ensino superior pelos Conselhos da OAB, ou por setores, órgãos jurídicos e escritórios de advocacia credenciados pela OAB, sendo obrigatório o estudo deste Estatuto e do Código de Ética e Disciplina.”

Por fim, o EAOAB determina que o estágio pode, sim, ser cumprido por bacharel em direito (ou seja, pessoa já formada), que queira se inscrever na Ordem. É o texto do § 4º do art. 9º, a seguir:

“§ 4º O estágio profissional poderá ser cumprido por bacharel em Direito que queira se inscrever na Ordem.”

Devido ao fundamento da letra C, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 03. Abelardo é contratado para representar o milionário Everardo em uma causa cível de importante vulto. Ficou combinado que, em caso de êxito, Abelardo fará jus a uma joia de elevadíssimo valor, a título de honorários. Sucede que, depois de ganhar a causa, Everardo sofreu revés na justiça criminal, quando uma decisão judicial determinou o bloqueio de todo o seu patrimônio pela suspeita de crimes financeiros. Nesse caso, à luz do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e do Código de Ética e Disciplina, assinale a afirmativa correta.

a) Abelardo poderá requerer ao Juiz Criminal o desbloqueio de até 20% dos bens de Everardo para o pagamento de seus honorários e dos demais custos com a defesa.

b) Abelardo poderá, diante do bloqueio, participar dos bens particulares de Everardo, de forma excepcional, considerada a impossibilidade de pagamento por outro meio, ainda que tal forma de pagamento não tenha sido pactuada.

c) A cláusula de honorários de êxito ou quota litis não é vedada, mas deve necessariamente ser expressa em pecúnia, de modo que, prevendo-se a entrega de uma joia, constata-se a nulidade que determina que Abelardo só fará jus aos honorários de sucumbência, se houver.

d) A cláusula de honorários de êxito ou quota litis é vedada, de sorte que será necessário proceder ao arbitramento dos honorários de Abelardo, em remuneração compatível com o trabalho e o valor econômico da questão, observado obrigatoriamente o disposto no Art. 85 do Código de Processo Civil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (Lei 8.906/94), mais precisamente sobre os Honorários Advocatícios.

A alternativa A está correta. De acordo com o art. 24-A, do EAOAB:

“Art. 24-A. No caso de bloqueio universal do patrimônio do cliente por decisão judicial, garantir-se-á ao advogado a liberação de até 20% (vinte por cento) dos bens bloqueados para fins de recebimento de honorários e reembolso de gastos com a defesa, ressalvadas as causas relacionadas aos crimes previstos na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), e observado o disposto no parágrafo único do art. 243 da Constituição Federal.”

A alternativa B está incorreta. Houve, sim, a pactuação entre as partes, o que torna válido o combinado de participação em bens.

A alternativa C está incorreta. A cláusula quota litis é permitida e deve ser expressa em pecúnia, mas o advogado não faz jus apenas aos honorários de sucumbência, tendo direito tanto aos honorários contratuais, como aos sucumbenciais. De acordo com o art. 38 do Código de Ética da OAB:

“Art. 38. Na hipótese da adoção de cláusula quota litis, os honorários devem ser necessariamente representados por pecúnia e, quando acrescidos dos honorários da sucumbência, não podem ser superiores às vantagens advindas em favor do constituinte ou do cliente.”

A alternativa D está incorreta. A cláusula quota litis é autorizada, vide comentário da alternativa C.

QUESTÃO 04. O advogado Toledo atua na defesa de Tício, investigado por crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. Durante as investigações, o próprio Toledo passou a ser investigado por suposta participação em atos ilícitos praticados por seu cliente. Em troca de benefícios penais, o Ministério Público ofereceu a possibilidade de firmar acordo de colaboração premiada ao advogado, desde que ele fornecesse informações sobre Tício e outros envolvidos. Com base no Estatuto da OAB, assinale a afirmativa correta.

a) O advogado pode colaborar contra seu cliente se a colaboração resultar apenas em redução de pena, sendo vedada a extinção total da punibilidade em razão de delação premiada.

b) O advogado não pode celebrar colaboração premiada contra o cliente atual, mas poderá fazê-lo em relação a um ex-cliente, desde que não mais exista vínculo profissional formal entre ambos.

c) O advogado poderá firmar colaboração premiada em face de seu cliente, desde que o acordo seja autorizado judicialmente, hipótese em que ficará isento de punição administrativa perante o Tribunal de Ética e Disciplina.

d) O advogado não pode efetuar colaboração premiada contra quem seja ou tenha sido seu cliente, e a inobservância dessa regra poderá acarretar processo disciplinar com aplicação de uma sanção de exclusão dos quadros da OAB, sem prejuízo da responsabilização penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (Lei 8.906/94), mais precisamente sobre os Direitos do Advogado.

A alternativa D está correta. De fato, o advogado não pode efetuar colaboração premiada contra quem seja ou tenha sido seu cliente, sob pena de sofrer processo disciplinar e aplicação da sanção de exclusão dos quadros da OAB. É o que determina o art. 7º, § 6º-I, do EAOAB, vejamos:

“§ 6º-I. É vedado ao advogado efetuar colaboração premiada contra quem seja ou tenha sido seu cliente, e a inobservância disso importará em processo disciplinar, que poderá culminar com a aplicação do disposto no inciso III do caput do art. 35 desta Lei, sem prejuízo das penas previstas no art. 154 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).”

A título de esclarecimento, vejamos o que determina o referido artigo 35, III, do EAOAB:

“Art. 35. As sanções disciplinares consistem em: III - exclusão;”

Devido ao fundamento da letra D, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas, pois falam na possibilidade de colaboração premiada contra cliente ou ex cliente.

QUESTÃO 05. Paloma, advogada gestante, compareceu ao Fórum da Comarca de Itaporanga, PB, para participar de uma audiência. Ao tentar estacionar no local, foi impedida de acessar a garagem sob a justificativa de que não havia vagas reservadas para gestantes. Além disso, foi obrigada a passar por um detector de metais, mesmo tendo informado de sua condição de gestante. Indignada, Paloma buscou esclarecer os seus direitos. Sobre a hipótese narrada, com base no Estatuto da OAB, assinale a afirmativa correta.

a) Paloma, por ser advogada gestante, tem o direito de não ser submetida a detectores de metais, mas o estacionamento exclusivo só é garantido em Tribunais e Fóruns Federais, não nos Fóruns Estaduais.

b) Os direitos de Paloma, como o de não ser submetida aos detectores de metais e à reserva de vagas, são aplicáveis apenas em Tribunais Superiores, e não se estendem a Fóruns de Comarcas Estaduais.

c) Paloma, por ser advogada gestante, tem o direito de entrar em Fóruns e Tribunais sem ser submetida a detectores de metais e tem direito à reserva de vagas nas garagens dos Fóruns dos Tribunais.

d) Paloma tem o direito de entrada no Fórum sem ser submetida a detectores de metais, mas o direito à reserva de vagas em garagens para gestantes é uma mera liberalidade do Tribunal e não é garantido por lei.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (Lei 8.906/94), mais precisamente sobre os Direitos do Advogado.

A alternativa A está incorreta. O Estatuto da Advocacia não faz diferenciação entre fóruns federais e estaduais. O direito de vaga reservada à advogada gestante vale em todos eles. Vide comentário da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. O Estatuto da Advocacia não faz tal diferenciação. Os direitos da advogada gestante são válidos em todos os tribunais ou fóruns, vide comentário da alternativa C.

A alternativa C está correta. De fato, a advogada gestante tem o direito de entrar em Fóruns e Tribunais sem ser submetida a detectores de metais e tem direito à reserva de vagas nas garagens dos Fóruns dos Tribunais. Na forma do art. 7º-A, I, “a” e “b”, do EAOAB:

“Art. 7º-A. São direitos da advogada: I – gestante: a) entrada em tribunais sem ser submetida a detectores de metais e aparelhos de raios X; b) reserva de vaga em garagens dos fóruns dos tribunais;”

A alternativa D está incorreta. Conforme já explicado na alternativa C, trata-se de um direito, e não de uma liberalidade dos tribunais.

QUESTÃO 06. Os advogados Eduardo e Diogo são sócios de uma sociedade profissional de advogados, cujos atos constitutivos foram devidamente registrados e aprovados pelo Conselho Seccional da OAB na base territorial em que está localizada a sua sede. No entanto, Eduardo foi contratado por Afonso para representá-lo em uma ação de alimentos movida por sua esposa Dalila, e Diogo foi contratado por Dalila para representá-la na mesma ação.

Os advogados desejam saber se podem continuar com essas representações, tendo em vista que são sócios da mesma sociedade de advogados. Sobre o caso narrado, com base no Art. 15 do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

a) Eduardo e Diogo não podem representar, em juízo, clientes com interesses opostos, por serem sócios da mesma sociedade de advogados.

b) Eduardo e Diogo podem representar Afonso e Dalila em juízo, desde que firmem compromisso por escrito de que não haverá conflito de interesse entre os dois advogados.

c) Eduardo e Diogo podem continuar com as respectivas representações de Afonso e Dalila, desde que informem previamente ao Juiz que ambos fazem parte da mesma sociedade.

d) Eduardo e Diogo podem continuar com as representações, desde que cada um atue de forma independente dentro da sociedade de advogados, contando com corpo auxiliar próprio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (Lei 8.906/94), mais precisamente sobre as Sociedades de Advogados.

A alternativa A está correta. O Estatuto da Advocacia determina, em seu artigo 15, § 6º, que advogados sócios de uma mesma sociedade profissional não podem representar em juízo clientes de interesses opostos. Logo, o caso narrado pelo enunciado, Eduardo e Diogo não podem representar, em juízo, clientes com interesses opostos. Vejamos:

“Art. 15. (...) § 6º Os advogados sócios de uma mesma sociedade profissional não podem representar em juízo clientes de interesses opostos.”

Devido ao fundamento da letra A, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 07. Danilo, procurador de carreira, foi nomeado Procurador-Geral de sua instituição. Antes de assumir a Procuradoria-Geral do Estado, ele patrocinava várias causas trabalhistas contra empresas privadas e causas tributárias. Agora, Danilo está em dúvida se poderá

continuar advogando nessas ações. Sobre a hipótese apresentada, com base nas disposições do Estatuto da OAB sobre incompatibilidades e impedimentos, assinale a afirmativa correta.

a) Danilo está impedido de atuar em causas trabalhistas e tributárias contra a Fazenda Pública que o remunera, mas pode continuar patrocinando as causas contra empresas privadas.

b) Danilo poderá continuar patrocinando suas causas trabalhistas e tributárias, pois o cargo de Procurador-Geral do Estado não gera incompatibilidade ou impedimento para advogar em questões privadas.

c) Danilo poderá continuar patrocinando as causas tributárias, mas não as trabalhistas, pois apenas as causas tributárias contra a Fazenda Pública estão abrangidas pelo impedimento previsto no Estatuto da OAB.

d) Danilo não poderá continuar patrocinando suas causas trabalhistas e tributárias, pois o cargo de Procurador-Geral do Estado obsta o exercício da advocacia desvinculado da função que exerce, durante o período da investidura.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (Lei 8.906/94), mais precisamente sobre as Incompatibilidades e Impedimentos.

A alternativa D está correta. De fato, no caso narrado pelo enunciado, Danilo não poderá continuar patrocinando suas causas trabalhistas e tributárias, pois o cargo de Procurador-Geral do Estado obsta o exercício da advocacia. De acordo com o art. 29, do EAOAB:

“Art. 29. Os Procuradores Gerais, Advogados Gerais, Defensores Gerais e dirigentes de órgãos jurídicos da Administração Pública direta, indireta e fundacional são exclusivamente legitimados para o exercício da advocacia vinculada à função que exerçam, durante o período da investidura.”

Devido ao fundamento da letra D, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas, pois falam na possibilidade de continuidade de patrocínio de causas.

QUESTÃO 08. Mateus, advogado regularmente inscrito na OAB, contratou Marcos, profissional da área de vendas, para abordar pessoas nas imediações da agência do Instituto Nacional do Seguro Social da sua cidade, visando à captação de causas previdenciárias. Foi acertado que Marcos teria participação nos honorários advocatícios das causas que conseguisse agenciar. Constatados os fatos, e após o devido processo administrativo disciplinar, o Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho Seccional competente aplicou a pena de censura a Mateus. Considerando o enunciado e o Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

a) Havendo circunstâncias atenuantes, será possível substituir a sanção de censura pela aplicação isolada de multa.

b) Transitada em julgado a decisão, a sanção aplicada a Mateus deverá constar dos seus assentamentos, dando-se ampla publicidade nos meios oficiais.

c) A gravidade da conduta infracional de Mateus não permite a conversão da pena de censura em advertência, ainda que verificada a ausência de punição disciplinar anterior.

d) A circunstância de Mateus exercer de modo assíduo e proficiente mandato em cargo ou qualquer órgão da OAB, caso comprovada, deverá ser considerada pelo Tribunal na aplicação da sanção disciplinar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (Lei 8.906/94), mais precisamente sobre as Infrações e Sanções Disciplinares.

A alternativa A está incorreta. Havendo atenuantes, a pena de censura pode ser convertida em advertência, e não em multa, conforme art. 36, parágrafo único, do EAOAB, vide comentário da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. A censura não pode ser objeto de publicidade, conforme art. 35, parágrafo único, do EAOAB. Vejamos:

“Art. 35. (...) Parágrafo único. As sanções devem constar dos assentamentos do inscrito, após o trânsito em julgado da decisão, não podendo ser objeto de publicidade a de censura.”

A alternativa C está incorreta. Caso haja atenuante, a exemplo da ausência de punição disciplinar anterior (art. 40, II, EAOAB), a censura poderá, sim, ser convertida em advertência. Na forma do art. 36, parágrafo único, c/c art. 40, II, do EAOAB:

“Art. 36. (...) Parágrafo único. A censura pode ser convertida em advertência, em ofício reservado, sem registro nos assentamentos do inscrito, quando presente circunstância atenuante.”

“Art. 40. Na aplicação das sanções disciplinares, são consideradas, para fins de atenuação, as seguintes circunstâncias, entre outras: II - ausência de punição disciplinar anterior;”

A alternativa D está correta. Tal condição é considerada para fins de atenuação. De acordo com o art. 40, III, do EAOAB:

“Art. 40. Na aplicação das sanções disciplinares, são consideradas, para fins de atenuação, as seguintes circunstâncias, entre outras: III - exercício assíduo e proficiente de mandato ou cargo em qualquer órgão da OAB;”

QUESTÃO 09. Em decisão histórica, o Supremo Tribunal Federal (STF) aplicou a lei de greve do setor privado, Lei nº 7.783/1989, aos servidores públicos, pois, apesar de existir previsão constitucional expressa desse direito ao setor público, não havia lei que a regulamentasse, impedindo o seu exercício.

Ao verificar a ausência de norma e das razões de semelhança para aplicar a normativa já existente, assinale a opção que melhor explica a técnica utilizada pelo STF para justificar o seu julgamento.

a) Costumes.

b) Equidade.

c) Analogia.

d) Princípios Gerais de Direito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou sobre a técnica de integração do ordenamento jurídico utilizada pelo STF diante da ausência de norma regulamentadora do direito de greve dos servidores públicos. Nessa situação, a Corte aplicou, por semelhança, a Lei nº 7.783/1989 (lei de greve do setor privado), caracterizando o uso da analogia, que consiste em aplicar a um caso não previsto em lei a disciplina de um caso semelhante já regulamentado.

A alternativa A está incorreta, pois os costumes consistem em práticas reiteradas e aceitas como obrigatórias pela sociedade, sendo uma fonte subsidiária do Direito. No entanto, no caso concreto, o STF não se baseou em práticas sociais reiteradas, mas sim na aplicação de uma norma existente a uma situação semelhante. O fundamento legal para integração do ordenamento não prioriza o costume nesse caso específico, mas sim a analogia, conforme previsto no art. 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB):

“Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.”

A alternativa B está incorreta, pois a equidade consiste na aplicação do Direito com base em critérios de justiça do caso concreto, permitindo ao julgador flexibilizar a norma para alcançar uma solução mais justa. No entanto, não foi essa a técnica utilizada pelo STF, já que não houve adaptação subjetiva da norma, mas sim a aplicação objetiva de uma lei existente a uma situação semelhante.

A alternativa C está correta, pois a analogia é justamente a técnica de integração utilizada quando há lacuna normativa, permitindo aplicar a disciplina jurídica de um caso semelhante a outro não previsto. Foi exatamente o que fez o STF ao aplicar a Lei nº 7.783/1989 aos servidores públicos diante da ausência de regulamentação específica, com base na semelhança entre as situações.

A alternativa D está incorreta, pois os princípios gerais do Direito são diretrizes fundamentais que orientam a interpretação e aplicação das normas jurídicas, sendo utilizados quando não há norma nem possibilidade de analogia ou costume suficiente. No caso, entretanto, havia uma norma aplicável por semelhança (lei de greve do setor privado), o que afasta a necessidade de recorrer diretamente aos princípios gerais como técnica principal de integração.

QUESTÃO 10. Leia os fragmentos a seguir.

Sócrates estava sentado à porta de sua casa. Nesse momento, passa um homem correndo e atrás dele vem um grupo de soldados. Um dos soldados então grita: agarre esse sujeito, ele é um ladrão! Ao que responde Sócrates: que você entende por “ladrão”?

(...)

Questões zetéticas têm uma função especulativa explícita e são infinitas. Questões dogmáticas têm uma função diretiva explícita e são finitas. Nas primeiras, o problema tematizado é configurado como um ser (que é algo?). Nas segundas, a situação nelas captada configura-se como um dever-ser (como deve-ser algo?). Por isso, o enfoque zetético visa saber o que é uma coisa. Já o enfoque dogmático preocupa-se em possibilitar uma decisão e orientar a ação. (FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação.)

De acordo com a terminologia utilizada pelo Professor Tercio Sampaio Ferraz Junior, assinale a afirmativa correta.

- a) O enfoque dado por Sócrates pode ser considerado dogmático, pois coloca em dúvida o próprio conceito de ladrão utilizado pelo soldado.
- b) A acentuação da dúvida e do aspecto ontológico da conduta de Sócrates denotam uma característica típica das questões zetéticas.
- c) A utilização dos conceitos de roubo e furto previstos no Código Penal para descaracterizar a imputação de um homem correndo como sendo um ladrão é tipicamente zetética.
- d) O enfoque zetético deve ceder espaço para a função dogmática, pois o Direito no mundo atual exige decisões técnicas, tornando contraproducente especulações ontológicas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou sobre a distinção entre enfoque zetético e enfoque dogmático na teoria do Direito, conforme exposto por Tercio Sampaio Ferraz Junior na obra *Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação*. Segundo o autor: “Questões zetéticas têm uma função especulativa explícita e são infinitas [...] o enfoque zetético visa saber o que é uma coisa.” Já as questões dogmáticas têm função diretiva, voltadas à decisão e à ação. No exemplo apresentado, Sócrates questiona o conceito de “ladrão”, evidenciando uma investigação sobre a essência do termo, o que caracteriza o enfoque zetético.

A alternativa A está incorreta, pois afirma que o enfoque de Sócrates seria dogmático. No entanto, ao perguntar “que você entende por ‘ladrão’?”, Sócrates não está buscando uma decisão prática nem aplicando uma norma jurídica, mas sim problematizando o próprio conceito utilizado, o que corresponde exatamente ao enfoque zetético — especulativo e voltado ao “ser”, e não ao “dever-ser”.

A alternativa B está correta, pois a conduta de Sócrates evidencia a “acentuação da dúvida” e a investigação ontológica (sobre o que é “ladrão”), características típicas das questões zetéticas.

Conforme a lição de Tercio Sampaio Ferraz Junior: “Nas primeiras, o problema tematizado é configurado como um ser (que é algo?).” Isso corresponde exatamente ao comportamento descrito no enunciado.

A alternativa C está incorreta, pois a utilização de conceitos jurídicos como roubo e furto previstos no Código Penal Brasileiro para afastar uma imputação envolve aplicação técnica do Direito positivo, com finalidade prática de decisão — o que caracteriza o enfoque dogmático, e não zetético. Trata-se de interpretação e aplicação normativa, voltada ao “dever-ser”.

A alternativa D está incorreta, pois estabelece uma relação de subordinação entre os enfoques que não é afirmada pelo autor. Embora o Direito realmente exija decisões (função dogmática), Tercio Sampaio Ferraz Junior não sustenta que o enfoque zetético deva “ceder espaço”, mas sim que ambos possuem funções distintas e complementares: um especulativo (zetético) e outro prático (dogmático).

QUESTÃO 11. O Estado Delta publicou lei que criou novos critérios para a concessão de benefícios fiscais no âmbito estadual. Esse diploma normativo, no entanto, foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI). Apesar disso, meses depois, a Assembleia Legislativa de Delta aprovou a Lei X/2025 com conteúdo idêntico ao da lei anteriormente declarada inconstitucional. O Governador do Estado Delta, inconformado, solicitou que o Procurador-Geral do Estado analisasse a conformidade constitucional da Lei X/2025. Assinale a opção que, do ponto de vista jurídico-constitucional, apresenta a solução correta para o tema.

a) O Governador do Estado deve ingressar com uma reclamação perante o STF, pois a Lei X/2025 afrontou o efeito vinculante da decisão anterior.

b) O efeito vinculante da decisão anterior do STF não alcança a atividade legislativa típica, não havendo óbice a que seja proposta uma nova ADI tendo a Lei X/2025 como objeto.

c) A Lei X/2025 não pode ser objeto de nova ADI, pois o efeito vinculante da decisão do STF na ADI anterior impede que qualquer legitimado questione a norma de mesmo conteúdo.

d) Pode ser ajuizada uma nova ADI, tendo a Lei X/2025 como objeto, porque o Poder Legislativo está vinculado à decisão anterior do STF, mesmo em relação à sua função típica de legislar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Poder Judiciário.

A alternativa B está correta. De fato, o efeito vinculante de decisões do STF não afeta a atividade legislativa, aplicando-se tão somente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta. Portanto, não há qualquer óbice à propositura da Lei X/2025, a qual pode ser objeto de nova ADI. É o que determina a Constituição Federal, em seu artigo 102, § 2º, vejamos:

“§ 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e

efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.”

Acerca do cabimento da ADI, seu fundamento se encontra no art. 102, I, “a”, da CF:

“Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente: a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;”.

Devido ao fundamento da letra B, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas, pois falam em efeito vinculante das decisões do STF frente ao Poder Legislativo, o que está incorreto.

QUESTÃO 12. A Câmara Municipal de Alfa constatou que o Prefeito Municipal não prestou as contas anuais de governo, afetas à administração municipal, dentro do prazo estabelecido na legislação, o que se estendeu por três exercícios. Após reiteradas notificações, a omissão permaneceu, impedindo a fiscalização do uso dos recursos públicos. Diante dessa situação, o Governador do Estado Beta decidiu decretar intervenção estadual no Município para garantir a prestação de contas. No entanto, a medida gerou debate entre os agentes políticos locais, que questionaram a sua legalidade e consultaram você, como advogado(a), a esse respeito. Sobre a hipótese narrada, considerando a ordem constitucional vigente, assinale a opção que apresenta, corretamente, a orientação jurídica prestada.

a) A Câmara Municipal de Alfa, ao constatar a omissão na prestação de contas, deve requerer diretamente ao Supremo Tribunal Federal que determine a intervenção estadual.

b) A intervenção estadual, no caso, somente poderia ser decretada se houvesse uma determinação judicial reconhecendo a omissão como grave o suficiente para justificar a medida extrema.

c) A intervenção estadual depende de autorização prévia do Poder Legislativo estadual, pois qualquer limitação à autonomia municipal exige controle político pelos representantes do povo.

d) O Governador pode decretar a intervenção sem a necessidade de autorização legislativa ou judicial prévia, pois a situação apresentada no problema constitui hipótese expressa de intervenção estadual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Intervenção.

A alternativa A está incorreta. A intervenção estadual não é requerida ao Supremo Tribunal Federal, mas sim ao Tribunal de Justiça, e apenas no caso no artigo 35, inciso IV, da CF. Vejamos:

“Art. 35. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando: (...) IV - o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a

observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.”

A alternativa B está incorreta. A intervenção estadual não depende de prévia determinação judicial, vide comentário da alternativa D.

A alternativa C está incorreta. A intervenção estadual não depende de autorização prévia do Poder Legislativo estadual. Na verdade, a análise pela Assembleia Legislativa é posterior, e se dará no prazo de 24 horas, na forma do art. 36, § 1º, da CF:

“Art. 36. (...) § 1º O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.”

A alternativa D está correta. De fato, não há necessidade de autorização legislativa ou judicial prévia, pois se trata de intervenção espontânea, que se amolda ao caso previsto pelo art. 35, II, da CF, vejamos:

“Art. 35. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando: (...) II - não forem prestadas contas devidas, na forma da lei;”

QUESTÃO 13. Ao final de seu segundo mandato consecutivo, o Prefeito do Município Delta, João Carlos, encaminhou à Câmara de Vereadores um projeto de lei de sua própria iniciativa, propondo a majoração dos subsídios dos próximos Prefeito e Vice-Prefeito para a legislatura seguinte. O projeto foi devidamente aprovado pela maioria dos vereadores de Delta e sancionado por João Carlos, antes do término de seu mandato. Um legitimado à deflagração do controle concentrado de constitucionalidade consultou você, como advogado(a), em relação à compatibilidade do respectivo diploma normativo com a Constituição da República. Sobre o caso concreto apresentado, assinale a afirmativa correta.

a) A lei municipal aprovada atende aos pressupostos constitucionais da ordem jurídica brasileira, que exige a forma de lei municipal para a fixação do subsídio do Prefeito.

b) A lei municipal aprovada atende aos pressupostos da ordem jurídica brasileira, desde que as regras estabelecidas para o tema observem o que dispõe a Lei Orgânica do Município.

c) Não sendo João Carlos beneficiário da majoração dos subsídios, o processo legislativo aprovado pela Câmara Municipal de Delta converge com o que determina o sistema jurídico brasileiro.

d) A lei aprovada pela Câmara Municipal de Delta não atende ao regime constitucional vigente, pois a matéria em questão exige projeto de iniciativa da Câmara Municipal, não do Chefe do Poder Executivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Processo Legislativo.

A alternativa D está correta. De acordo com o art. 29, V, da CF, a lei aprovada pela Câmara Municipal de Delta se refere a matéria que exige projeto de iniciativa da Câmara Municipal. Logo, não atende ao regime constitucional vigente. Vejamos:

“Art. 29. O Município rege-se por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos: V - subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;”

Devido ao fundamento da letra D, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas, pois falam que a lei municipal aprovada atende aos pressupostos constitucionais, o que está incorreto.

QUESTÃO 14. O Tribunal de Contas do Estado Ômega, ao analisar as contas de um gestor público, constatou a existência de irregularidades graves na aplicação de verbas destinadas à educação, gerando prejuízo ao erário. Após garantir o contraditório e a ampla defesa, o Tribunal proferiu decisão definitiva determinando o ressarcimento dos valores desviados. No entanto, o gestor público entendia que não deveria cumprir a decisão, pois, a seu ver, seria necessário o ajuizamento de uma ação judicial para validar a obrigação de pagamento. Por essa razão, consultou você, como advogado(a). Sobre a hipótese, com base no sistema constitucional brasileiro, assinale a afirmativa que apresenta a orientação jurídica correta.

a) A obrigação de ressarcimento ao erário dependeria da confirmação por parte da Assembleia Legislativa de Ômega, pois os Tribunais de Contas são órgãos subordinados ao Poder Legislativo.

b) A decisão do Tribunal de Contas não pode ser executada diretamente pela Fazenda Pública, pois, para que haja exigibilidade do crédito, é imprescindível o ajuizamento de ação judicial declaratória.

c) A decisão do Tribunal de Contas tem eficácia de título executivo extrajudicial, sem necessidade de homologação pelo Poder Judiciário, e pode ser cobrada pela Fazenda Pública por meio de execução fiscal.

d) A obrigação de ressarcimento ao erário somente pode ser imposta por decisão do Poder Judiciário, pois os Tribunais de Contas não possuem competência para reconhecer a responsabilidade financeira de gestores públicos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Tribunal de Contas.

A alternativa A está incorreta. Os Tribunais de Contas não são subordinados ao Legislativo. Pelo contrário, eles auxiliam o referido Poder no controle externo, conforme caput do art. 71 da CF:

“Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:”

No mesmo sentido, a doutrina:

“Ao analisar o texto constitucional, percebemos que os dispositivos sobre o Tribunal de Contas constam no capítulo referente ao Poder Legislativo. No primeiro momento, você pode ser induzido a pensar que estamos diante de órgão integrante e dependente na estrutura do Poder Legislativo. Todavia, o entendimento doutrinário dominante é que o Tribunal de Contas é um órgão autônomo e independente. Sua relação com o legislativo não é de ordem hierárquica, ou seja, não há uma subordinação institucional, já que o legislador outorgou ao Tribunal de Contas autonomia funcional, administrativa e financeira.” (Direito Constitucional para a 1ª Fase do Exame de Ordem (OAB) - Estratégia OAB, 2026; Cap. 15 Processo Legislativo - Livro Digital Interativo).

A alternativa B está incorreta. A decisão pode, sim, ser executada pela Fazenda, vide comentário da alternativa C.

A alternativa C está correta. As decisões do Tribunal de Contas que imputam débitos ou multas têm eficácia de título executivo extrajudicial, ou seja, podem ser cobradas pela Fazenda Pública por meio de execução fiscal, dispensando qualquer tipo de homologação pelo Poder Judiciário. De acordo com o art. 71, § 3º, CF:

“Art. 71. (...) § 3º As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.”

A alternativa D está incorreta. O reconhecimento da (ir)responsabilidade financeira dos gestores é um dos pilares de atuação do Tribunal de Contas. Vejamos o artigo 71, incisos I, II e VIII, da CF:

“Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento; II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público; (...) VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;”

QUESTÃO 15. Carlos é prefeito do Município Beta, localizado no Estado Alfa. Ele tomou conhecimento da descoberta de uma nova reserva de petróleo em Alfa (reserva Mantuã), situada no território de Beta. Interessado em saber se os resultados da exploração de petróleo e gás natural poderiam gerar recursos para Beta, Carlos consultou você, como Procurador(a)-Geral do Município, para esclarecer sua dúvida. Sobre a hipótese narrada, segundo o sistema constitucional brasileiro, assinale a opção que apresenta, corretamente, o esclarecimento dado.

a) Somente Beta, região que efetivamente abriga a reserva Mantuã, poderá se beneficiar dos resultados econômicos diretos da exploração.

b) O Estado Alfa, o Município Beta e a União, nos termos da lei, serão beneficiados pelos resultados econômicos diretos obtidos da exploração.

c) Apenas a União, a quem pertencem os recursos minerais no país, inclusive os do subsolo, poderá se beneficiar dos resultados econômicos diretos da exploração.

d) Somente Alfa e Beta, os entes que suportarão diretamente os reveses que a exploração de petróleo ocasiona, poderão se beneficiar dos resultados econômicos diretos da exploração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Organização do Estado.

A alternativa B está correta. De acordo com o art. 20 § 1º, da CF, o Estado Alfa, o Município Beta e a União participarão no resultado da exploração de petróleo e gás natural. Vejamos:

“Art. 20. (...) § 1º É assegurada, nos termos da lei, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.”

Devido ao fundamento da letra B, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 16. Maria descobriu que seu nome constava, erroneamente, em registros públicos estaduais como devedora de impostos, mesmo sem nada dever ao Fisco. Muito correta, procurou imediatamente a Secretaria de Estado da Fazenda do Estado Alfa, solicitando que fosse corrigida a informação. Porém, apesar das reiteradas solicitações, o órgão não realizou a retificação. Em razão disso, seu amigo Pedro sugeriu a impetração de um habeas data, o que seria feito diretamente por Maria, sem a presença de um(a) advogado(a). Insegura, Maria procurou você, como advogado(a), para saber se este seria o caminho adequado para a retificação desejada. Segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, assinale a opção que apresenta, corretamente, a orientação a ser dada.

a) A questão deve ser solucionada pela via do mandado de segurança, único remédio capaz de propiciar a retificação de dados, como no caso de Maria.

b) O objetivo almejado por Maria deve ser atingido pela via de processo judicial sigiloso, não sendo o remédio sugerido hábil para solucionar o problema ventilado.

c) Maria pode utilizar esse específico remédio constitucional, embora sua impetração vá depender da contratação de advogado(a), que possua capacidade postulatória.

d) O remédio constitucional em questão não é o instrumento adequado para o caso, pois é direcionado a situações em que se queira ter acesso a informações de sua própria pessoa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Habeas Data.

A alternativa C está correta. O remédio constitucional cabível é, sim, o Habeas Data, na forma do art. 5º, LXXII, CF, vejamos:

“Art. 5º. (...) LXXII - conceder-se-á "habeas-data": a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;”

Ademais, ressalte-se que, de fato, para a impetração do referido remédio, é sim necessária a representação por advogado, conforme entende a doutrina, a seguir:

“Outra informação importante para fins de estudo é a disposição do inciso LXXVII do art. 5º da CRFB/88, que estabelece a gratuidade de justiça. Isso significa que não há custas judiciais e ônus de sucumbência para o Habeas Data. No entanto, vale esclarecer que a assistência de um advogado é necessária.” (Direito Constitucional para a 1ª Fase do Exame de Ordem (OAB) - Estratégia OAB, 2026; Cap. 4.2.5 Habeas Data - Livro Digital Interativo).

Devido ao fundamento da letra C, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas, pois falam na inadequação do habeas data.

QUESTÃO 17. Na condição de advogado(a), você é procurado(a) por membros de uma comunidade indígena que estão sofrendo reiteradas ofensas aos seus direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, sofrendo iminente esbulho, em conflito possessório que se arrasta desde antes da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Nesse contexto, de acordo com o entendimento da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) e do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a opção que apresenta, corretamente, a sua orientação.

a) Diante da natureza jurídica despersonalizada da comunidade indígena, reconhece-se a possibilidade de quaisquer de seus integrantes pleitear individualmente, em substituição à coletividade respectiva, o provimento de tutela jurisdicional adequada à proteção dos seus direitos originários violados.

b) Em razão da situação narrada protrair-se no tempo, estendendo-se o conflito possessório a período anterior à edição da nova ordem constitucional, não há, no caso, óbice de ordem técnico-jurídica que inviabilize o reconhecimento da tradicionalidade da ocupação indígena, nos termos da jurisprudência mais recente do STF.

c) Tanto a Corte IDH quanto o STF reconhecem a possibilidade de a comunidade indígena, por livre disposição, anuir à solução conciliatória em que se estabeleça a alienação das terras indígenas, desde que o produto da venda seja destinado exclusivamente à comunidade, assegurada a sua capacidade de autodeterminação sobre a sua disposição.

d) Diante das peculiaridades culturais e de organização inerentes aos povos originários, para melhor proteção dos seus direitos, é obrigatório que a sua representação em juízo seja realizada por órgão governamental especialmente instituído para atuar na defesa de seus interesses, como ocorre no contexto brasileiro com a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou sobre a proteção constitucional dos direitos originários dos povos indígenas às terras que tradicionalmente ocupam, bem como a interpretação desse direito pelo Supremo Tribunal Federal e pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. A Constituição Federal dispõe, em seu art. 231, caput:

“São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam [...]”.

A jurisprudência recente do STF tem relativizado a tese do chamado “marco temporal”, especialmente no julgamento do RE 1.017.365 (Tema 1.031), admitindo que a ausência de posse em 05/10/1988 não impede, por si só, o reconhecimento da tradicionalidade da ocupação, especialmente em situações de esbulho ou conflito possessório persistente.

A alternativa A está incorreta, pois, embora os povos indígenas sejam sujeitos de direitos coletivos, não se afirma sua “natureza despersonalizada” para justificar substituição processual individual irrestrita. Ao contrário, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegura capacidade processual aos próprios indígenas e suas comunidades. O art. 232 dispõe expressamente:

“Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses [...]”.

Isso não se confunde com a possibilidade de qualquer indivíduo agir isoladamente como substituto processual da coletividade.

A alternativa B está correta, pois reflete o entendimento de que a tradicionalidade da ocupação indígena não se limita rigidamente à presença física em 05/10/1988, especialmente quando há histórico de esbulho ou expulsão. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Tema 1.031 da repercussão geral, firmou compreensão no sentido de que o critério do marco temporal não deve ser aplicado de forma absoluta, devendo-se considerar situações de renitente esbulho. Tal entendimento está em consonância com a proteção ampla conferida pelo art. 231 da Constituição e também com a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que reconhece o vínculo tradicional com a terra mesmo diante de expulsões forçadas.

A alternativa C está incorreta, pois as terras indígenas são inalienáveis e indisponíveis. O §4º do art. 231 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece:

“As terras indígenas são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.”

Portanto, não é juridicamente possível a alienação dessas terras, ainda que com consentimento da comunidade e destinação dos recursos, sendo essa proteção reforçada tanto pelo STF quanto pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A alternativa D está incorreta, pois não é obrigatória a representação judicial exclusiva por órgão governamental como a Fundação Nacional do Índio. Embora a FUNAI tenha papel institucional relevante, a Constituição assegura autonomia processual aos próprios indígenas. Conforme o art. 232 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

“Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses [...]”,

Tal disposição afasta, portanto, a obrigatoriedade de representação por órgão estatal.

QUESTÃO 18. Após a edição da Emenda Constitucional nº 45/2004, com a inserção do § 3º no Art. 5º da Constituição Federal de 1988, muito se discutiu acerca do status normativo que deveriam ser atribuídos aos Tratados e Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos já incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro em data anterior ao advento da reforma constitucional referida.

Acerca do tema, e de acordo com a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a opção correta.

a) Diante da impossibilidade de adoção do rito constitucionalmente exigido para aprovação de emendas constitucionais, os Tratados e as Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos incorporados ao ordenamento jurídico nacional antes da EC nº 45/2004 possuem status de lei ordinária.

b) Diante da ausência de previsão constitucional expressa em relação à matéria, em razão dos compromissos assumidos pelo Estado brasileiro no plano internacional, os Tratados e as Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos incorporados ao ordenamento jurídico nacional antes da EC nº 45/2004 possuem status de norma constitucional.

c) Em razão da cláusula aberta contida no Art. 5º, §2º, da Constituição Federal de 1988, ao admitir expressamente a existência de outros direitos fundamentais para além daqueles expressamente elencados no texto constitucional, os Tratados e as Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos incorporados ao ordenamento jurídico nacional antes da EC nº 45/2004 possuem status de norma constitucional.

d) Em razão da necessidade de interpretação do texto constitucional, notadamente as previsões insertas nos parágrafos do art. 5º da Constituição Federal de 1988, à luz do Art. 7º, §7º, da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), os Tratados e Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos incorporados ao ordenamento jurídico nacional antes da edição da EC nº 45/2004 possuem status supralegal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou sobre o status normativo dos tratados internacionais de direitos humanos incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro antes da Emenda Constitucional

nº 45/2004, conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Após a inserção do §3º no art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 — que prevê:

“Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.”

O STF firmou entendimento de que os tratados de direitos humanos incorporados antes da EC nº 45/2004 possuem status supralegal, isto é, estão acima das leis ordinárias, mas abaixo da Constituição.

A alternativa A está incorreta, pois não prevalece o entendimento de que tais tratados teriam status de lei ordinária. O STF superou essa posição ao reconhecer hierarquia superior às leis, justamente para garantir maior efetividade à proteção dos direitos humanos, afastando normas infraconstitucionais incompatíveis.

A alternativa B está incorreta, pois não se reconhece automaticamente status constitucional a esses tratados. Apenas aqueles aprovados conforme o rito qualificado do art. 5º, §3º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é que possuem equivalência às emendas constitucionais. Os tratados anteriores à EC nº 45/2004 não passaram por esse procedimento, razão pela qual não podem ser considerados formalmente constitucionais.

A alternativa C está incorreta, pois, embora o art. 5º, §2º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 disponha que

“Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”,

O STF não atribuiu, com base nesse dispositivo, status constitucional automático aos tratados anteriores à EC nº 45/2004. Esse dispositivo consagra uma cláusula de abertura material, mas não altera, por si só, a hierarquia formal das normas.

A alternativa D está correta, pois reflete o entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal no sentido de que os tratados internacionais de direitos humanos incorporados antes da EC nº 45/2004 possuem natureza supralegal, especialmente a partir do julgamento do RE 466.343/SP. Esse entendimento envolveu, inclusive, a interpretação do art. 5º da Constituição à luz da Convenção Americana de Direitos Humanos, cujo art. 7º, §7º, dispõe:

“Ninguém deve ser detido por dívidas. Este princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar.”

A partir disso, o STF reconheceu que tais tratados prevalecem sobre a legislação infraconstitucional, consolidando sua posição hierárquica supralegal.

QUESTÃO 19. Logo após a diplomação de Maria, candidata eleita para o cargo de Prefeita do Município Delta, Ana, candidata derrotada, procurou você, como advogado(a), com provas de

que Maria recebera doação estimável em dinheiro, por meio da publicidade realizada, em seu benefício, pela organização da sociedade civil de interesse público Gama. Ana o(a) questionou quanto à juridicidade da conduta de Maria.

Quanto à orientação a ser dada, assinale a afirmativa correta.

a) Trata-se de captação ilícita de recursos, e a medida a ser ajuizada deve observar o procedimento da ação de investigação judicial eleitoral.

b) Como não houve repasse de recursos financeiros, o fato de Maria ter sido beneficiada pela publicidade realizada pela organização Gama não configura ilícito eleitoral.

c) Ocorreu a preclusão de qualquer medida passível de ser adotada em relação à situação descrita, o que torna desinfluyente a análise de sua licitude ou não.

d) Como somente são admitidas doações expressas em moeda, a conduta é ilícita, o que acarreta a incidência da pena cominada, sendo possível a aplicação da sanção de multa a Gama e a Maria.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou sobre captação ilícita de recursos no Direito Eleitoral, especificamente no contexto de doações vedadas realizadas por pessoa jurídica em favor de candidato. A Lei nº 9.504/1997 dispõe, em seu art. 24:

“É vedado, a partido e candidato, receber direta ou indiretamente doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de: [...] XI - organização da sociedade civil de interesse público.”

No caso, a organização da sociedade civil realizou publicidade em benefício da candidata, o que configura doação estimável em dinheiro vedada. A apuração desse ilícito pode ser feita por meio da ação de investigação judicial eleitoral (AIJE), nos termos do art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990, que prevê:

“Qualquer partido político, coligação, candidato ou o Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral [...] relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político [...]”.

A alternativa A está **correta**, pois descreve adequadamente a situação como captação ilícita de recursos decorrente de doação vedada por pessoa jurídica, ainda que na forma de bem ou serviço estimável em dinheiro (publicidade). Além disso, indica corretamente o instrumento processual cabível — a ação de investigação judicial eleitoral — apta a apurar abuso de poder econômico e irregularidades na arrecadação de recursos de campanha.

A alternativa B está **incorreta**, pois a legislação eleitoral expressamente equipara doações estimáveis em dinheiro às doações financeiras. O próprio art. 24 da Lei nº 9.504/1997 inclui “doação em dinheiro

ou estimável em dinheiro”, de modo que a publicidade realizada em benefício da candidata configura, sim, ilícito eleitoral.

A alternativa C está incorreta, pois não houve preclusão automática pelo simples fato de a irregularidade ter sido descoberta após a diplomação. A depender do caso concreto, ainda é possível o manejo de ações eleitorais cabíveis, inclusive com potencial repercussão no mandato, não sendo correto afirmar que a análise da licitude se tornou desinfluyente.

A alternativa D está incorreta, pois a premissa está errada: não apenas doações em moeda são admitidas ou vedadas — a lei trata expressamente de valores estimáveis em dinheiro. Além disso, a consequência jurídica não se limita à aplicação de multa, podendo envolver sanções mais gravosas no âmbito eleitoral, a depender da configuração do ilícito e do instrumento processual utilizado.

QUESTÃO 20. Maria pretendia concorrer ao cargo eletivo de senadora. Embora tivesse nascido no Estado Alfa e passasse a maior parte do seu tempo nesse Estado, possuía propriedades nos Estados Beta e Gama, para onde se deslocava com regularidade em razão de sua atividade profissional, ali permanecendo por longos períodos.

Para saber em qual desses Estados poderia concorrer ao cargo eletivo de senadora, Maria o(a) consultou como advogado(a). Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

a) Maria somente pode concorrer no Estado em que tenha domicílio eleitoral, o qual deve ser estabelecido até seis meses antes da eleição.

b) Na medida em que o domicílio eleitoral é uma condição de elegibilidade regida pelo princípio da unicidade, Maria deve defini-lo no momento do registro.

c) Em razão do caráter nacional do cargo eletivo de senadora, Maria pode concorrer em qualquer dos Estados, ainda que não tenha domicílio eleitoral no Estado escolhido.

d) Como o domicílio eleitoral não é uma ficção, sendo regido pela realidade, Maria somente pode concorrer no Estado Alfa, no qual passa a maior parte do tempo, ainda que tenha declarado domicílio diverso à Justiça Eleitoral.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou sobre domicílio eleitoral como condição de elegibilidade para o cargo de senador, bem como o prazo mínimo exigido pela legislação eleitoral. A Lei nº 9.504/1997 estabelece, em seu art. 9º:

“Para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de seis meses e estar com a filiação deferida pelo partido no mesmo prazo.”

Além disso, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê, no art. 14, § 3º, IV:

“São condições de elegibilidade, na forma da lei: [...] IV - o domicílio eleitoral na circunscrição.”

Portanto, Maria somente poderá concorrer no Estado em que possuir domicílio eleitoral regularmente constituído no prazo legal.

A alternativa A está correta, pois afirma exatamente o que dispõe a legislação: o domicílio eleitoral deve estar fixado na circunscrição (Estado) em que se pretende concorrer, com antecedência mínima de seis meses antes do pleito, sendo essa uma condição de elegibilidade indispensável.

A alternativa B está incorreta, pois, embora o domicílio eleitoral seja, de fato, uma condição de elegibilidade, ele não pode ser definido no momento do registro de candidatura, mas sim previamente, respeitando o prazo mínimo legal de seis meses antes da eleição, conforme o art. 9º da Lei nº 9.504/1997, acima transcrito.

A alternativa C está incorreta, pois, embora o cargo de senador tenha relevância nacional, sua eleição ocorre em circunscrição estadual, sendo indispensável o domicílio eleitoral no Estado em que se pretende concorrer. Isso decorre diretamente do art. 14, § 3º, IV, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, acima transcrito.

A alternativa D está incorreta, pois o conceito de domicílio eleitoral no Direito Eleitoral não se confunde necessariamente com residência civil, sendo mais amplo e admitindo certa flexibilidade. A jurisprudência da Justiça Eleitoral admite o chamado vínculo político, social ou econômico com a circunscrição. Assim, Maria não está restrita apenas ao Estado onde passa a maior parte do tempo (Estado Alfa), desde que comprove vínculo suficiente para fixação válida de domicílio eleitoral em outro Estado.

QUESTÃO 21. François, cidadão francês, residente e domiciliado na Holanda, e Maria, cidadã brasileira, residente e domiciliada na França, são casados. Conheceram-se na Alemanha, onde concluíram o doutorado em Direito Internacional na Universidade de Frankfurt.

Os nubentes eram domiciliados na Alemanha na ocasião do casamento e tiveram em Frankfurt o seu primeiro domicílio conjugal. Posteriormente, mudaram-se para países diferentes por razões profissionais. Após alguns meses, resolveram não dar continuidade ao casamento. Maria pretende ajuizar ação de divórcio no Brasil porque está prestes a retornar ao seu país de origem.

Sobre a hipótese, assinale a opção que indica a lei que será aplicada ao regime de bens de acordo com a legislação brasileira, em especial a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

a) Francesa.

b) Brasileira.

c) Alemã.

d) Holandesa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou sobre a determinação da lei aplicável ao regime de bens no casamento com elemento de conexão internacional, conforme previsto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. O art. 7º, § 4º, dispõe expressamente:

“O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio, e, se este for diverso, à do primeiro domicílio conjugal.”

No caso, embora François e Maria tenham nacionalidades e domicílios posteriores distintos, ambos estavam domiciliados na Alemanha no momento do casamento e fixaram ali o primeiro domicílio conjugal, razão pela qual a lei alemã rege o regime de bens.

A alternativa A está incorreta, pois a lei francesa não se aplica ao regime de bens apenas pelo fato de Maria residir posteriormente na França. A LINDB não adota, nesse ponto, o critério da nacionalidade ou de domicílios supervenientes, mas sim o domicílio dos nubentes ao tempo do casamento ou o primeiro domicílio conjugal.

A alternativa B está incorreta, pois a lei brasileira também não se aplica automaticamente pelo fato de Maria ser brasileira ou pretender ajuizar o divórcio no Brasil. A norma de conexão prevista no art. 7º, §4º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro fixa critério objetivo diverso, não vinculado à nacionalidade.

A alternativa C está correta, pois, conforme o art. 7º, §4º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro:

“O regime de bens legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio, e, se este for diverso, à do primeiro domicílio conjugal.”

Como ambos estavam domiciliados na Alemanha no momento do casamento e ali estabeleceram o primeiro domicílio conjugal (Frankfurt), aplica-se a lei alemã.

A alternativa D está incorreta, pois a lei holandesa não tem pertinência como critério de conexão nesse caso. O fato de François residir posteriormente na Holanda não altera a regra fixada pela LINDB, que considera o momento do casamento ou o primeiro domicílio conjugal para definir a lei aplicável ao regime de bens.

QUESTÃO 22. Um cidadão brasileiro, domiciliado na Espanha, faleceu deixando um testamento particular que dispõe sobre bens situados tanto no exterior quanto no Brasil.

Após a sua morte, os herdeiros promoveram, de comum acordo, perante autoridade notarial estrangeira competente, procedimento consensual de confirmação do testamento particular e partilha do patrimônio, incluindo os bens localizados no Brasil. Posteriormente, requereram ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) a homologação do ato notarial estrangeiro, alegando a inexistência de litígio entre os herdeiros e a plena validade do procedimento conforme a legislação do país de origem.

Sobre o caso apresentado, à luz do sistema jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

a) A homologação será possível apenas se o ato estrangeiro for convertido em decisão judicial no país de origem, pois somente decisões judiciais estrangeiras são passíveis de homologação pelo STJ.

b) O ato notarial poderá ser homologado pelo STJ desde que todos os herdeiros sejam capazes e tenham manifestado consentimento expresso quanto à confirmação do testamento particular e à partilha dos bens, inclusive os situados no Brasil.

c) A homologação deverá ser deferida parcialmente, produzindo efeitos automáticos sobre os bens situados no Brasil, em respeito ao princípio da autonomia da vontade dos herdeiros e ao reconhecimento internacional dos atos notariais.

d) O ato notarial estrangeiro não poderá ser homologado na parte relativa aos bens situados no Brasil, pois a confirmação de testamento particular e a partilha desses bens se inserem na competência jurisdicional exclusiva da autoridade judiciária brasileira.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou sobre os limites da homologação de atos estrangeiros no Brasil, especialmente diante das hipóteses de competência jurisdicional exclusiva da autoridade judiciária brasileira, previstas no Código de Processo Civil de 2015. O art. 23, II, do CPC dispõe expressamente:

“Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra: [...] II - em matéria de sucessão hereditária, proceder à confirmação de testamento particular e ao inventário e à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional.”

Assim, atos estrangeiros que tratem de partilha de bens localizados no Brasil não podem produzir efeitos aqui por meio de homologação.

A alternativa A está incorreta, pois, embora tradicionalmente se fale em homologação de decisões judiciais estrangeiras, o sistema brasileiro admite também a homologação de determinados atos não judiciais (como alguns atos notariais), desde que não violem a ordem pública e não incidam em hipóteses de competência exclusiva. Portanto, não é correto afirmar que apenas decisões judiciais podem ser homologadas pelo Superior Tribunal de Justiça. Além disso, a alternativa também está incorreta por força do art. 23, II, do CPC, acima transcrito. Assim, ainda que o ato estrangeiro fosse judicial, não poderia ser homologado na parte relativa aos bens situados no Brasil, pois tal matéria está submetida à competência exclusiva da jurisdição brasileira, o que afasta a própria possibilidade de homologação nesse ponto.

A alternativa B está incorreta, pois, ainda que haja consenso entre herdeiros capazes e validade do ato no país de origem, isso não afasta a incidência da competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira quanto aos bens situados no Brasil. A autonomia da vontade não prevalece sobre regra de competência internacional exclusiva prevista em lei.

A alternativa C está incorreta, pois não há possibilidade de produção automática de efeitos sobre bens localizados no Brasil com base em ato estrangeiro dessa natureza. O princípio da autonomia da vontade

e o reconhecimento internacional de atos notariais não superam a limitação imposta pelo art. 23, II, do Código de Processo Civil de 2015.

A alternativa D está correta, pois reflete exatamente o disposto no art. 23, II, do Código de Processo Civil de 2015, segundo o qual a confirmação de testamento particular e a partilha de bens situados no Brasil são matérias de competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira, o que impede a homologação, pelo Superior Tribunal de Justiça, de ato estrangeiro nessa parte.

QUESTÃO 23. O Município Alfa estava enfrentando dificuldades para pagar em dia a remuneração de seus servidores públicos municipais. Em razão disso, resolveu requerer à instituição financeira federal BNDES um empréstimo, a fim de pagar as remunerações em atraso. O Município ofereceu, em garantia do empréstimo, terrenos de sua propriedade, cujo valor de mercado inclusive suplantara o montante a ser emprestado.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

a) É proibido ao BNDES realizar empréstimo para o pagamento de despesas com pessoal.

b) Como houve oferta de garantia em valor superior ao do empréstimo, este deverá ser realizado pelo BNDES.

c) É facultado ao BNDES realizar o empréstimo, mas apenas se reputar que as garantias oferecidas são de liquidez satisfatória.

d) Somente uma instituição financeira controlada pelo Estado em que se localiza o Município Alfa poderia realizar tal empréstimo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata das limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal quanto à realização de operações de crédito para financiamento de despesas correntes, especialmente despesas com pessoal.

A alternativa A está correta, pois é vedada a realização de operação de crédito para financiar despesas com pessoal. Tal proibição encontra-se prevista no art. 37 da referida lei e aplica-se independentemente de a operação ser realizada por intermédio de instituição financeira pública ou privada.

“Lei Complementar nº 101/2000, art. 37. Equiparam-se a operações de crédito e estão vedados: (...)

III - assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito, não se aplicando esta vedação a empresas estatais dependentes;”

A alternativa B está incorreta, pois a existência de garantia suficiente não afasta a vedação legal. A proibição é absoluta quanto à finalidade da operação (pagamento de pessoal), sendo irrelevante a suficiência das garantias oferecidas (Veja a transcrição do artigo na alternativa A).

A alternativa C está incorreta, pois não se trata de faculdade da instituição financeira. A operação é juridicamente vedada, não cabendo juízo discricionário quanto à liquidez das garantias (Veja a transcrição do artigo na alternativa A).

A alternativa D está incorreta. Aqui o erro é criar uma exceção que não existe na LRF. Não há previsão de que apenas instituição financeira controlada pelo Estado do Município poderia realizar esse tipo de operação. A vedação não diz respeito à natureza da instituição financeira (federal ou estadual), mas sim à finalidade da operação. Assim, nenhuma instituição financeira pode conceder empréstimo com essa finalidade específica.

QUESTÃO 24. Em determinado ano, na elaboração do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) da União, o Poder Executivo resolveu inserir as previsões de despesas para os exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.

Sobre esse projeto de LOA, à luz das regras constitucionais de elaboração das leis orçamentárias, assinale a afirmativa correta.

a) Veiculou indevidamente investimentos plurianuais e aqueles em andamento, os quais somente poderiam constar do Plano Plurianual (PPA).

b) Inseriu, equivocadamente, os investimentos plurianuais em seu conteúdo, pois deveriam estar previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

c) Adequa-se às disposições constitucionais que permitem tais inserções dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.

d) Poderia conter, apenas, os investimentos já em andamento, uma vez que os investimentos plurianuais somente poderiam constar do Plano Plurianual (PPA).

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da compatibilização entre os instrumentos de planejamento orçamentário (Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual - LOA) e da possibilidade de inclusão, na LOA, de investimentos plurianuais e daqueles em andamento.

A alternativa A está incorreta, pois afirma que a LOA não poderia conter investimentos plurianuais ou em andamento, o que não é verdade. Embora o PPA seja o instrumento responsável por estabelecer as diretrizes e metas de médio prazo, a LOA pode e deve refletir esses investimentos, especialmente para viabilizar sua execução no exercício financeiro.

“CF/88, art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: (...)

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.”

A alternativa B está incorreta, pois atribui à LDO a previsão de investimentos plurianuais, o que não corresponde ao seu papel constitucional. A LDO atua como elo entre o PPA e a LOA, estabelecendo diretrizes e prioridades, mas não substitui o PPA na definição estrutural dos investimentos plurianuais.

“CF/88, art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: (...)

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)”

A alternativa C está correta, pois a LOA deve ser elaborada de forma compatível com o PPA e a LDO, podendo conter a previsão de investimentos plurianuais e daqueles em andamento, desde que respeitada essa integração sistêmica. A LOA não é isolada: ela concretiza, no exercício financeiro, as diretrizes e metas previamente fixadas. Ou seja: se são despesas públicas (investimentos), podem constar da LOA.

“CF/88, art. 165, § 5º: A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.”

“CF/88, art. 165, § 8º A lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.”

A alternativa D está incorreta, pois restringe indevidamente o conteúdo da LOA apenas aos investimentos em andamento. A Constituição não faz essa limitação: tanto investimentos novos quanto plurianuais podem constar da LOA, desde que compatíveis com o PPA.

“CF/88, art. 167, § 1º: Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.”

QUESTÃO 25. A lei federal que instituiu a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados (Cide Combustíveis) fixou a alíquota do álcool etílico combustível em R\$ 37,20/m para a comercialização no mercado interno. Contudo, o governo federal, querendo estimular o uso do

álcool etílico combustível, pelo Decreto do Presidente da República nº XXX, de 1º de agosto de 2024, reduziu esta alíquota para R\$ 20,50/m.

Mudada a política governamental sobre a matéria, pelo Decreto nº YYY, datado de 1º de fevereiro de 2025, tal alíquota foi restabelecida em R\$ 37,20/m, com efeitos a serem produzidos a partir de 3 de junho de 2025.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

a) A produção de efeitos do Decreto nº YYY a partir de 3 de junho de 2025 viola o princípio da anterioridade tributária anual.

b) A redução da alíquota para R\$ 20,50/m^a por decreto é inconstitucional, ainda que seja mais benéfica ao sujeito passivo tributário.

c) A redução da alíquota para R\$ 20,50/m³ e seu restabelecimento para R\$ 37,20/m podem ser feitas por decreto.

d) O restabelecimento de tal alíquota da Cide Combustíveis para o patamar de R\$ 37,20/m por decreto viola o princípio da legalidade tributária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da natureza jurídica da CIDE-Combustíveis e das exceções constitucionais aos princípios da legalidade e da anterioridade tributária, especialmente quanto à possibilidade de alteração de alíquotas por ato do Poder Executivo.

A alternativa A está incorreta, pois a CIDE-Combustíveis não se submete ao princípio da anterioridade anual. Trata-se de exceção expressamente prevista na Constituição, razão pela qual o decreto que restabeleceu a alíquota pode produzir efeitos no mesmo exercício financeiro.

“CF, art. 177, § 4º A lei que instituir contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível deverá atender aos seguintes requisitos:

I - a alíquota da contribuição poderá ser:

a) diferenciada por produto ou uso;

b) reduzida e restabelecida por ato do Poder Executivo, não se lhe aplicando o disposto no art. 150,III, b;”

“CF, art. 150, III, b: é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.”

A alternativa B está incorreta, pois a Constituição autoriza expressamente a alteração de alíquotas da CIDE por decreto do Poder Executivo. Trata-se de exceção ao princípio da legalidade tributária, sendo irrelevante o fato de a medida ser mais ou menos benéfica ao contribuinte (Veja a transcrição dos artigos na alternativa A).

A alternativa C está correta, pois tanto a redução quanto o restabelecimento da alíquota da CIDE-Combustíveis podem ser realizados por decreto, conforme autorização constitucional expressa. A Constituição confere ao Poder Executivo competência para ajustar as alíquotas desse tributo, justamente em razão de sua função regulatória no domínio econômico (Veja a transcrição dos artigos na alternativa A).

A alternativa D está incorreta, pois não há violação ao princípio da legalidade tributária. A própria Constituição excepciona a legalidade estrita ao permitir que o Poder Executivo altere alíquotas da CIDE por decreto. Assim, o restabelecimento da alíquota não depende de lei formal (Veja a transcrição dos artigos na alternativa A).

QUESTÃO 26. O Município Alfa, por lei ordinária municipal, criou a Taxa de Fiscalização de Cemitérios, relativa ao custeio das atividades de fiscalização das instalações e atividades das concessionárias de cemitérios em território municipal, tendo tais concessionárias como contribuintes.

A lei criadora estabeleceu que a data de pagamento dessa taxa seria fixada em decreto do Prefeito Municipal. O Decreto Municipal XX/2023 fixou a data de pagamento em 15 dias após o recebimento da notificação para pagamento.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

a) Somente lei municipal, e não mero decreto, poderia fixar o prazo de pagamento da referida taxa.

b) O Decreto Municipal XX/2023 não poderia fixar a data de pagamento dessa taxa em 15 dias, por contrariar o prazo de 30 dias previsto no Código Tributário Nacional (CTN).

c) Como a fiscalização de cemitérios configura uma taxa de polícia, e não uma taxa de serviço público específico e divisível, tal taxa não poderia ser instituída pelo Município Alfa.

d) Ainda que não houvesse previsão na lei instituidora do tributo de que seria um decreto a fixar a data de pagamento dessa taxa, o Decreto Municipal XX/2023 seria ato normativo apto a fazê-lo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da distinção entre o conteúdo sujeito à reserva legal (princípio da legalidade tributária) e os aspectos meramente operacionais da obrigação tributária, como prazo de pagamento, que podem ser disciplinados por ato infralegal.

A alternativa A está incorreta, pois o prazo de pagamento do tributo não integra o núcleo essencial da obrigação tributária, não estando sujeito à reserva legal estrita. Trata-se de aspecto acessório, que pode ser validamente regulamentado por decreto do Poder Executivo.

“CTN, art. 97: Somente a lei pode estabelecer:

I - a instituição de tributos, ou a sua extinção;

II - a majoração de tributos, ou sua redução;

III - a definição do fato gerador da obrigação tributária principal;

IV - a fixação de alíquota do tributo e da sua base de cálculo;(…)”

A alternativa B está incorreta, pois não existe, no Código Tributário Nacional, regra geral que imponha prazo mínimo de 30 dias para pagamento de tributos. O prazo de pagamento pode ser livremente fixado pela legislação tributária, inclusive por ato infralegal, desde que não haja violação a princípios constitucionais.

“CTN, art. 160: Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre 30 (trinta) dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.”

A alternativa C está incorreta, pois a taxa de fiscalização (taxa de polícia) é espécie tributária expressamente prevista na Constituição e pode ser instituída pelos Municípios no exercício do poder de polícia administrativa.

“CF, art. 145, II: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis.”

A alternativa D está correta, pois o prazo de pagamento do tributo é elemento acessório da obrigação tributária e pode ser fixado por decreto, ainda que não haja previsão expressa na lei instituidora. A legalidade tributária não exige lei para disciplinar aspectos meramente operacionais da arrecadação.

“CTN, art. 96: A expressão ‘legislação tributária’ compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.”

QUESTÃO 27. Com necessidade de ampliar os gastos na área da seguridade social, a União criou uma nova contribuição de seguridade social, por meio da Lei Ordinária nº XXX/2024, publicada em 1º de setembro de 2024, cuja cobrança se iniciou em 1º de novembro de 2024.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

a) A Lei Ordinária nº XXX/2024 é inconstitucional por violar tanto a reserva de lei complementar como os princípios da anterioridade tributária anual e nonagesimal.

b) Embora não viole o princípio da anterioridade tributária anual, a Lei Ordinária nº XXX/2024 é inconstitucional por violar tanto a reserva de lei complementar como o princípio da anterioridade tributária nonagesimal.

c) Não há qualquer inconstitucionalidade na Lei Ordinária nº XXX/2024, uma vez que as novas contribuições de seguridade social são instituídas por meio de lei ordinária e constituem exceção aos princípios da anterioridade tributária anual e nonagesimal.

d) As novas contribuições de seguridade social constituem exceção aos princípios da anterioridade tributária anual e nonagesimal, de modo que a única inconstitucionalidade formal presente na Lei Ordinária nº XXX/2024 é a de violar a reserva de lei complementar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata dos requisitos formais e temporais para a instituição de novas contribuições sociais destinadas à seguridade social, especialmente quanto à necessidade (ou não) de lei complementar e à incidência dos princípios da anterioridade.

A alternativa A está incorreta, pois afirma violação simultânea da anterioridade anual e nonagesimal. No entanto, as contribuições sociais **não se submetem à anterioridade anual**, mas apenas à anterioridade nonagesimal (noventena).

“CF, art. 195, § 6º: As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, ‘b’.”

A alternativa B está correta, pois identifica com precisão duas inconstitucionalidades: (i) a violação à reserva de lei complementar, se se tratar de nova fonte de custeio da seguridade social não prevista no art. 195, e (ii) a violação à anterioridade nonagesimal, já que a cobrança se iniciou antes de decorridos 90 dias da publicação da lei.

“CF, art. 195, § 4º: A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I.”

“CF, art. 154, I: A União poderá instituir, mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição;”

“CF, art. 195, § 6º: As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, ‘b’.”

A alternativa C está incorreta, pois afirma que não há qualquer inconstitucionalidade. Isso está errado por dois motivos: (i) novas contribuições sociais não previstas na Constituição exigem lei complementar e (ii) não são exceção à anterioridade nonagesimal (Veja a transcrição dos artigos na alternativa B).

A alternativa D está incorreta, pois afirma que as contribuições sociais seriam exceção tanto à anterioridade anual quanto à nonagesimal. Isso é parcialmente falso: elas realmente não se submetem à anterioridade anual, mas **devem observar a anterioridade nonagesimal**, o que torna a cobrança antes de 90 dias inconstitucional. (Veja a transcrição do artigo na alternativa A).

“CF, art. 195, § 6º: (...) só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias (...)”.

QUESTÃO 28. Mateus devia um valor elevado ao Fisco Federal, em dívidas de certo tributo federal devidamente lançadas e inscritas em Dívida Ativa da União ainda não prescritas, o que levou a Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN), em fevereiro de 2020, a ajuizar execução fiscal contra ele.

Mateus não foi localizado para ser citado nem foram encontrados bens sobre os quais poderia recair a penhora, tendo sido a PFN cientificada desses fatos, em abril de 2020. Assim, foi requerida e realizada a citação de Mateus por edital, ainda em abril de 2020.

Em julho de 2025, sem que a situação se alterasse, o Magistrado, ouvida previamente a Fazenda Nacional, decretou a ocorrência da prescrição de tais créditos tributários.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

a) Ocorreu a prescrição direta de tais créditos, pois foi alcançado o prazo prescricional quinquenal previsto no Código Tributário Nacional.

b) A ausência de citação pessoal de Mateus impede o curso da prescrição, de modo que esta, nesse caso, não poderia ter se consumado.

c) A prescrição intercorrente prevista no Código Tributário Nacional, ocorrida na pendência do processo de execução fiscal, fulminou tais créditos tributários.

d) A prescrição intercorrente prevista na Lei de Execuções Fiscais ainda não havia sido atingida, pois não se computou na contagem geral do prazo o período de 1 ano de suspensão do curso da execução.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da prescrição intercorrente na execução fiscal, especialmente à luz do regime do art. 40 da Lei de Execuções Fiscais e da jurisprudência consolidada do STJ (Tema repetitivo).

A alternativa A está incorreta, pois não se trata de prescrição direta (art. 174 do CTN), mas de prescrição intercorrente, que ocorre **no curso da execução fiscal já ajuizada**, após a paralisação do feito por ausência de bens ou localização do devedor.

“CTN, art. 174: A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.”

A alternativa B está incorreta, pois a ausência de citação pessoal não impede o curso da prescrição intercorrente. Uma vez ajuizada a execução fiscal, a contagem passa a observar a sistemática do art. 40 da Lei de Execuções Fiscais, independentemente de citação válida do devedor, conforme se verifica nos parágrafos do artigo 40 da Lei de Execuções Fiscais (Lei nº 6.830/80)

“LEF, art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição.

§ 1º - Suspensa o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública.

§ 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos.

§ 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução.

§ 4º Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato.”

A alternativa C está incorreta, pois menciona prescrição intercorrente “prevista no CTN”, quando, na verdade, sua disciplina está na Lei de Execuções Fiscais. Além disso, no caso concreto, o prazo ainda não havia sido integralmente cumprido.

“LEF, art. 40, § 4º: Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato.”

A alternativa D está correta, pois reconhece que ainda não havia ocorrido a prescrição intercorrente, em razão da sistemática legal de contagem: primeiro há 1 ano de suspensão obrigatória, e somente após esse período começa a correr o prazo prescricional de 5 anos. Assim, esse primeiro ano não integra o prazo prescricional.

“LEF, art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição.

§ 1º - Suspensa o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública.

§ 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos.

§ 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução.

§ 4º Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato.”

“STJ – Tema repetitivo 566: “O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens

penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução.”

QUESTÃO 29. João da Silva recebeu vultosa importância da sociedade empresária em que trabalhava, a título de indenização por danos morais, por ter sido exposto meses antes, em público, diante de seus colegas, a uma situação vexatória.

No momento do pagamento do valor da indenização, a sociedade empresária reteve na fonte o Imposto sobre a Renda que entendeu devido, recolhendo-o em DARF no mesmo ato. João, inconformado com a retenção, impugnou administrativamente a cobrança, mas a decisão de primeira instância administrativa denegou a restituição do imposto. João então consultou você, como advogado(a), pretendendo reaver o imposto que entende ser indevido.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

a) Foi correta a retenção do Imposto de Renda sobre aquela verba indenizatória, por se tratar de fato ocorrido em relação de emprego, equiparando-a a verba salarial.

b) Caso queira promover ação anulatória contra a decisão administrativa que denegou a restituição do Imposto sobre a Renda, João terá um prazo máximo de dois anos para fazê-lo.

c) João somente poderá requerer judicialmente a restituição do valor de Imposto sobre a Renda retido indevidamente, por ter natureza indenizatória, após esgotar a via administrativa tributária em todas as instâncias.

d) Tendo sido negado em primeira instância administrativa o seu pedido de restituição do Imposto sobre a Renda que entende indevidamente retido, João somente poderá recorrer à segunda instância administrativa após realizar depósito prévio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da incidência (ou não) do Imposto de Renda sobre indenização por dano moral e, principalmente, do prazo para impugnação judicial da decisão administrativa que negou a restituição.

A alternativa A está incorreta, pois a indenização por danos morais não configura acréscimo patrimonial, razão pela qual não se sujeita à incidência do Imposto de Renda. Trata-se de verba de natureza compensatória, e não remuneratória, ainda que decorrente de relação de trabalho.

“CTN, art. 43: O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica de renda (...) ou de proventos de qualquer natureza.”

“STJ, Súmula 498: Não incide imposto de renda sobre a indenização por danos morais.”

A alternativa B está correta, pois o prazo para propositura de ação anulatória de decisão administrativa que nega restituição tributária é de **2 anos**, conforme previsto no CTN.

“CTN, art. 169: Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.”

A alternativa C está incorreta, pois não é necessário o esgotamento da via administrativa para o ajuizamento de ação judicial. Vigora o princípio da inafastabilidade da jurisdição.

“CF, art. 5º, XXXV: A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.”

A alternativa D está incorreta, pois é vedada a exigência de depósito prévio como condição de admissibilidade de recurso administrativo.

“STF, Súmula Vinculante 21: É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.”

QUESTÃO 30. O Ministério Público ingressou, em Juízo, com ação de improbidade administrativa em face de João, agente público no Município Alfa, sob o fundamento de que ele teria, em outubro de 2025, frustrado, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial do procedimento licitatório.

Citado, o servidor público ofereceu contestação, por meio da sua atuação, na qualidade de advogado(a). Contudo, as preliminares suscitadas pelo réu, na contestação, foram rejeitadas. Em seguida, João procurou você, na condição de advogado(a), para tomar conhecimento das próximas etapas procedimentais.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), assinale a afirmativa correta.

a) A apelação é o recurso cabível para questionar a decisão judicial que rejeitou as questões preliminares suscitadas na contestação.

b) A defesa de João poderá interpor agravo de instrumento em detrimento da decisão judicial que rejeitou as questões preliminares suscitadas em sede de contestação.

c) Muito embora não seja cabível recurso em face da decisão judicial que rejeitou as questões preliminares suscitadas por João na contestação, nada impede que a defesa formule pedido de reconsideração.

d) Por não ter ingressado no mérito da relação processual, a decisão judicial que rejeitou as questões preliminares suscitadas na contestação não é passível de impugnação via recurso ou pedido de reconsideração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou sobre o recurso cabível contra decisão interlocutória que rejeita preliminares suscitadas em contestação no âmbito da ação de improbidade administrativa, regida pela Lei nº 8.429/1992, com aplicação subsidiária do Código de Processo Civil de 2015. A decisão que rejeita preliminares não põe fim ao processo, possuindo natureza interlocutória, sendo, portanto, impugnável por agravo de instrumento, nos termos do art. 1.015 do CPC:

“Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: [...]”.

A alternativa A está incorreta, pois a apelação é cabível contra sentença, conforme dispõe o art. 1.009 do Código de Processo Civil de 2015:

“Da sentença cabe apelação.”

Como a decisão que rejeita preliminares é interlocutória, não é impugnável por apelação.

A alternativa B está correta, pois a decisão que rejeita preliminares arguidas na contestação possui natureza de decisão interlocutória, sendo cabível o agravo de instrumento, conforme o art. 1.015 do Código de Processo Civil de 2015. A jurisprudência admite a recorribilidade imediata de decisões interlocutórias relevantes, especialmente quando podem causar prejuízo à parte, como ocorre na rejeição de matérias preliminares.

A alternativa C está incorreta, pois, embora o pedido de reconsideração possa ser formulado na prática forense, ele não possui natureza recursal nem previsão legal como meio adequado de impugnação. Além disso, no caso, há recurso cabível (agravo de instrumento), o que afasta a ideia de ausência de impugnação adequada.

A alternativa D está incorreta, pois, ainda que a decisão não tenha analisado o mérito, ela é passível de impugnação por recurso, justamente por se tratar de decisão interlocutória com potencial de causar prejuízo processual. A inexistência de análise de mérito não impede a recorribilidade da decisão.

QUESTÃO 31. As autoridades competentes de determinado órgão federal, diante do grande acúmulo de trabalho, fizeram editar um ato formal delegando parcela de sua competência para outro órgão que a ele não é hierarquicamente subordinado, mediante a especificação das matérias e dos poderes transferidos, os limites da atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação e o recurso cabível.

Ao tomar conhecimento de tal fato, Gyslaine ficou muito preocupada com a possibilidade de o órgão delegado vir a decidir determinado recurso administrativo que estava tramitando perante o órgão delegante, razão pela qual buscou a sua assessoria jurídica a fim de esclarecer as peculiaridades e os limites da delegação de competência, à luz do disposto na Lei nº 9.784/1999.

Assinale a opção que apresenta a informação correta que você, na qualidade de advogado(a), prestou.

a) A competência relativa à decisão de recursos administrativos não pode ser objeto de delegação.

b) O ato de delegação é irrevogável, razão pela qual o desfazimento da delegação deve ser objeto de avocação.

c) A competência delegada não admite legal, apenas poderá ser delegada para o órgão hierarquicamente subordinado.

d) As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente essa qualidade e considerar-se-ão editadas pela autoridade delegante, que detém a competência originária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou sobre os limites à delegação de competência administrativa no âmbito da Lei nº 9.784/1999. O art. 13 dessa lei estabelece hipóteses em que a delegação é vedada, dispondo expressamente:

“Não podem ser objeto de delegação: [...] II - a decisão de recursos administrativos; [...]”.

Assim, a autoridade administrativa não pode transferir a outro órgão a competência para julgar recursos administrativos.

A alternativa A está correta, pois reproduz exatamente a vedação legal constante do art. 13, II, da Lei nº 9.784/1999, acima transcrito, que impede a delegação da competência para decisão de recursos administrativos.

A alternativa B está incorreta, pois o ato de delegação não é irrevogável. Ao contrário, a própria lei admite sua revogação a qualquer tempo. O art. 14, §2º, da Lei nº 9.784/1999 dispõe:

“O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.”

Portanto, não há necessidade de avocação para desfazer a delegação.

A alternativa C está incorreta, pois a delegação não se restringe a órgãos hierarquicamente subordinados. Nos termos do art. 12 da Lei nº 9.784/1999:

“Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados [...]”.

A alternativa D está incorreta, pois, embora seja correto que a decisão por delegação deve mencionar essa circunstância, está equivocada ao afirmar que será considerada editada pela autoridade delegante. O art. 14, §3º, da Lei nº 9.784/1999 dispõe:

“As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.”

Portanto, a decisão é juridicamente imputada à autoridade delegada, e não à delegante.

QUESTÃO 32. A sociedade empresária Begônia deseja participar de um procedimento licitatório, na modalidade concorrência, para a contratação de uma obra, que adotará a sequência adotada para a regra na Lei nº 14.133/2021, mas está com receio de ser prejudicada no julgamento das propostas, que antecede a fase de habilitação.

Em razão disso, a sociedade empresária consultou você, advogado(a), a fim de esclarecer a possibilidade de apresentar um recurso administrativo, o momento correto para fazê-lo e os efeitos dele decorrentes, caso tal receio venha a se concretizar.

Sobre essa situação hipotética, assinale a opção que indica, corretamente, o esclarecimento que você prestou.

a) Não há a possibilidade de se apresentar um recurso administrativo contra o julgamento das propostas, diante da vedação expressa na aludida norma.

b) Apenas depois da habilitação é que caberá a apresentação de um recurso administrativo contra o julgamento das propostas, de modo que é necessário aguardar o prosseguimento do certame para a manifestação da intenção de recorrer no momento oportuno.

c) O pedido de reconsideração em relação ao julgamento das propostas deve ser prontamente apresentado ao fim da respectiva fase e possui efeito suspensivo, de modo que a licitação só seguirá para a fase de habilitação após a apreciação das irresignações apresentadas.

d) A intenção de recorrer do julgamento das propostas deve ser imediatamente manifestada, mas o prazo para a apresentação das razões recursais será iniciado na data da intimação ou da lavratura da ata da sessão de habilitação ou inabilitação, pois sua apreciação dar-se-á em fase única.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou sobre o regime recursal na nova Lei de Licitações, especialmente quanto ao momento de manifestação da intenção de recorrer e à sistemática de fase recursal única, prevista na Lei nº 14.133/2021. O art. 165, §1º, dispõe:

“Na fase recursal, será assegurado prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de razões recursais, contado da data de intimação ou de lavratura da ata.”

Já o art. 165, § 1º, I, estabelece a necessidade de manifestação imediata da intenção de recorrer. Além disso, a sistemática da lei adota, como regra, a concentração dos recursos ao final das fases, com apreciação em momento único.

A alternativa A está incorreta, pois há expressa previsão legal de recurso contra o julgamento das propostas. O art. 165, I, da Lei nº 14.133/2021 prevê:

“Cabe recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de: I - julgamento das propostas; [...]”.

A alternativa B está incorreta, pois, embora a apreciação dos recursos ocorra em momento posterior (fase única), a intenção de recorrer deve ser manifestada imediatamente, e não apenas após a habilitação. A lei exige essa manifestação no momento em que a decisão é proferida, sob pena de preclusão.

A alternativa C está incorreta, pois a Lei nº 14.133/2021 não prevê “pedido de reconsideração” como instrumento recursal típico nesse contexto, mas sim o recurso administrativo. Ademais, não há regra geral de efeito suspensivo automático que impeça o prosseguimento do certame até o julgamento das insurgências.

A alternativa D está correta, pois reflete a sistemática da Lei nº 14.133/2021: a intenção de recorrer deve ser manifestada imediatamente após o julgamento das propostas, mas o prazo para apresentação das razões recursais somente se inicia posteriormente, na forma do art. 165, §1º, sendo contado da intimação ou da lavratura da ata da sessão subsequente (como a de habilitação), em razão da adoção da fase recursal única.

QUESTÃO 33. O Estado Alfa, cuja capital é o Município Beta, mediante decreto do Governador, em observância às formalidades legais, declarou de utilidade pública uma grande área localizada no Município Sigma, sede de Comarca, a qual abriga o imóvel pertencente ao particular João.

Em razão do grande apego emocional com a localidade, onde vive há 25 anos, João recusou todas as propostas oferecidas pelo Poder Público e tentou impedir que as autoridades administrativas estaduais ingressassem no terreno de sua propriedade para realização de levantamentos. Por isso, o Estado Alfa pretende ingressar, em juízo, com uma ação visando à desapropriação do bem.

Preocupado, João contratou você, como advogado(a), para defendê-lo na futura demanda judicial.

Nesse cenário, considerando as disposições do Decreto-Lei nº 3.365/1941, que versa sobre as desapropriações por utilidade pública, assinale a afirmativa correta.

a) A ação judicial deverá ser proposta pelo expropriante no foro da situação do bem imóvel, ou seja, na Comarca do Município Sigma.

b) As autoridades administrativas do Estado Alfa poderão ingressar nas áreas compreendidas pela declaração de utilidade pública independentemente de autorização judicial específica, ouvido o expropriado João.

c) O Estado Alfa poderá se imitir provisoriamente na posse do imóvel de João, desde que, declarada a situação de urgência, deposite, em juízo, o que o expropriado João entender justo a título de indenização.

d) Incumbirá ao expropriado João, em sede de contestação, expor todas as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do expropriante, especificando as provas que pretende produzir para demonstrar que inexistente utilidade pública na desapropriação almejada pelo Estado Alfa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou sobre regras procedimentais da desapropriação por utilidade pública, especialmente quanto ao foro competente, à luz do Decreto-Lei nº 3.365/1941. O art. 11 do diploma estabelece:

“A ação de desapropriação será proposta no foro da situação do bem.”

Assim, sendo o imóvel localizado no Município Sigma, sede de Comarca, é nesse foro que a ação deve ser ajuizada.

A alternativa A está correta, pois reproduz fielmente a regra do art. 11 do Decreto-Lei nº 3.365/1941, segundo a qual a ação deve ser proposta no foro da situação do bem imóvel, independentemente de onde esteja a capital do Estado expropriante.

A alternativa B está incorreta, pois o ingresso forçado em propriedade privada para levantamentos não é irrestrito. O art. 7º do Decreto-Lei nº 3.365/1941 dispõe:

“Declarada a utilidade pública, ficam as autoridades administrativas autorizadas a penetrar nos prédios compreendidos na declaração, podendo recorrer, em caso de oposição, ao auxílio de força policial.”

Embora haja autorização legal, ela não afasta completamente a necessidade de observância de garantias e limites, especialmente diante de resistência do proprietário, o que torna a assertiva imprecisa ao sugerir atuação irrestrita.

A alternativa C está incorreta, pois a imissão provisória na posse não depende do valor que o expropriado “entender justo”. Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365/1941:

“Se o expropriante alegar urgência e depositar a quantia arbitrada de conformidade com o art. 685 do Código de Processo Civil, o juiz mandará imití-lo provisoriamente na posse dos bens.”

Logo, o valor é fixado segundo critérios legais/judiciais, e não unilateralmente pelo expropriado.

A alternativa D está incorreta, pois, embora o réu deva apresentar defesa completa, há limitação legal quanto às matérias que podem ser discutidas. O art. 20 do Decreto-Lei nº 3.365/1941 dispõe:

“A contestação só poderá versar sobre vício do processo judicial ou impugnação do preço; qualquer outra questão deverá ser decidida por ação direta.”

Portanto, não cabe, na contestação, discutir a existência ou não de utilidade pública da desapropriação.

QUESTÃO 34. A sociedade empresária Alfa tomou conhecimento de que o Conselho Diretor da Agência Reguladora Beta realizou reunião deliberativa, na semana anterior, tendo por objeto discussões sobre documentos classificados como sigilosos, bem como sobre matérias de natureza administrativa.

Considerando que a data da referida reunião não foi previamente divulgada no sítio da agência reguladora na internet, tampouco foi gravada em meio eletrônico, os sócios da entidade privada procuraram você, na qualidade de advogado(a), para prestar a devida consultoria jurídica.

Nesse cenário, à luz da Lei nº 13.848/2019, que dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras, assinale a opção que apresenta, corretamente, a orientação jurídica prestada.

a) A reunião deliberativa do Conselho Diretor da Agência Reguladora Beta deverá ser anulada, na medida em que não houve a sua gravação em meio eletrônico.

b) Inexiste irregularidade na reunião deliberativa do Conselho Diretor da Agência Reguladora Beta, já que foram discutidos documentos classificados como sigilosos, bem como matérias de natureza administrativa.

c) Muito embora a gravação, em meio eletrônico, da reunião deliberativa do Conselho Diretor da Agência Reguladora Beta não fosse obrigatória, era necessário a prévia divulgação da sua data no sítio da referida autarquia na internet.

d) Para que a reunião deliberativa do Conselho Diretor da Agência Reguladora Beta seja anulada, a sociedade empresária Alfa deverá demonstrar prejuízo em razão da ausência de divulgação prévia desta no sítio da referida autarquia na internet.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou sobre o regime de publicidade e transparência das reuniões deliberativas das agências reguladoras, conforme previsto na Lei nº 13.848/2019. O art. 8º dessa lei estabelece a regra de publicidade das reuniões, mas admite exceções, dispondo:

“As reuniões deliberativas do conselho diretor ou da diretoria colegiada das agências reguladoras serão públicas e gravadas em meio eletrônico, sendo assegurado aos interessados o direito de a elas assistir, ressalvados os casos de sigilo previstos em lei.”

Assim, quando houver discussão de matérias sigilosas, é possível restringir a publicidade e, conseqüentemente, afastar exigências como divulgação prévia e gravação.

A alternativa A está incorreta, pois a ausência de gravação não implica, por si só, nulidade da reunião quando esta envolver matéria sigilosa. A própria lei excepciona a regra da publicidade e da gravação nesses casos, de modo que não há invalidade automática do ato.

A alternativa B está correta, pois, tendo a reunião tratado de documentos sigilosos, incide a exceção legal prevista no art. 8º da Lei nº 13.848/2019, que afasta a obrigatoriedade de publicidade ampla,

inclusive quanto à divulgação prévia e à gravação. Portanto, não há irregularidade na conduta da agência reguladora.

A alternativa C está incorreta, pois parte da premissa de que a gravação não seria obrigatória, mas a divulgação prévia sim. No entanto, ambas as exigências decorrem do regime de publicidade das reuniões e podem ser afastadas conjuntamente quando presentes hipóteses de sigilo legal.

A alternativa D está incorreta, pois não se trata de vício dependente de demonstração de prejuízo. Na verdade, não há irregularidade a ser sanada, já que a reunião se enquadra na exceção legal de sigilo, afastando a incidência das regras gerais de publicidade.

QUESTÃO 35. O Prefeito do Município Ômega, após os trâmites pertinentes, fez editar um decreto que delimitou uma Área de Proteção Ambiental (APA), unidade de conservação de uso sustentável, em decorrência de sua grande extensão e do grau de ocupação humana, diante de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Dessa maneira busca proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. A propriedade privada de Adélia Figueiredo está situada dentro da mencionada unidade de conservação. Preocupada, ela procura você, como advogado, para receber orientação sobre a validade do mencionado decreto e a extensão de seus efeitos, à luz do disposto na Lei nº 9.985/2000. Acerca dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

a) As condições para a pesquisa e a visitação do público, observadas as exigências e restrições legais, devem ser estabelecidas por Adélia.

b) O Prefeito não poderia ter editado um decreto para a finalidade descrita, pois a Unidade de Conservação Ambiental só pode ser criada por lei.

c) A propriedade de Adélia deve ser desapropriada de acordo com o que dispõe a lei, porque está localizada em uma Unidade de Conservação de domínio público.

d) A Unidade de Conservação pertence, na realidade, ao grupo das unidades de proteção integral, o que permite o uso dos recursos naturais pelos proprietários privados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9.985/2000).

A alternativa A está correta. As APAs (Áreas de Proteção Ambiental), de fato, podem ser constituídas por terras públicas ou privadas. Sendo constituídas por terras privadas, caberá ao proprietário da terra (no caso do enunciado, Adélia) estabelecer as condições para pesquisa e visitação ao público. De acordo com o art. 15, §§ 1º e 4º, da Lei 9.985/2000:

“Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a

qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

§ 1º A Área de Proteção Ambiental é constituída por terras públicas ou privadas.

§ 4º Nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público, observadas as exigências e restrições legais.”

A alternativa B está incorreta. As unidades de conservação podem, sim, ser criadas por decreto, e não necessariamente apenas por lei. Na forma do art. 22 da Lei 9.985/2000:

“Art. 22. As unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público.”

A alternativa C está incorreta. As APAs (Áreas de Proteção Ambiental), de fato, podem ser constituídas por terras públicas ou privadas, conforme já explicado no comentário da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. As APAs (Áreas de Proteção Ambiental) pertencem ao grupo de Unidades de Uso Sustentável, conforme art. 14, I, da Lei 9.985/2000, vejamos:

“Art. 14. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação: I - Área de Proteção Ambiental;”.

QUESTÃO 36. A sociedade empresária Alfa está em processo de licenciamento ambiental de atividade de tingimento de tecidos e fabricação de roupas, e pretende obter outorga pelo Poder Público do direito do uso de recursos hídricos, consistente em extração de água de aquífero subterrâneo existente no local, como insumo do processo produtivo. Nesse contexto, o empreendedor tomou conhecimento de que será cobrado um valor pelo recurso natural consumido. Inconformado com a cobrança, pois ainda terá grande gasto financeiro com as obras para a extração de água do aquífero, a sociedade empresária procurou a advogada Marcela, especialista em Direito Ambiental, para esclarecer as dúvidas dele acerca da viabilidade de tal exigência. Sobre a cobrança pelo uso da água, à luz dos princípios do Direito Ambiental, assinale a opção que apresenta, corretamente, o esclarecimento dado por Marcela.

a) O empreendedor não deve pagar pelo uso da água, exceto se houver efetivo dano ambiental, com base no princípio de direito ambiental da prevenção.

b) A cobrança antecipada por danos ambientais a serem causados por poluidores é pertinente, com base no princípio de direito ambiental do desenvolvimento sustentável.

c) O empreendedor deve pagar uma contribuição financeira à coletividade, que sofre as consequências do uso privado da água, com base no princípio de direito ambiental do usuário-pagador.

d) A cobrança pelo uso da água não é pertinente, salvo se houver efetivo dano ambiental com a necessária prova pericial que demonstre o nexo causal, com base no princípio de direito ambiental da precaução.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Princípios de Direito Ambiental, mais precisamente o princípio do Usuário-Pagador.

A alternativa A está incorreta. O empreendedor deve, sim, pagar pelo uso da água, em razão do princípio do usuário-pagador. Vide comentário da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. A cobrança por danos ambientais causados por poluidores se baseia no princípio do poluidor-pagador, e não no princípio do usuário-pagador. Vide comentário da alternativa C.

A alternativa C está correta. De fato, o caso narrado pela questão se refere ao princípio do usuário-pagador. Tal princípio foi, inclusive, reconhecido pelo STF na ADI 3378. De acordo com a doutrina:

“Esse é um princípio complementar ao do poluidor-pagador, a ponto de alguns doutrinadores considerarem ambos como um único princípio. No entanto, optamos por diferenciá-los. O princípio do usuário-pagador está previsto no inciso VII do art. 4º da Lei 6.938/1981 como um dos objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente, com a imposição “(...) ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos”. O princípio do usuário-pagador fundamenta-se na necessidade de atribuir valor econômico aos recursos naturais, evitando a noção de “custo zero”, que se caracteriza pela ausência de cobrança pelo seu uso. Essa falta de precificação incentiva a exploração excessiva dos bens ambientais, contribuindo para sua escassez. Um exemplo emblemático é a água: quando seu uso não é economicamente precificado, o consumo tende a ser excessivo, comprometendo a disponibilidade desse recurso essencial à vida.” (Direito Ambiental para a 1ª Fase do Exame de Ordem (OAB) - Estratégia OAB, 2026; cap 3.9 Princípio do Usuário-Pagador - Livro Digital Interativo).

Nesse sentido, de acordo com o art. 4º, VII, da Lei 6.938/81:

“Art 4º - A Política Nacional do Meio Ambiente visará: VII - à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.”

Também há previsão na Lei de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/97), em seu art. 19, I, a seguir:

“Art. 19. A cobrança pelo uso de recursos hídricos objetiva: I - reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor;”

A alternativa D está incorreta. A cobrança pelo uso da água é, sim, pertinente, em razão do princípio do usuário-pagador. Vide comentário da alternativa C.

QUESTÃO 37. Após uma intensa discussão motivada por questões financeiras, Lucas desferiu golpes fatais em seus pais, resultando na morte de ambos, que deixaram uma herança significativa.

Mateus, seu irmão mais novo, ainda menor de idade, está sob a tutela de seu tio Ricardo, que se recusa a promover a exclusão de Lucas da sucessão por indignidade. Considerando que Mateus, por ser menor, não tem capacidade legal para agir diretamente, surgem dúvidas sobre quem tem legitimidade para requerer judicialmente a exclusão de Lucas da herança e quais são os procedimentos adequados para isso.

Diante da situação hipotética narrada e com base na legislação vigente, assinale a afirmativa correta.

a) Apenas Mateus, ao atingir a maioridade, terá o direito de pedir judicialmente a exclusão de Lucas da sucessão, pois ele é o herdeiro direto prejudicado.

b) O Ministério Público tem legitimidade para requerer a exclusão de Lucas por indignidade, protegendo os direitos de Mateus, menor e incapaz de agir por conta própria.

c) Apenas Ricardo, na qualidade de tutor de Mateus, pode requerer judicialmente a exclusão de Lucas da sucessão, e a recusa de Ricardo impede que qualquer outra pessoa o faça.

d) Lucas só poderá ser excluído da sucessão se Ricardo, na qualidade de tutor, concordar, independentemente da legitimidade de outro herdeiro ou do Ministério Público para a propositura da ação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda a legitimidade para propor a ação de exclusão de herdeiro por indignidade, especialmente quando há interesse de um herdeiro menor e inércia de seu representante legal.

A alternativa A está incorreta, pois a lei confere ao Ministério Público a legitimidade para agir de imediato, não sendo necessário aguardar a maioridade de Mateus.

A alternativa B está correta, pois, no caso de homicídio doloso contra o autor da herança, a lei expressamente confere ao Ministério Público a legitimidade para demandar a exclusão do herdeiro indigno, conforme o Código Civil:

“Art. 1.814. São excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários:

I - que houverem sido autores, co-autores ou partícipes de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente; (...)

Art. 1.815. A exclusão do herdeiro ou legatário, em qualquer desses casos de indignidade, será declarada por sentença. (...)

§ 2º Na hipótese do inciso I do art. 1.814, o Ministério Público tem legitimidade para demandar a exclusão do herdeiro ou legatário”.

A alternativa C está incorreta, pois a legitimidade do tutor não é exclusiva. A lei prevê a atuação do Ministério Público justamente para casos como este, garantindo a proteção dos interesses do menor.

A alternativa D está incorreta, pois a legitimidade do Ministério Público é autônoma e não depende da concordância do tutor.

QUESTÃO 38. Joaquim Cardoso e Celina de Holanda são pais das gêmeas Clarice e Maria, que têm 17 anos de idade.

No ano passado, Clarice, com a devida autorização dos pais, casou-se com Ariano. Maria, no mês de março deste ano, iniciou o curso de Medicina em uma universidade federal.

O casal procurou você, como advogado(a) especializado(a) em Direito Civil, para ser orientado sobre a situação jurídica das filhas.

A respeito da capacidade civil das filhas de Joaquim e Celina, assinale a afirmativa correta.

a) Como Clarice é casada, ela é civilmente capaz.

b) Maria do Carmo, pela matrícula no ensino superior, é civilmente capaz.

c) Todas as filhas são relativamente incapazes, pois são maiores de 16 e menores de 18 anos.

d) Todas as filhas são absolutamente incapazes, pois são menores de 18 anos, sujeitando-se à autoridade parental.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da capacidade civil.

A alternativa A está correta, pois o casamento é uma das hipóteses de emancipação legal, tornando o menor plenamente capaz para todos os atos da vida civil. A fundamentação está no Código Civil:

“Art. 5º A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade:

II - pelo casamento;”

A alternativa B está incorreta, pois a lei exige a colação de grau em curso de ensino superior para a emancipação, e não a simples matrícula ou o início do curso. A fundamentação está no Código Civil:

“Art. 5º (...) Parágrafo único. Cessar, para os menores, a incapacidade:

IV - pela colação de grau em curso de ensino superior;”

A alternativa C está incorreta, pois Clarice, ao se casar, tornou-se plenamente capaz, não se enquadrando mais como relativamente incapaz (vide na alternativa A a transcrição do artigo 5, parágrafo único, inciso II).

A alternativa D está incorreta, pois a incapacidade absoluta cessa aos 16 anos. Com 17 anos, as filhas seriam, na regra geral, relativamente incapazes, e não absolutamente incapazes. Além disso, Clarice já é plenamente capaz.

“Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos”.

Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;”

QUESTÃO 39. Joaquim, de 71 anos de idade, é viúvo de Marta há cerca de quatro anos, e não finalizou a partilha de bens deixados por sua falecida esposa, porque há um litígio entre o filho comum do ex-casal e a filha do primeiro casamento de Marta.

Na semana passada, Joaquim procurou você, como advogado(a), para ser orientado juridicamente acerca da união que pretende estabelecer com Joana, tendo em vista que a partilha anterior não será realizada antes do novo matrimônio.

A respeito do regime de bens que deveria adotar na nova união, assinale a opção que apresenta, corretamente, a sua orientação.

a) Separação convencional de bens, ante a idade de Joaquim.

b) Qualquer regime de bens, por força da autonomia que é assegurada a Joaquim.

c) Comunhão parcial de bens, de forma a resguardar os bens ainda não partilhados.

d) Separação obrigatória de bens, para evitar a confusão patrimonial entre os vínculos conjugais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda a imposição legal do regime de bens em situações específicas, conhecidas como causas suspensivas do casamento, e em razão da idade.

A alternativa A está incorreta, pois o regime não seria convencional, ou seja, fruto de acordo, mas sim obrigatório, por tanto, imposto por lei.

A alternativa B está incorreta, pois a autonomia da vontade de Joaquim é limitada pela lei, que impõe um regime específico para proteger o patrimônio dos herdeiros do casamento anterior.

A alternativa C está incorreta, pois o regime de comunhão parcial de bens é justamente o que a lei busca evitar em casos como este, para que não ocorra a confusão entre o patrimônio a ser partilhado e o patrimônio do novo casal.

A alternativa D está correta. Joaquim se enquadra em duas hipóteses que impõem o regime da separação obrigatória de bens: por não ter finalizado a partilha de bens do casamento anterior, existindo herdeiros; e por ter mais de 70 anos. A fundamentação está no Código Civil:

“Art. 1.523. Não devem casar:

I - o viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros;

Art. 1.641. É obrigatório o regime da separação de bens no casamento:

I - das pessoas que o contraírem com inobservância das causas suspensivas da celebração do casamento;

II - da pessoa maior de 70 (setenta) anos;”

QUESTÃO 40. Sara, em 24 de outubro de 2023, outorgou a Vítor, seu filho, uma procuração por instrumento público para vender seu imóvel até 24 de outubro de 2026. No momento da outorga, Sara gozava de boa saúde mental.

A partir de 2024, Sara passou a sofrer um acelerado processo de demência, vindo a perder as suas habilidades cognitivas básicas no início de 2025. Sara foi interditada e Roberto, seu marido, tornou-se o seu curador.

Em 24 de setembro de 2025, Raul se interessou em comprar o imóvel de Sara, e Vítor se apresentou como procurador da mãe. Na qualidade de advogado de Raul, assinale a opção que apresenta a sua orientação jurídica para o caso.

a) Não recomendaria a aquisição do imóvel, figurando Vítor como representante de Sara, pois há possíveis interesses conflitantes entre eles.

b) Não recomendaria a aquisição do imóvel, figurando Vítor como representante de Sara, pois, diante da interdição, o contrato de mandato é extinto.

c) Recomendaria a aquisição do imóvel, figurando Vítor como representante de Sara, pois, apesar da incapacidade superveniente, o contrato de mandato é eficaz até o término do prazo, quando este for determinado.

d) Recomendaria a aquisição do imóvel, figurando Vítor como representante de Sara, pois, tendo a procuração sido outorgada por instrumento público, e estando Sara com boa saúde mental no momento da outorga, o mandato é válido e eficaz.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda os efeitos da incapacidade civil superveniente sobre a eficácia de um contrato de mandato previamente estabelecido.

A alternativa A está incorreta. Embora um conflito de interesses pudesse ser discutido, a razão principal e objetiva para não recomendar o negócio é a extinção do mandato, que torna Vítor parte ilegítima para representar a mãe.

A alternativa B está correta. A interdição de uma das partes é causa expressa de extinção do contrato de mandato. Com a interdição de Sara, a procuração outorgada a Vítor perdeu sua validade, independentemente do prazo estipulado. A fundamentação está no Código Civil:

“Art. 682. Cessa o mandato: (...)

II - pela morte ou interdição de uma das partes;”

A alternativa C está incorreta. O término do prazo é apenas uma das causas de extinção do mandato. A ocorrência de outra causa, como a interdição, extingue o contrato imediatamente, tornando o prazo irrelevante.

A alternativa D está incorreta. A capacidade do mandante no momento da outorga é requisito para a validade da criação do mandato, mas não garante sua eficácia se sobrevier uma causa de extinção, como a incapacidade.

QUESTÃO 41. Lorena resolveu alienar um imóvel avaliado em R\$ 2.000.000,00 para Marta. Para tanto, elas elaboraram uma minuta de contrato de compra e venda, especificando as partes, o bem, o preço e a forma de pagamento. Considerando a urgência da vendedora, que iria se mudar para o exterior, essa minuta foi impressa na casa de Marta e assinada pelas partes e pelas testemunhas Natália e Oscar. Sobre a situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

a) O contrato de compra e venda é válido, uma vez que, na presença de duas testemunhas, o instrumento particular poderia ser utilizado.

b) O contrato de compra e venda é nulo, por desobediência de sua forma, mas poderá ser convertido em promessa de compra e venda.

c) O contrato de compra e venda é anulável, por vício de sua forma, decaindo as partes do direito de promover a anulação no prazo de dois anos de sua celebração.

d) O contrato de compra e venda é anulável por vício de forma. A lei permite, entretanto, a sua convalidação caso haja o reconhecimento das firmas de todos os envolvidos no Ofício de Notas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da forma exigida por lei para a validade de negócios jurídicos que envolvem a transferência de imóveis de alto valor e da possibilidade de conversão de um negócio nulo.

A alternativa A está incorreta, pois a lei exige escritura pública para a validade da compra e venda de imóveis com valor superior a 30 salários-mínimos, sendo a presença de testemunhas insuficiente para suprir essa formalidade.

A alternativa B está correta. O contrato de compra e venda é nulo por não obedecer à forma prescrita em lei (escritura pública). Contudo, em homenagem ao princípio da conservação dos negócios jurídicos, ele pode ser convertido em uma promessa de compra e venda, pois contém os requisitos deste outro negócio e reflete a intenção das partes. A fundamentação está no Código Civil:

“Art. 108. Não dispendo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.

Art. 166. É nulo o negócio jurídico quando:

IV - não revestir a forma prescrita em lei;

Art. 170. Se, porém, o negócio jurídico nulo contiver os requisitos de outro, subsistirá este quando o fim a que visavam as partes permitir supor que o teriam querido, se houvessem previsto a nulidade”.

A alternativa C está incorreta, pois o vício de forma acarreta a nulidade absoluta do negócio, e não a sua anulabilidade. O negócio nulo não se sujeita a prazo decadencial.

A alternativa D está incorreta, pois o vício é de nulidade, e não de anulabilidade. Além disso, o reconhecimento de firma não tem o poder de transformar um instrumento particular no instrumento público exigido por lei.

QUESTÃO 42. Eduardo vendeu um imóvel urbano a Clara, estipulando em contrato particular que, caso futuramente ela decidisse vendê-lo, Clara deveria notificá-lo previamente, conferindo-lhe o direito de adquirir o bem nas mesmas condições ofertadas a terceiros. Passados doze meses da compra, Clara recebeu proposta de venda pelo mesmo valor pago e, sem notificar Eduardo, vendeu o imóvel para Flávio. Eduardo, ao saber do negócio já concluído, procurou Flávio para discutir o direito de preferência, mas este afirmou não ter sido informado sobre qualquer cláusula contratual anterior. Eduardo ajuizou ação para haver o imóvel para si, mediante o pagamento do mesmo valor da proposta aceita por Clara. Com base nas disposições legais sobre o direito de preempção, assinale a afirmativa correta.

a) Eduardo não pode exigir o imóvel para si, mas poderá pleitear perdas e danos contra Clara, caso comprove que foi privado de exercer seu direito de preferência.

b) Eduardo poderá reaver o imóvel se provar que notificou Flávio, por escrito, antes da conclusão do negócio, mesmo que Clara tenha omitido a existência da preferência.

c) Eduardo perdeu o direito à preempção, pois este não pode ser exercido se o novo comprador não tinha ciência da cláusula de preferência existente no contrato anterior.

d) Eduardo pode exigir o imóvel para si, mediante depósito do valor ajustado com o terceiro, desde que o faça no prazo de até 180 dias da alienação, conforme admite o Código Civil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata dos efeitos do descumprimento de uma cláusula de preferência contratual.

A alternativa A está correta. O direito de preempção previsto nos artigos 513 e seguintes do Código Civil tem natureza pessoal, e não real. Isso significa que ele vincula apenas as partes que o contrataram. Em caso de descumprimento, o titular do direito não pode reaver o bem de um terceiro de boa-fé, restando-lhe apenas o direito de exigir perdas e danos da parte que violou a cláusula. A fundamentação está no Código Civil:

“Art. 518. Responderá por perdas e danos o comprador, se alienar a coisa sem ter dado ao vendedor ciência do preço e das vantagens que por ela lhe oferecem. Responderá solidariamente o adquirente, se tiver procedido de má-fé”.

A alternativa B está incorreta, pois a notificação ao terceiro não teria o poder de transformar um direito pessoal em um direito real, oponível a todos.

A alternativa C está incorreta. Eduardo não "perdeu" o direito; ele apenas não pode exercê-lo contra o terceiro adquirente. Seu direito de pleitear indenização contra Clara permanece intacto.

A alternativa D está incorreta. O direito de reaver o imóvel mediante depósito é típico de direitos de preferência com eficácia real, e não da preempção puramente contratual do Código Civil.

QUESTÃO 43. Enzo, de 16 anos de idade, ingressou em um grande supermercado e subtraiu diversas peças de picanha, que totalizaram mais de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Um segurança, percebendo a atitude suspeita de Enzo, o apreendeu no estacionamento. Enzo confessou a autoria. O Ministério Público representou contra o adolescente pela prática de ato infracional análogo ao crime de furto (Art. 155, caput, do CP).

Durante a instrução processual, ficou constatado que essa foi a primeira passagem de Enzo pela Vara da Infância e Juventude. A família de Enzo procurou você, como advogado(a), para saber qual medida poderá ser aplicada ao caso.

Com base na expressa disposição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a afirmativa que apresenta, corretamente, a medida que você indicou.

a) Não poderá ser aplicada a medida socioeducativa de advertência, tendo em vista a primariedade e a pouca lesividade do ato.

b) Ele deve receber a medida socioeducativa de internação, já que isso o afastará do meio criminoso e permitirá sua ressocialização.

c) A medida cabível é a semiliberdade, já que ele deve receber uma medida socioeducativa, mas não a ponto de mantê-lo totalmente privado de liberdade.

d) Não cabe a aplicação da medida socioeducativa de internação, porque o ato não foi cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa e não há reiteração em infrações graves.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão exige o conhecimento sobre as hipóteses taxativas que autorizam a aplicação da medida socioeducativa mais gravosa, a internação, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A alternativa A está incorreta, pois a advertência é a medida mais branda e é perfeitamente aplicável em casos de atos infracionais de menor gravidade, especialmente para adolescentes primários. A fundamentação está no ECA:

“Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

I - advertência;

II - obrigação de reparar o dano;

III - prestação de serviços à comunidade;

IV - liberdade assistida;

V - inserção em regime de semi-liberdade;

VI - internação em estabelecimento educacional;

VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI

§ 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.”.

A alternativa B está incorreta, pois a internação é uma medida excepcional, que só pode ser aplicada nas estritas hipóteses legais, o que não é o caso. A fundamentação está no ECA:

“Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;

II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;

III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta”.

A alternativa C está incorreta. Embora a semiliberdade seja uma medida possível no rol do ECA, a afirmação mais precisa e juridicamente correta sobre o caso é a de que a internação é vedada, conforme a alternativa D.

A alternativa D está correta. O Art. 122 do ECA estabelece um rol taxativo para a aplicação da medida de internação (vide transcrição na alternativa anterior). O ato infracional análogo ao furto não envolve violência ou grave ameaça à pessoa (inciso I), e o enunciado afirma que Enzo é primário, afastando a hipótese de reiteração (inciso II). Portanto, a internação é legalmente incabível.

QUESTÃO 44. Matheus, 17 anos, insiste em passar longos períodos na rua, deixando de lado os deveres escolares e, também, os compromissos familiares. A rebeldia de Matheus é atribuída à ausência do pai, que abandonou a família logo após o seu nascimento e de quem nunca mais ele teve notícia. Carolina, preocupada com a situação do filho, busca a inserção de Matheus no mercado formal de trabalho e encontra a oportunidade em um grande supermercado da região.

O estabelecimento necessita de uma pessoa para carregar as caixas de produtos e abastecer o mercado durante a madrugada, especificamente entre meia-noite e quatro horas da manhã. Entretanto, por ainda não ter atingido a maioridade, Carolina possui dúvidas sobre a possibilidade de Matheus trabalhar.

Por isso, procura você, como advogado(a), para ter sua orientação jurídica. Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa que, corretamente, apresenta a sua orientação.

a) Matheus, por estar no final da adolescência, pode trabalhar sem restrições.

b) Matheus não pode ingressar no mercado formal de trabalho, por ainda não ter completado 18 anos.

c) Matheus não pode trabalhar no cargo oferecido, já que o ECA veda o trabalho noturno entre as 22h de um dia e as 5h do dia seguinte.

d) Por ter 17 anos, Matheus pode trabalhar no mercado durante a madrugada, desde que a atividade não prejudique a sua frequência às aulas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda as regras de proteção ao trabalho do adolescente, especificamente a vedação ao trabalho noturno.

A alternativa A está incorreta. O trabalho do adolescente, mesmo próximo da maioridade, possui restrições claras na Constituição Federal, na CLT e no ECA, visando proteger seu desenvolvimento.

A alternativa B está incorreta. O trabalho é permitido para maiores de 16 anos, e na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. Como Matheus tem 17 anos, ele pode ingressar no mercado de trabalho, desde que respeitadas as condições protetivas.

A alternativa C está correta. A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente proíbem expressamente o trabalho noturno para menores de 18 anos. O ECA define como trabalho noturno aquele realizado entre as 22h de um dia e as 5h do dia seguinte. Como o horário oferecido (00h às 04h) está integralmente dentro desse período, o trabalho é vedado.

Veja a literalidade da CF/88:

“Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;”

Veja a literalidade do ECA:

“Art. 67. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho:

I - noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;”

A alternativa D está incorreta. A permissão para o trabalho do adolescente não é condicionada apenas à frequência escolar. A vedação ao trabalho noturno é uma regra autônoma, que não pode ser flexibilizada.

QUESTÃO 45. Maria Victoria, em maio de 2023, decidiu aceitar a oferta do cartão de crédito Black, oferecido pelo Banco Y, do qual já era correntista há cerca de três anos. Contudo, em agosto de 2023, deixou de pagar a fatura de julho, no valor de R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais). Em razão disso, passado o vencimento, o Banco Y debitou automaticamente da conta-corrente dela o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), referente ao denominado "pagamento mínimo" da fatura do cartão de crédito. Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

a) Nas hipóteses em que não há previsão contratual para tanto, é possível ao banco debitar automaticamente o valor integral da fatura do cartão de crédito da conta-corrente do consumidor, quando ultrapassados 60 dias do inadimplemento e notificado o consumidor do débito após 30 dias da data do seu vencimento.

b) Independentemente de serem contratos distintos, pelo fato de existir uma única relação jurídica entre o consumidor e o banco, pode o banco debitar o valor mínimo da fatura do cartão de crédito automaticamente da conta-corrente do consumidor em caso de inadimplemento.

c) Havendo saldo em conta, mesmo não havendo previsão contratual para tanto, é possível ao banco debitar automaticamente o valor integral da fatura do cartão de crédito da conta-corrente do consumidor, quando ultrapassados 30 dias do inadimplemento e notificado o consumidor do débito.

d) Tratando-se de contratos distintos, de cartão de crédito e de conta-corrente, o banco somente pode fazer o débito na conta-corrente do valor mínimo da fatura se essa possibilidade estiver prevista de forma expressa, clara e destacada no contrato celebrado com a instituição financeira.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda a legalidade do débito automático do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito na conta-corrente do consumidor, tema pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) no julgamento do REsp 1.626.997/RJ.

As alternativas A e C estão incorretas, pois o STJ entende que o débito automático, mesmo do valor mínimo, depende de autorização contratual, não podendo ser realizado de forma arbitrária pelo banco, muito menos no valor integral.

A alternativa B está incorreta, pois parte de uma premissa equivocada. O STJ reconhece que o contrato de conta-corrente e o de cartão de crédito são instrumentos distintos, ainda que vinculados à mesma instituição financeira.

A alternativa D está correta. Conforme decidido pelo STJ no REsp 1.626.997/RJ, a cláusula que autoriza o débito em conta-corrente do valor mínimo da fatura em caso de inadimplemento não é, por si só, abusiva. Contudo, sua validade está condicionada à existência de previsão contratual expressa, clara e destacada, em respeito ao dever de informação previsto no Código de Defesa do Consumidor.

“RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - AVENTADA ABUSIVIDADE DE CLÁUSULA INSERTA EM CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO NA QUAL PREVISTO, EM CASO DE INADIMPLEMENTO DO TITULAR, O DÉBITO DIRETO EM CONTA CORRENTE DO VALOR MÍNIMO DA FATURA - INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS QUE REPUTARAM ILÍCITA A PRÁTICA E CONDENARAM A DEMANDADA À RESTITUIÇÃO EM DOBRO DAS QUANTIAS. INSURGÊNCIA DA RÉ. Hipótese: Cinge-se a controvérsia principal em saber se, em contrato de cartão de crédito, é abusiva a cláusula contratual que permite o desconto do valor, referente ao pagamento mínimo da fatura em caso de inadimplemento, diretamente na conta corrente do titular do cartão. 1. Não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide quando o Tribunal de origem entender adequadamente instruído o feito, declarando a prescindibilidade de produção probatória, por se tratar de matéria eminentemente de direito ou de fato já provado de forma documental. 1.1 No caso, a verificação da necessidade da produção de outras provas, faculdade adstrita ao magistrado, demanda revolvimento de matéria fática, providência vedada pela Súmula 7/STJ. 2. Na linha da jurisprudência do STJ, o Ministério Público tem legitimidade ativa para ajuizar ação civil pública com o propósito de velar direitos difusos, coletivos e, também, individuais homogêneos dos consumidores, ainda que disponíveis. 3. Não é abusiva a cláusula inserta em contrato de cartão de crédito que autoriza a operadora/financeira a debitar na conta corrente do respectivo titular o pagamento do valor mínimo da fatura em caso de inadimplemento, ainda que contestadas as despesas lançadas. 4. Inviável a devolução (em dobro) das quantias até então descontadas pela financeira, haja vista que o montante debitado diretamente na conta corrente do titular do cartão a título de pagamento mínimo de fatura está expressamente autorizado por cláusulas

contratuais adequadamente redigidas que não redundam em constrangimento apto a denotar defeito na prestação do serviço, tampouco demonstram desprezo à vulnerabilidade do consumidor no mercado. 5. Recurso especial parcialmente provido para julgar improcedentes os pedidos da inicial”.

QUESTÃO 46. Mário, passando por dificuldades financeiras, solicitou, em juízo, a instauração de processo de repactuação de dívidas, que é deferido juntamente com a designação de audiência conciliatória. Na data fixada, a maior parte dos credores compareceu, com exceção do Banco XYZ S.A., que preferiu não se submeter à conciliação por superendividamento, por entender ser infrutífero o procedimento. A respeito da ausência do Banco XYZ S.A. à audiência, assinale a afirmativa correta.

a) Acarreta o vencimento antecipado da dívida de Mário.

b) Interrompe os encargos da mora incidentes em seu crédito.

c) Permite-lhe ajuizar individualmente ação de cobrança do crédito.

d) Importa na submissão ao plano de repactuação de dívidas nas mesmas condições que os credores presentes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata das consequências para o credor que não comparece à audiência de conciliação no processo de repactuação de dívidas por superendividamento, conforme o Código de Defesa do Consumidor (CDC).

A alternativa B está correta. A ausência injustificada do credor acarreta sanções específicas, previstas no CDC. Dentre elas, estão a suspensão da exigibilidade do débito e a interrupção dos encargos da mora (juros, multas, etc.). Portanto, a alternativa B descreve corretamente uma das consequências legais.

“Art. 104-A. A requerimento do consumidor superendividado pessoa natural, o juiz poderá instaurar processo de repactuação de dívidas, com vistas à realização de audiência conciliatória, presidida por ele ou por conciliador credenciado no juízo, com a presença de todos os credores de dívidas previstas no art. 54-A deste Código, na qual o consumidor apresentará proposta de plano de pagamento com prazo máximo de 5 (cinco) anos, preservados o mínimo existencial, nos termos da regulamentação, e as garantias e as formas de pagamento originalmente pactuadas. (...)”

§ 2º O não comparecimento injustificado de qualquer credor, ou de seu procurador com poderes especiais e plenos para transigir, à audiência de conciliação de que trata o caput deste artigo acarretará a suspensão da exigibilidade do débito e a interrupção dos encargos da mora, bem como a sujeição compulsória ao plano de pagamento da dívida se o montante devido ao credor ausente for certo e conhecido pelo consumidor, devendo o pagamento a esse credor ser estipulado para ocorrer apenas após o pagamento aos credores presentes à audiência conciliatória”.

As demais alternativas estão incorretas. A ausência não acarreta o vencimento antecipado da dívida (A), nem permite o ajuizamento de ação individual (C). A submissão ao plano (D) também é uma

consequência, mas a interrupção dos encargos da mora é uma sanção distinta e imediata, tornando a alternativa B a resposta precisa.

QUESTÃO 47. A sociedade empresária Pinheiros & Filhos Ltda., constituída em 2017 e com sede em Pancas, ES, pretende registrar como marca o sinal distintivo nominativo Pancadão, a ser utilizado nos produtos alimentícios que ela fornece a mercados, supermercados e armazéns na região de Pancas, ES, e Resplendor, MG. Na mesma cidade de Pancas, ES, há um estabelecimento explorado pelo empresário individual Domingos Guandu, cujo título é Bar e Mercearia Pancadão, constituído em 2000 e usado desde então, que revende os produtos alimentícios fornecidos por Pinheiros & Filhos Ltda. Considerados estes dados, a respeito do registro de marca, assinale a afirmativa correta.

a) Não há impedimento do registro de Pancadão como marca, pois o uso do mesmo sinal distintivo para título de estabelecimento de terceiro, ainda que anterior, é incapaz de retirar a originalidade da marca.

b) Não há impedimento do registro de Pancadão como marca, haja vista que o sinal distintivo é novo e só há proteção para o título de estabelecimento no âmbito da propriedade industrial com o registro no INPI.

c) Pancadão não poderá ser registrado como marca por ser a reprodução de sinal distintivo característico de título de estabelecimento de terceiro, quando suscetível de causar confusão ou associação entre a marca e o título de estabelecimento.

d) Pancadão não poderá ser registrado como marca em razão da prioridade de uso do título de estabelecimento Pancadão pelo empresário Domingos Guandu, em âmbito nacional, decorrente da inscrição do empresário na Junta Comercial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a Lei de Propriedade Industrial - LPI (Lei nº 9.279/96)

A alternativa A está incorreta. O uso anterior de um sinal distintivo como título de estabelecimento, se suscetível de causar confusão ou associação, é um impedimento ao registro de marca, conforme o art. 124, inciso XIX, da Lei nº 9.279/1996 (LPI): " Não são registráveis como marca: (...) XIX - reprodução ou imitação, no todo ou em parte, ainda que com acréscimo, de título de estabelecimento ou nome de empresa de terceiros, suscetível de causar confusão ou associação;"

A alternativa B está incorreta. Porque a LPI protege o título de estabelecimento contra o registro de marcas colidentes, conforme o art. 124, inciso XIX, da LPI, já citado. Portanto, há sim impedimento do registro de Pacadão já é o nome do estabelecimento comercial constituído em 2000.

A alternativa C está correta. O registro da marca "Pancadão" é impedido porque é uma reprodução de um sinal distintivo já utilizado como título de estabelecimento "Bar e Mercearia Pancadão", que já vem exercendo suas atividades desde 2000, e essa reprodução é suscetível de causar confusão ou associação

entre os consumidores, condição vedada conforme o art. 124, inciso XIX, da LPI, já mencionado na alternativa A.

A alternativa D está incorreta. A proteção do título de estabelecimento não é automaticamente de âmbito nacional pela inscrição na Junta Comercial. A proteção é, em regra, regional. O impedimento ao registro da marca decorre do risco de confusão na área de atuação comum, e não de uma proteção nacional automática do título de estabelecimento, conforme o artigo 124, XIX, da LPI, já mencionado. A proteção em âmbito nacional, deverá ser registrado no Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, que conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 5.648/70 (INPI): " O INPI tem por finalidade principal executar, no âmbito nacional, as normas que regulam a propriedade industrial, tendo em vista a sua função social, econômica, jurídica e técnica, bem como pronunciar-se quanto à conveniência de assinatura, ratificação e denúncia de convenções, tratados, convênios e acordos sobre propriedade industrial".

QUESTÃO 48. Em relação aos elementos caracterizadores do empresário, assinale a afirmativa correta.

a) O empresário caracteriza-se pelo exercício profissional de atos de comércio, dentre os quais não se inclui a prestação de serviços.

b) O exercício de profissão intelectual, de natureza artística, literária ou científica em nenhuma hipótese poderá servir para caracterizar o empresário.

c) O empresário caracteriza-se pelo exercício profissional de atividade econômica organizada para produção ou circulação de bens ou de serviços.

d) A inscrição do empresário na Junta Comercial e o exercício de atividade econômica em caráter habitual são os dois requisitos para sua caracterização.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o Empresário e seus elementos caracterizadores.

A alternativa A está incorreta. Porque a prestação de serviços pode, sim, caracterizar a atividade empresarial. O empresário caracteriza-se pelo exercício profissional de atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens *ou de serviços*, conforme dispõe o art. 966 do Código Civil. "Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços"

A alternativa B está incorreta. O exercício de profissão intelectual, de natureza artística, literária ou científica *pode* caracterizar o empresário se o exercício da profissão constituir elemento de empresa, conforme o parágrafo único do art. 966 do CC, vejamos: " Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa".

A alternativa C está correta. Esta alternativa reproduz a definição legal de empresário contida no artigo 966 do CC/02: "Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços."

A alternativa D está incorreta. A inscrição do empresário na Junta Comercial é um requisito para a *regularidade* do empresário, mas não para sua *caracterização*. O empresário é caracterizado pelo exercício da atividade econômica organizada, independentemente de sua inscrição. O art.967 do CC, estabelece a obrigatoriedade da inscrição, mas não a coloca como elemento definidor: "É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade."

QUESTÃO 49. Mercado Barra Velha Ltda. emitiu nota promissória no valor de R\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais), com vencimento no dia 19 de dezembro de 2021. Não houve pagamento na data do vencimento e o credor somente levou o título a protesto no dia 2 de dezembro de 2023, sendo o protesto lavrado dois dias após. Sobre o caso, com base na legislação de regência da nota promissória e das condições para sua cobrança em face do emitente, assinale a afirmativa correta.

a) O credor ainda poderá promover a execução da nota promissória em face do emitente em razão da interrupção da prescrição pelo protesto cambial.

b) O credor poderá promover a execução da nota promissória em face do emitente, considerando-se que ainda não expirou o prazo de cinco anos para a propositura da ação cambial.

c) O credor não pode promover a execução da nota promissória, em razão do protesto para a cobrança do emitente ser facultativo e do decurso do prazo de três anos da data do vencimento.

d) O título deveria ter sido apresentado até o primeiro dia útil após o vencimento, acarretando a perda do direito de ação em caso de inobservância dessa regra, embora o protesto seja facultativo para a cobrança.

Comentários

A alternativa correta é a letra **A**. A questão trata sobre Nota promissória e a prescrição da ação de execução de nota promissória contra o emitente.

A alternativa A está correta. O protesto cambial, mesmo que tardio para fins de direito de regresso, tem o efeito de interromper a prescrição da ação executiva contra o emitente, conforme o artigo 202, III, do Código Civil: "A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á: (...) III - por protesto cambial". Como o protesto ocorreu em 02/12/2023, antes do término do prazo prescricional de 3 anos (que seria em 19/12/2024), a prescrição foi interrompida, e um novo prazo de 3 anos começou a correr a partir da data do protesto.

A alternativa B está incorreta. O prazo prescricional para a ação de execução de nota promissória contra o emitente é de 3 (três) anos, contados da data do vencimento, conforme o art. 70 da Lei Uniforme de

Genebra (LUG), internalizada pelo Decreto nº 57.663/1966: " Todas as ações contra o aceitante relativas a letras prescrevem em três anos a contar do vencimento.", aplicado às notas promissórias pelo art. 77 da mesma lei: "São aplicáveis à nota promissória, na parte em que não sejam contrárias à natureza deste título, as disposições relativas à letra e concernentes: (...) 3º) à prescrição (arts. 70 e 71);". Portanto o prazo de cinco anos é para a ação monitória ou ação de cobrança, após a perda da força executiva do título.

A alternativa C está incorreta. Embora o protesto seja facultativo para a cobrança do emitente, a afirmação de que o credor não pode promover a execução devido ao decurso do prazo de três anos está incorreta, pois o protesto realizado em 02/12/2023 interrompeu a prescrição.

A alternativa D está incorreta. A apresentação do título para protesto até o primeiro dia útil após o vencimento é relevante para o direito de regresso contra coobrigados, mas sua inobservância não acarreta a perda do direito de ação contra o emitente. Para o emitente, a ação executiva prescreve em três anos do vencimento, e essa prescrição pode ser interrompida pelo protesto.

QUESTÃO 50. A padaria Jacaré dos Homens Ltda. teve sua falência requerida em razão da impontualidade no pagamento de duplicata de prestação de serviço, no valor de R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais), aceita e devidamente protestada para este fim. A devedora procurou você, como advogado(a), informando que pretende depositar o valor cobrado. Acerca deste depósito, assinale a afirmativa correta.

- a) Deverá ser realizado em dinheiro, no prazo de quinze dias, contado da citação da devedora.**
- b) Compreenderá o valor total do crédito, acrescido de correção monetária, juros e honorários advocatícios.**
- c) Suspenderá o processo pelo prazo de trinta dias ou até que seja apreciado o mérito da cobrança, o que ocorrer por último.**
- d) Poderá ser realizado em dinheiro ou mediante prestação de caução real ou fidejussória no prazo de cinco dias, contado da citação.**

Comentários

A alternativa correta é a letra **B**. A questão trata sobre a Lei de Recuperação Judicial e Falência - LRF.

A alternativa A está incorreta. O prazo para o depósito elisivo é de 10 dias, e não 15, conforme o art. 98 da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação Judicial e Falência - LRF): "Citado, o devedor poderá apresentar contestação, no prazo de 10 (dez) dias, contado da juntada aos autos do mandado de citação, ou depositar o valor correspondente ao total do crédito, acrescido de correção monetária, juros e honorários advocatícios, para elidir a falência."

A alternativa B está correta. O depósito elisivo deve cobrir o valor principal, correção monetária, juros e honorários advocatícios, e ser realizado no prazo de dez dias, conforme o parágrafo único do art. 98, da LRF, vejamos: "Citado, o devedor poderá apresentar contestação, no prazo de 10 (dez) dias, contado

da juntada aos autos do mandado de citação, ou depositar o valor correspondente ao total do crédito, acrescido de correção monetária, juros e honorários advocatícios, para elidir a falência".

A alternativa C está incorreta. O depósito elisivo, quando realizado nos termos da lei, não apenas suspende o processo de falência, mas o elide, ou seja, impede a decretação da falência, transformando o pedido em ação de cobrança. O prazo para o depósito também está incorreto, pois não é até o primeiro dia útil subsequente ao da distribuição do pedido, mas sim no prazo de 10 dias da citação, conforme o artigo 98 da LRF, já mencionado na alternativa A.

A alternativa D está incorreta. O prazo para o depósito elisivo é de 10 dias, e não 5, conforme o artigo 98 da LRF, já citado.

QUESTÃO 51. João propõe ação de exigência das contas contra o seu sócio, Vinícius, para verificar a regularidade da administração dos bens da pessoa jurídica Discos de Vinil Ltda, da qual ambos são sócios.

Vinícius contesta o pedido, sustentando que já havia prestado as contas extrajudicialmente, bem como efetuado a juntada da prestação de contas em conjunto com a contestação.

Nesse caso, continuando o procedimento, o Juiz deverá

- a) intimar João para se manifestar no prazo de 15 dias.**
- b) julgar antecipadamente o mérito, impondo a Vinícius o dever de prestar as contas.**
- c) extinguir o processo sem resolução do mérito, ante a falta de interesse de agir de João.**
- d) designar, necessariamente, uma audiência de instrução e julgamento para colher o depoimento pessoal das partes, a fim de deslindar a controvérsia.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da **ação de exigir contas**, que possui natureza **bifásica**, disciplinada no **Código de Processo Civil, arts. 550 a 553**.

A alternativa A está correta porque reproduz exatamente o comando legal do art. 550, § 2º do CPC. Uma vez apresentadas as contas pelo réu, o juiz deve abrir vista ao autor para que ele concorde, impugne e aponte inconsistências. Esse é o marco de transição entre a fase inicial e a análise do conteúdo das contas.

"CPC, Art. 550. Aquele que afirmar ser titular do direito de exigir contas requererá a citação do réu para que as preste ou ofereça contestação no prazo de 15 (quinze) dias. (...)

§ 2º Prestadas as contas, o autor terá 15 (quinze) dias para se manifestar, prosseguindo-se o processo na forma do Capítulo X do Título I deste Livro."

A alternativa B está incorreta porque ignora a dinâmica bifásica. O juiz não pode, automaticamente, impor o dever de prestar contas se elas já foram apresentadas. Nesse caso, o foco deixa de ser a existência do dever e passa a ser a análise da regularidade das contas.

“CPC, Art. 550. Aquele que afirmar ser titular do direito de exigir contas requererá a citação do réu para que as preste ou ofereça contestação no prazo de 15 (quinze) dias.”

A alternativa C está incorreta porque a alegação de prestação extrajudicial não elimina, por si só, o interesse de agir. O autor pode justamente buscar o Judiciário para verificar a correção e completude dessas contas, o que mantém o interesse processual.

A alternativa D está incorreta porque não há obrigatoriedade de audiência de instrução. O procedimento pode seguir de forma documental, especialmente nessa fase inicial, em que se analisa a prestação apresentada. A instrução probatória só ocorrerá se houver controvérsia fática relevante após a manifestação do autor.

QUESTÃO 52. A Associação de Defesa dos Usuários de Smartphone (ADUS) ajuizou ação civil pública em face do fabricante X, requerendo a sua condenação para a retirada do aparelho Y do mercado, em razão de vícios em seu processo construtivo.

Após a oferta de contestação pelo réu, no curso da fase instrutória, houve abandono imotivado da causa pela Associação.

Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedado ao Poder Público se habilitar como litisconsorte na causa.**
- b) O Ministério Público poderá assumir a titularidade da ação, assim como outra associação legitimada.**
- c) A ação deverá ser extinta sem resolução do mérito, fundado em abandono da causa, independentemente de requerimento do réu.**
- d) A associação, para propor a ação civil pública, deve necessariamente ter sido constituída há pelo menos um ano, vedada a dispensa de tal requisito por decisão judicial.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da ação civil pública, regida principalmente pela Lei da Ação Civil Pública, e, especificamente, da hipótese de abandono da causa pelo legitimado ativo.

A alternativa A está incorreta porque não há vedação à atuação do Poder Público. Ao contrário, a própria Lei da Ação Civil Pública prevê amplo rol de legitimados, incluindo entes públicos, que podem inclusive intervir ou assumir a ação. A lógica do sistema coletivo é de máxima proteção do interesse difuso ou coletivo, e não de restrição de participação.

“Lei nº 7.347/85, Art. 5º Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar:

I - o Ministério Público;

II - a Defensoria Pública;

III - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

IV - a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista;

V - a associação (...).”

A alternativa B está correta porque reproduz exatamente a previsão legal do art. 5º, § 3º da Lei nº 7.347/85. O abandono da ação por associação não leva à extinção automática do processo. Em vez disso, a lei garante a continuidade da demanda mediante a substituição do legitimado ativo pelo Ministério Público ou por outro legitimado coletivo.

“Lei nº 7.347/85, Art. 5º, § 3º Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa.”

A alternativa C está incorreta porque aplica indevidamente a lógica do processo individual (CPC). Nas ações coletivas, não se extingue automaticamente por abandono, justamente porque o interesse não pertence apenas ao autor. A extinção só ocorreria se nenhum legitimado assumisse a causa.

A alternativa D está incorreta porque, embora a regra geral exija que a associação tenha pelo menos 1 ano de constituição, esse requisito pode ser dispensado pelo juiz, quando houver manifesto interesse social.

“Lei nº 7.347/85, Art. 5º, V - a associação que, concomitantemente:

a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil;

(...)

§ 4.º O requisito da pré-constituição poderá ser dispensado pelo juiz, quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido.”

QUESTÃO 53. Machado de Assis ajuizou ação indenizatória em face de Quincas Borba, pugnando pela condenação do réu ao pagamento de indenização por danos morais e materiais, resultantes do inadimplemento de contrato de prestação de serviços.

O Juiz condenou o réu ao pagamento de indenização por danos morais no montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e danos materiais, a serem apurados em sede de liquidação de sentença, diante da necessidade de comprovação dos prejuízos que vêm sendo experimentados pelo autor, desde a ocorrência do ilícito.

Quincas Borba contratou você, como advogado(a), para interpor recurso de apelação, buscando a reforma integral da sentença.

Tomando o caso acima como premissa, assinale a opção que, corretamente, apresenta sua orientação.

a) Enquanto não houver o julgamento do recurso de apelação, não será possível realizar a liquidação de sentença no capítulo referente aos danos materiais.

b) Apesar de Quincas Borba ter ofertado apelação, Machado de Assis poderá requerer desde logo a liquidação do capítulo dos danos materiais em autos apartados.

c) A liquidação de sentença somente poderá ser promovida por requerimento de Machado de Assis, pois o réu não detém legitimidade para requerer a liquidação de sentença.

d) Quincas Borba, em liquidação de sentença, poderá rediscutir a obrigação de pagamento dos danos materiais, sendo lícito ao Juiz modificar a sentença anteriormente proferida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão envolve a compreensão de dois institutos do Código de Processo Civil: efeitos da apelação e liquidação de sentença.

A alternativa A está correta porque reconhece que, havendo apelação com impugnação total da sentença, não se pode iniciar a liquidação. Isso decorre do efeito suspensivo da apelação e da ausência de certeza quanto à existência do direito indenizatório. A liquidação pressupõe título judicial consolidado, o que não ocorre nesse cenário.

“CPC, Art. 509. Quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida, proceder-se-á à sua liquidação,(...)”

“CPC, Art.1.012. A apelação terá efeito suspensivo.”

A alternativa B está incorreta porque aplica indevidamente a regra geral da liquidação pendente de recurso. De fato, o CPC admite liquidação mesmo com recurso em andamento, mas isso pressupõe que o capítulo condenatório não esteja sendo integralmente impugnado. Aqui, como a apelação busca reforma total, a liquidação não pode ser iniciada.

A alternativa C está incorreta porque restringe indevidamente a legitimidade. A liquidação pode ser requerida por qualquer das partes interessadas, inclusive pelo réu, por exemplo, para delimitar o valor da condenação. Não há exclusividade do autor.

“CPC, Art. 509. Quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida, proceder-se-á à sua liquidação, a requerimento do credor ou do devedor (...)”

A alternativa D está incorreta porque viola a coisa julgada material em formação. A liquidação não permite rediscutir o mérito da condenação (*an debeatur*), mas apenas quantificar o valor devido (*quantum debeatur*). O juiz não pode modificar a sentença na fase de liquidação.

“CPC, Art. 509. § 4º Na liquidação é vedado discutir de novo a lide ou modificar a sentença que a julgou.”

QUESTÃO 54. Por conta de danos sofridos em um acidente de trânsito, Juciara ajuizou ação em face de Carla, pleiteando a sua condenação ao pagamento de indenização.

Julgado procedente o pedido, a Ré foi condenada ao pagamento de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a título de indenização por danos morais e materiais. Transitada em julgado a sentença, Carla imediatamente peticiona no referido processo, antes de qualquer depósito, oferecendo o pagamento de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), com o devido depósito de tal quantia, e pleiteando o reconhecimento do cumprimento de sua obrigação.

Sobre tal fato, assinale a afirmativa correta.

a) Concluindo o Juiz pela insuficiência do depósito, incidirão a multa e os honorários advocatícios de 10% sobre o valor total devido.

b) Juciara deverá ser intimada do depósito e, caso impugne o valor, somente poderá levantar o montante total após o Juiz decidir sobre a suficiência do depósito.

c) Caso Juciara não se oponha ao valor ofertado, ainda que inferior à condenação, será reconhecida como satisfeita a obrigação, com a conseqüente extinção do processo.

d) O cumprimento de sentença depende da expressa manifestação de vontade da parte autora, de modo que Carla não poderia realizar o depósito dos valores devidos antes de intimada para tanto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do cumprimento de sentença por quantia certa, especialmente da possibilidade de pagamento espontâneo pelo devedor e dos efeitos da aceitação (ou não) pelo credor.

A alternativa A está incorreta porque a multa e os honorários do art. 523 do CPC só incidem após o não pagamento no prazo de 15 dias após intimação. Aqui houve pagamento espontâneo antes mesmo dessa fase, o que afasta automaticamente a incidência da penalidade.

“CPC, Art. 523, § 1º Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento.”

A alternativa B está incorreta porque restringe indevidamente o levantamento dos valores. O credor pode levantar a quantia incontroversa independentemente da discussão sobre eventual saldo remanescente. O CPC não condiciona o levantamento à prévia decisão sobre a suficiência do depósito.

“CPC, Art. 525. Transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.”

A alternativa C está correta porque reflete o princípio da disponibilidade do crédito. Se a credora não se opõe ao valor ofertado, ainda que inferior ao fixado na sentença, presume-se sua concordância, o que caracteriza renúncia parcial ao crédito ou transação tácita. Nessa hipótese, considera-se satisfeita a obrigação, com a conseqüente extinção do processo, nos termos do art. 924, II, do CPC.

“CPC, Art. 924. Extingue-se a execução quando: (...)

II - a obrigação for satisfeita;”

A alternativa D está incorreta porque o cumprimento de sentença não depende de iniciativa exclusiva do credor para pagamento. O devedor pode antecipar o adimplemento, inclusive antes da intimação formal, em prestígio ao princípio da cooperação e à efetividade processual.

“CPC, Art. 526. É lícito ao réu, antes de ser intimado para o cumprimento da sentença, comparecer em juízo e oferecer em pagamento o valor que entender devido, apresentando memória discriminada do cálculo.”

QUESTÃO 55. Paula ajuizou ação indenizatória por atraso de voo contra a companhia aérea Big Ben perante certo Juizado Especial Cível. Em sentença, o Magistrado condenou a companhia aérea ao pagamento de determinada quantia em dinheiro.

Interposto recurso inominado pela companhia aérea, a Turma Recursal competente proveu o recurso. No entanto, em sua decisão, cometer graves erros de aplicação e normas infraconstitucionais federais e normas constitucionais. A decisão colegiada, por outro lado, não incorreu em omissão, contradição, obscuridade ou erro material, e a matéria constitucional está devidamente pré-questionada.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

a) Não há recurso cabível contra a decisão proferida pela Turma Recursal.

b) Paula deve opor embargos de declaração a fim de sanar os erros de interpretação de norma cometidos pela Turma Recursal.

c) Paula deve interpor recurso extraordinário contra a decisão da Turma Recursal, tendo em vista que a decisão incorreu em erros de aplicação de normas constitucionais.

d) Paula deve interpor recurso especial e recurso extraordinário simultaneamente, tendo em vista que o primeiro é cabível quando há violação à norma infraconstitucional federal, enquanto o segundo é cabível quando há violação à norma constitucional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão exige compreender a estrutura recursal dos Juizados Especiais Cíveis, especialmente o que cabe após decisão de Turma Recursal.

A alternativa A está incorreta porque afirma inexistência de recurso. Isso não procede, pois, embora não caiba recurso especial, é plenamente cabível o recurso extraordinário quando houver violação constitucional.

“CF/88, Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: (...)

III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

a) contrariar dispositivo desta Constituição;”

A alternativa B está incorreta porque os embargos de declaração não servem para corrigir erro de interpretação jurídica quando não há vício formal. Como a questão afirma inexistirem omissão, contradição ou obscuridade, não há fundamento para Embargos de Declaração.

“CPC, Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;

II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;

III - corrigir erro material.”

A alternativa C está correta porque identifica o único recurso cabível no caso: o recurso extraordinário, diante da alegada violação a normas constitucionais. Além disso, o enunciado já informa que houve pré-questionamento, o que é requisito indispensável para o RE.

“CF/88, Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: (...)

III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

a) contrariar dispositivo desta Constituição;”

A alternativa D está incorreta porque inclui o recurso especial, o que é expressamente vedado pela Súmula 203 do STJ. Ainda que haja violação a norma infraconstitucional, não cabe REsp contra decisão de Turma Recursal.

“STJ, Súmula 203: Não cabe recurso especial contra decisão proferida, nos limites de sua competência, por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais.”

QUESTÃO 56. Aziz ajuizou ação de procedimento comum contra Betina, na qual requer sua condenação ao pagamento de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por danos morais, após ter se sentido

humilhado por Betina, que o xingou na frente de colegas de trabalho durante certa reunião profissional.

Em primeiro grau, o Magistrado proferiu sentença que julgou parcialmente procedente o pedido de Aziz, condenando Betina ao pagamento de R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Aberto o prazo de 15 dias úteis para a interposição de recurso contra a sentença, apenas Aziz interpôs apelação, tendo requerido a reforma da decisão para que Betina fosse condenada a pagar o valor integral de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Após a interposição do recurso de apelação por Aziz, o Magistrado abriu o prazo para que Betina apresentasse contrarrazões no prazo legal.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

a) Betina poderá apresentar contrarrazões ao recurso unicamente no prazo de 15 dias corridos.

b) Betina poderá apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 15 dias úteis e, nos 15 dias úteis subsequentes, poderá interpor apelação adesiva.

c) Betina poderá apresentar, no prazo concedido, contrarrazões ao recurso e interpor apelação adesiva; caso o recurso de apelação de Aziz seja inadmitido, o recurso de Betina também o será.

d) Betina poderá apresentar apenas contrarrazões ao recurso, não sendo possível a interposição de recurso adesivo no caso concreto, tendo em vista que o recurso adesivo não é admissível em apelação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do cabimento do recurso adesivo, sua forma de interposição e sua natureza subordinada no sistema recursal do Código de Processo Civil.

A alternativa A está incorreta, pois afirma que o prazo para apresentação de contrarrazões seria de 15 dias corridos, o que não encontra respaldo no ordenamento jurídico vigente. O Código de Processo Civil estabelece expressamente que os prazos processuais devem ser contados em dias úteis, inclusive os prazos recursais e para contrarrazões. Assim, Betina dispõe de 15 dias úteis para se manifestar.

“CPC, art. 1.003, § 5º: Excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias.”

“CPC, art. 219: Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.”

A alternativa B está incorreta porque cria uma sistemática inexistente no Código de Processo Civil ao afirmar que haveria um prazo sucessivo para interposição do recurso adesivo após as contrarrazões. Na realidade, o recurso adesivo deve ser interposto no mesmo prazo das contrarrazões, não havendo fase posterior autônoma para sua apresentação.

“CPC, art. 997, § 2º, I: O recurso adesivo será interposto perante o órgão competente para julgar o recurso principal, no prazo de que a parte dispõe para responder.”

A alternativa C está correta, pois reflete com precisão o regime jurídico do recurso adesivo. Betina pode, dentro do prazo de 15 dias úteis, apresentar contrarrazões e, simultaneamente, interpor apelação adesiva. Além disso, o recurso adesivo possui natureza subordinada ao recurso principal, de modo que sua admissibilidade depende da existência e conhecimento deste. Assim, se o recurso de Aziz não for admitido, o recurso adesivo de Betina também não será conhecido.

“CPC, art. 997, § 2º, III: O recurso adesivo não será conhecido, se houver desistência do recurso principal ou se este for considerado inadmissível.”

A alternativa D está incorreta porque afirma que o recurso adesivo não é admissível em apelação, o que é juridicamente equivocado. O recurso adesivo é expressamente admitido no sistema processual civil e pode ser utilizado, inclusive, em sede de apelação, sendo essa uma de suas hipóteses mais comuns de incidência.

“CPC, Art. 997, § 2º, II - será admissível na apelação, no recurso extraordinário e no recurso especial;”

QUESTÃO 57. Josué foi condenado, por sentença transitada em julgado, pela prática do crime de tráfico de drogas, a cumprir a pena de 9 anos de reclusão e 900 dias-multa. Durante a execução da pena, entre as opções de trabalho e estudo que lhe foram ofertadas, Josué optou por aderir aos cursos profissionalizantes a distância, com o objetivo de reduzir o tempo de encarceramento. Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- a) Josué tem direito à remição na razão de um dia de pena para cada dia de estudo.**
- b) O tempo de ensino a distância pode ser computado para fins de remição da pena.**
- c) Em caso de falta grave, o Juiz poderá revogar a integralidade do tempo remido do ato praticado.**
- d) A detração por trabalho na prisão é mais vantajosa do que a remição do tempo de pena pelo estudo.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o tema Execução Penal - Da remição de pena.

A alternativa A está incorreta. Josué tem direito à remição na razão de um dia de pena para cada 12 horas de frequência escolar, divididas em no mínimo 3 dias, conforme art. 126, §1º da Lei nº 7.210 (Lei de Execução Penal - LEP):

“O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. § 1º A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de: (Redação dada pela Lei nº 12.433, de 2011);I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de qualificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias; (Incluído pela Lei nº 12.433, de 2011);II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho. (Incluído pela Lei nº 12.433, de 2011).”

A alternativa B está correta. O tempo de ensino a distância pode ser computado para fins de remição da pena, conforme determina o § 2º do art. 126 da LEP, vejamos: "As atividades de estudo a que se refere o § 1º deste artigo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados. (Redação dada pela Lei nº 12.433, de 2011).

A alternativa C está incorreta. Em caso de falta grave, o Juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, e não a integralidade como afirma a alternativa: " Em caso de falta grave, o tempo remido começará a ser contado a partir da data da infração, e o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, observado o disposto no art. 57 desta Lei" (LEP, art. 127).

A alternativa D está incorreta. A detração por trabalho na prisão e a remição do tempo de pena pelo estudo são institutos diferentes, com critérios de cálculo distintos, e não se pode afirmar que um é "mais vantajoso" que o outro de forma genérica.

QUESTÃO 58. Pedro costumava consumir maconha. Vislumbrando a perspectiva de lucro, passou a plantá-la e a fabricar artesanalmente cigarros de maconha, mantendo-os parcialmente em depósito e vendendo o restante da produção por meio de aplicativo de mensagens telefônicas. Devido ao aumento da divulgação do serviço prestado, Pedro foi investigado e preso quando possuía, em casa, 500 gramas de maconha, sendo acusado da prática do crime de tráfico de drogas por cinco vezes, haja vista que importou sementes, plantou-as, fabricou cigarros e os manteve em depósito, além de vender parte da produção. Você, como advogado(a), foi constituído(a) por Pedro para atuar no curso da Ação Penal. Sobre o caso narrado, assinale a opção que indica, corretamente, a orientação jurídica que você prestou.

a) Pedro praticou apenas o crime de porte de drogas para o consumo pessoal, pois a droga foi produzida e apreendida no interior de sua casa.

b) Pedro praticou o crime de tráfico de drogas por cinco vezes, sob continuidade delitiva, razão pela qual faz jus à mitigação da pena total.

c) Pedro praticou crime único de tráfico de drogas, pois o tipo penal aplicável ao caso é misto, o que atrai a incidência do princípio da alternatividade.

d) Pedro praticou o crime de tráfico de drogas por cinco vezes, sob concurso formal, razão pela qual faz jus à mitigação da pena total.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o crime de tráfico de drogas e o princípio da alternatividade.

A alternativa A está incorreta. As condutas de Pedro (plantar, fabricar, depositar e vender) e a quantidade de droga apreendida (500 gramas de maconha) indicam a finalidade de tráfico, afastando o consumo pessoal. Conforme o artigo 28 da Lei nº 11.343/2006: "Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em

desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas: (...)". Além disso, na alternativa menciona que Pedro comercializava a droga: "mantendo-os parcialmente em depósito e vendendo o restante da produção por meio de aplicativo de mensagens telefônicas.

A alternativa B está incorreta. Não se trata de continuidade delitiva. As múltiplas ações de tráfico são consideradas um único crime devido ao tipo penal misto alternativo, e não crimes distintos em continuidade. Conforme o artigo 71 do Código Penal: "Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços".

A alternativa C está correta. Pedro praticou crime único de tráfico de drogas. O artigo 33 da Lei nº 11.343/2006 é um tipo penal misto alternativo, o que significa que a prática de várias condutas nele descritas, no mesmo contexto fático e com a mesma finalidade, configura um único crime, em virtude do princípio da alternatividade. "Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa."

A alternativa D está incorreta. Não se aplica o concurso formal. As diversas condutas do tráfico, em um tipo penal misto alternativo, são consideradas um único crime, não havendo pluralidade de crimes para configurar concurso formal. Conforme o artigo 70 do Código Penal: "Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos, bem como se há lesões corporais de natureza grave ou morte, e o agente, por qualquer meio, não podia prever ou evitar o resultado."

QUESTÃO 59. Daniel chegou em casa embriagado e exigiu que sua esposa, Bianca, praticasse com ele conjunção carnal. Diante da recusa de Bianca, Daniel passou a empregar a coação física contra a sua esposa, porém, os gritos de Bianca foram ouvidos por vizinhos, que lograram entrar no imóvel e imobilizar Daniel, antes que consumasse o ato. Daniel foi denunciado pelo delito de estupro, mas, alguns meses após os fatos, e antes do recebimento da denúncia, Daniel e Bianca reataram o casamento. A você, na qualidade de advogada) de defesa de Daniel, cabe alegar

- a) a retratação tácita da representação da ofendida.**
- b) a causa de diminuição de pena em razão da tentativa.**
- c) a excludente de ilicitude ante o exercício regular de um direito.**
- d) o perdão tácito em razão da manutenção da sociedade conjugal.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o crime de estupro. A natureza da ação penal e as causas de diminuição de pena.

A alternativa A está incorreta. A retratação da representação deve ser expressa e formal, não se admitindo a retratação tácita, mesmo antes do oferecimento da denúncia, conforme dispõe o art. 16 do CP, vejamos: "Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços".

A alternativa B está correta. Daniel não consumou o ato de conjunção carnal por circunstâncias alheias à sua vontade (intervenção dos vizinhos), o que configura tentativa. A tentativa é uma causa de diminuição de pena. Conforme o artigo 14, inciso II, do Código Penal: "Diz-se o crime: (...) II - tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente. Pena de tentativa Parágrafo único - Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços."

A alternativa C está incorreta. Não há excludente de ilicitude por exercício regular de um direito, pois o casamento não confere o direito de praticar conjunção carnal mediante coação física. O art. 213 do CP, prescreve que: "Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos."

A alternativa D está incorreta. O perdão tácito aplica-se apenas a crimes de ação penal privada, e não a crimes de ação penal pública condicionada à representação, como o estupro.

QUESTÃO 60. Hermenegildo e Ataulfo são amigos desde a infância, mas, devido a divergências políticas, tornaram-se inimigos. Na véspera da eleição para Presidente do Sindicato da classe a qual pertencem, eles se encontraram em um botequim da cidade de Sucupira e o primeiro sacou sua pistola, que estava carregada com 17 munições, e disparou uma vez, com a intenção de matar, na direção de Ataulfo, atingindo-o no joelho. No clima tenso que surgiu depois do ato, Ataulfo lembrou a Hermenegildo que ambos formaram o ataque do time de futebol que se sagrou campeão juvenil na escola primária. Hermenegildo, emocionado com a lembrança do ex-amigo, abandonou a arma de fogo no chão e foi embora. Ataulfo sobreviveu sem sequelas. Diante da situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

a) Houve arrependimento voluntário, e Hermenegildo deve responder pelo crime que desejou consumir.

b) Houve crime impossível, pois a conduta de Hermenegildo mostrou-se absolutamente ineficaz.

c) Houve tentativa imperfeita, pois a hesitação de Hermenegildo impediu o resultado mais gravoso.

d) Houve desistência voluntária, e Hermenegildo deve responder pelos atos já praticados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a desistência voluntária no direito penal.

A alternativa A está incorreta. Não houve arrependimento voluntário. O arrependimento voluntário ocorre quando o agente esgota os meios executórios e impede o resultado, o que não aconteceu, pois Hermenegildo tinha mais munições. Conforme o artigo 15 do Código Penal: "O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados."

A alternativa B está incorreta. Não houve crime impossível. O meio (pistola carregada) não era absolutamente ineficaz, pois o disparo atingiu a vítima. Conforme o artigo 17 do Código Penal: "Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime."

A alternativa C está incorreta. Não houve tentativa imperfeita. Embora Hermenegildo não tenha esgotado os meios, a situação se enquadra na desistência voluntária, que possui tratamento jurídico mais benéfico do que a tentativa.

A alternativa D está correta. Porque houve desistência voluntária. Hermenegildo, mesmo podendo prosseguir na execução do crime, voluntariamente desistiu. Ele responderá apenas pelos atos já praticados, ou seja, pela lesão corporal. Conforme o artigo 15 do CP, já citado na alternativa A.

QUESTÃO 61. Leandro e Leonardo planejaram matar Sérgio e, para tanto, resolveram simular um assalto durante o qual aqueles efetuariam disparos com armas de fogo na direção deste. Leandro e Leonardo foram conduzidos ao local em dois carros pilotados, respectivamente, por José e Luciano, que estavam cientes do plano, mas se recusaram a pegar nas armas de fogo. Sérgio faleceu em razão dos ferimentos. Diante da situação hipotética, assinale a opção correta.

a) José e Luciano são partícipes do crime de homicídio doloso consumado praticado por Leandro e Leonardo.

b) José e Luciano praticaram tentativa de roubo, enquanto Leandro e Leonardo praticaram o crime de homicídio.

c) José e Luciano são autores colaterais do crime de roubo, enquanto Leandro e Leonardo são autores mediatos do crime de homicídio.

d) José e Luciano não integram o concurso de agentes, pois somente Leandro e Leonardo detinham o domínio final da empreitada criminoso

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o concurso de pessoas.

A alternativa A está correta. José e Luciano são partícipes do crime de homicídio doloso consumado. Eles estavam cientes do plano de matar Sérgio e forneceram auxílio material (transporte) para a

execução do crime. Conforme o artigo 29 do Código Penal: "Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade."

A alternativa B está incorreta. Não se pode afirmar que José e Luciano praticaram tentativa de roubo. O roubo foi simulado como meio para o homicídio, e a intenção principal e conhecida por todos era matar Sérgio.

A alternativa C está incorreta. Não se trata de autoria colateral ou mediata. Há um plano conjunto para o homicídio, com divisão de tarefas, configurando concurso de pessoas conforme art. 29 do CP (já citado na alternativa A).

A alternativa D está incorreta. José e Luciano integram o concurso de agentes. Eles contribuíram de forma relevante para a empreitada criminosa, fornecendo o transporte e estando cientes do plano de matar, caracterizando participação.

QUESTÃO 62. Paulo, ao sair irritado da partida em que o seu clube de futebol havia perdido de goleada para o maior rival, sacou sua arma de fogo e, mesmo não desejando diretamente matar alguém, mas assumindo o risco de fazê-lo, disparou diversas vezes na direção de uma estação de trem, pois tinha ciência de que ela estava lotada e servia como ponto de encontro para a torcida do clube rival. Um dos disparos acabou atingindo fatalmente um padre, que se deslocava em direção à igreja para officiar a missa. Sobre o crime praticado por Paulo, assinale a afirmativa correta.

a) Homicídio, mediante dolo eventual.

b) Homicídio culposo, pois sua intenção não era causar a morte.

c) Tentativa de homicídio, pois sua intenção não era causar a morte.

d) Homicídio mediante preterdolo, pois o padre não estava entre os alvos de Paulo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o dolo eventual.

A alternativa A está correta. Paulo praticou homicídio mediante dolo eventual. Ele disparou em uma estação lotada, assumindo o risco de matar qualquer pessoa, mesmo sem desejar diretamente o resultado. O fato de ter atingido um padre, que não era seu "alvo" direto, não descaracteriza o dolo eventual, pois o risco de morte foi assumido. Conforme o artigo 18, I, do CP: "Diz-se o crime: I - doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo;"

A alternativa B está incorreta. Não se trata de homicídio culposo. Paulo assumiu o risco de matar ao disparar em local lotado, o que afasta a culpa. Conforme o artigo 18, inciso II, do Código Penal: "Art. 18 - Diz-se o crime: (...) II - culposo, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia."

A alternativa C está incorreta. Não se trata de tentativa de homicídio, pois o resultado morte se consumou. Conforme o artigo 14, II, do CP: " Diz-se o crime: (...) II - tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente."

A alternativa D está incorreta. Não se trata de homicídio mediante preterdolo, porque Paulo assumiu o risco de matar, o que afasta o preterdolo. Assim ele agiu com dolo eventual em relação à morte, mesmo não desejando matar alguém.

QUESTÃO 63. Leandro oferece queixa-crime no Juizado Especial Criminal. O Juiz rejeita a queixa sustentando a existência de decadência.

Na condição de advogado(a) de Leandro, assinale a opção que indica, corretamente, o recurso que deve ser interposto contra a decisão que rejeitou a queixa.

a) Apelação.

b) Recurso inominado.

c) Carta testemunhável.

d) Recurso em sentido estrito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema de Recursos em sede dos Juizados Especiais Criminais.

A alternativa A está correta. No rito sumaríssimo (Lei nº 9.099/95), a regra para o recurso contra a decisão que rejeita a denúncia ou queixa é a apelação. O Art. 82 da Lei nº 9.099/95 dispõe expressamente:

"Art. 82. Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que poderá ser julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado."

A alternativa B está incorreta. O "Recurso Inominado" é utilizado exclusivamente na esfera Cível dos Juizados Especiais (Art. 41 da Lei nº 9.099/95). No âmbito Criminal, o legislador optou pelo nome técnico "Apelação". Embora na prática funcionem de forma similar, o examinador cobra a nomenclatura correta do rito criminal.

A alternativa C está incorreta. A carta testemunhável (Arts. 639 a 646 do CPP) é um recurso usado para garantir o seguimento de outros recursos que foram retidos ou cujo processamento foi negado pelo juiz. Não é o recurso primário contra a rejeição de uma inicial acusatória.

A alternativa D está incorreta. Esta alternativa tenta induzir o aluno ao erro com base no Art. 581, I, do CPP, que prevê o RESE contra a decisão que rejeita a denúncia ou queixa no rito comum. No JECRIM,

vigora o princípio da especialidade. A Lei nº 9.099/95 afasta a aplicação do RESE nesse caso específico, substituindo-o pela Apelação do Art. 82.

QUESTÃO 64. Débora, primária e sem antecedentes, foi presa em flagrante no Aeroporto Internacional de Guarulhos, quando desembarcava no Brasil, em voo vindo do exterior, com um artefato que simulava uma arma de fogo de uso proibido na bagagem, ou seja, um simulacro que pode facilmente ser confundido com uma arma de fogo real. O simulacro é produto de importação proibida no Brasil. Débora foi enquadrada no delito de tráfico internacional de armas, previsto no Art. 18 do Estatuto do Desarmamento, cuja pena cominada é de 8 a 16 anos de reclusão, com a causa de aumento de metade (Art. 19 do Estatuto). A Polícia Federal lavrou o auto de prisão em flagrante e Débora foi submetida à audiência de custódia perante o Juiz Federal de Guarulhos.

Como advogado(a) de Débora, assinale a afirmativa que contém as teses defensivas corretas.

a) A atipicidade do fato, ante o crime impossível e, ainda que assim não fosse, há incompetência absoluta da Justiça Federal.

b) A desclassificação para contrabando (pena de 2 a 5 anos) e o cabimento de liberdade provisória, com ou sem medidas cautelares diversas da prisão.

c) Como Débora é mulher e não tem antecedentes criminais, e o fato não foi cometido mediante violência ou grave ameaça, é cabível a substituição da prisão preventiva por domiciliar.

d) O fato foi meramente tentado, de forma que a pena mínima cominada com a redução máxima pela tentativa é igual a 4 anos, tornando cabível o acordo de não persecução penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão versa sobre liberdade provisória.

A alternativa A está incorreta. Não se trata de crime impossível, pois a conduta de importar o objeto existe e é proibida, consoante previsão no Art. 26 da Lei 10.826 de 2003.

“Art. 26. São vedadas a fabricação, a venda, a comercialização e a importação de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo, que com estas se possam confundir.”

Além disso, como a apreensão ocorreu em um aeroporto internacional em voo vindo do exterior, a competência é da Justiça Federal.

A alternativa B está correta. O simulacro, ou “arma de brinquedo”, é uma réplica de uma arma de fogo, podendo ser confundido como se esta fosse. A conduta de Débora se amolda no crime de Contrabando (Art. 334-A do CP), por tratar-se de mercadoria proibida e não no crime de tráfico internacional de arma de fogo.

“Art. 334-A. Importar ou exportar mercadoria proibida:”

No que tange à liberdade provisória, embora a pena máxima do contrabando (5 anos) permita, em tese, a decretação da prisão preventiva (Art. 313, I, do CPP), a ausência dos requisitos do Art. 312 (perigo à ordem pública, econômica, etc.) obriga o juiz a conceder a liberdade provisória, nos termos do Art. 321 do CPP

“Art. 321. Ausentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva, o juiz deverá conceder liberdade provisória, impondo, se for o caso, as medidas cautelares previstas no art. 319 deste Código e observados os critérios constantes do art. 282 deste Código.”

A alternativa C está incorreta. Embora o Art. 318-A do CPP permita a substituição para mulheres com filhos menores ou gestantes, o enunciado não menciona que Débora possui filhos ou está grávida, logo, não restam cumpridos os requisitos para a configuração da prisão domiciliar (arts. 317 a 318-B do CPP).

A alternativa D está incorreta. O crime de contrabando na modalidade "importar" se consuma quando a mercadoria entra no território nacional (no caso, o desembarque no aeroporto). Portanto, a conduta praticada por Débora foi consumada, não se podendo falar em tentativa.

QUESTÃO 65. Marivaldo foi denunciado por organização criminosa e peculato. A denúncia foi lastreada, exclusivamente, no depoimento de Sérgio, corréu, que celebrou acordo de colaboração premiada com o Ministério Público.

Assim, recebida a denúncia, foram citados ambos os réus, sendo que a citação de Marivaldo ocorreu no dia 10/05, e a de Sérgio, no dia 20/05 do corrente ano.

De acordo com o caso narrado, na qualidade de advogado(a) de Marivaldo, assinale a opção que apresenta a conduta adequada a ser adotada.

a) O prazo de apresentação da resposta à acusação é de dez dias a contar da citação do último corréu, tratando-se de prazo comum às partes.

b) O prazo de apresentação da resposta à acusação é de dez dias a contar da citação de Marivaldo, podendo ser encerrado antes do prazo de Sérgio.

c) Deve ser alegada a violação ao contraditório, pois o corréu delatado deve participar das tratativas de celebração do acordo de colaboração premiada.

d) Deve ser alegada a ausência de justa causa para o recebimento da denúncia, pois a palavra do colaborador, sem provas de corroboração, é insuficiente para o recebimento da denúncia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão versa sobre a Lei das Organizações Criminosas (Lei 12.853/2013).

A alternativa A está incorreta. No Processo Penal, a regra geral é que os prazos são individuais. Diferente do Processo Civil, o prazo para defesa não começa a fluir apenas após a juntada do último mandado de citação, mas sim a partir da citação de cada réu individualmente.

“Art. 798. Todos os prazos correrão em cartório e serão contínuos e peremptórios, não se interrompendo por férias, domingo ou dia feriado.

§ 5º *Salvo os casos expressos, os prazos correrão:*

a) da intimação;

b) da audiência ou sessão em que for proferida a decisão, se a ela estiver presente a parte;

c) do dia em que a parte manifestar nos autos ciência inequívoca da sentença ou despacho.”

Nesse sentido, vejamos também o que diz a súmula 710 do STF:

“Súmula 710/STF. No processo penal, contam-se os prazos da data da intimação, e não da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem.”

A alternativa B está incorreta. Embora o prazo realmente comece da citação de Marivaldo (Art. 396 do Código de Processo Penal), em casos de réus colaboradores e delatados, o STF entende que o delatado deve falar por último para garantir o contraditório, o que torna a afirmação “podendo ser encerrado antes do prazo de Sérgio” tecnicamente incorreta.

A alternativa C está incorreta. O réu delatado (Marivaldo) não tem o direito de participar das tratativas do acordo de colaboração premiada entre o Ministério Público e o delator (Sérgio). O acordo é um negócio jurídico personalíssimo entre o Estado e o colaborador.

A alternativa D está correta. A questão aborda o texto expresso da Lei nº 12.850/13 (Lei de Organização Criminosa) que dispõe que o recebimento da denúncia ou queixa-crime não poderá ocorrer com base apenas nas declarações do colaborador premiado (Art. 4º).

“Art. 4º O juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais dos seguintes resultados:

§ 16. *Nenhuma das seguintes medidas será decretada ou proferida com fundamento apenas nas declarações do colaborador:*

I - medidas cautelares reais ou pessoais;

II - recebimento de denúncia ou queixa-crime

III - sentença condenatória.”

QUESTÃO 66. Vanessa foi denunciada pelo crime de furto por ter subtraído um celular. Na audiência, a prova testemunhal apontou que Vanessa utilizou de grave ameaça, consistente em apontar um revólver para a vítima, como meio de obtenção do celular. A vítima não compareceu à audiência de reconhecimento de pessoas.

O Juiz, usando a prova testemunhal, sem qualquer aditamento da denúncia por parte do Ministério Público, condenou Vanessa pelo crime de roubo.

Sobre a hipótese, assinale a opção que apresenta, corretamente, o que a defesa deve alegar na apelação.

a) A violação ao princípio do *ne bis in idem*.

b) A violação ao princípio da correlação entre acusação e sentença.

c) A impossibilidade de a prova testemunhal servir para condenar a ré, inclusive pelo furto.

d) A nulidade do processo, porque a condenação dependeria necessariamente do reconhecimento pessoal feito pela vítima.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão versa sobre a Mutatio Libelli e os princípios do Direito Processual Penal.

A alternativa A está incorreta. O princípio do *ne bis in idem* impede que alguém seja processado duas vezes pelo mesmo fato.

A alternativa B está correta. O juiz condenou Vanessa por **roubo** (fato novo: grave ameaça) sendo que ela foi denunciada por **furto**. Como houve elemento novo não contido na denúncia, o juiz deveria ter aberto prazo para o MP aditar a peça, consoante previsão no art. 384 do Código de Processo Penal (Mutatio Libelli). Como não o fez, violou a correlação entre acusação e sentença (princípio da congruência).

“Art. 384. Encerrada a instrução probatória, se entender cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, o Ministério Público deverá aditar a denúncia ou queixa, no prazo de 5 (cinco) dias, se em virtude desta houver sido instaurado o processo em crime de ação pública, reduzindo-se a termo o aditamento, quando feito oralmente.”

A alternativa C está incorreta. A prova testemunhal é perfeitamente válida para condenação, desde que submetida ao contraditório.

A alternativa D está incorreta. O reconhecimento pessoal (Art. 226 do CPP) é uma prova importante, mas sua ausência não gera nulidade se houver outros elementos (como a testemunha) que comprovem a autoria. Ademais, o próprio texto legal demonstra a sua não obrigatoriedade (“quando houver necessidade”).

“Art. 226. Quando houver necessidade de fazer-se o reconhecimento de pessoa, proceder-se-á pela seguinte forma:”

QUESTÃO 67. Anderson está sendo investigado pela prática do crime de extorsão mediante sequestro. Depois da quebra dos sigilos bancários e fiscal, a polícia efetuou o indiciamento de Anderson, sendo certo que não existia mais nenhuma diligência pendente.

A defesa de Anderson requereu o acesso aos autos da investigação, que foi negado pelo Delegado de Polícia, com o argumento da inquisitividade e sigilo do inquérito policial. O Juiz também negou o acesso afirmando que o inquérito é sigiloso e possuía extratos bancários e fiscais.

Assinale a opção que indica, corretamente, o argumento que você, na condição de advogado(a), deve usar no recurso para garantir o acesso ao inquérito.

a) O princípio de in dubio pro reo.

b) O direito absoluto de acessar o inquérito, em qualquer hipótese, como consectário da ampla defesa.

c) O princípio da publicidade, que deve ser aplicado tanto na fase de investigação quanto na fase processual.

d) É direito do advogado regularmente constituído ter acesso às diligências já documentadas, somado ao fato de não existir nenhuma diligência pendente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o Direito de Acesso aos Autos (Súmula Vinculante 14).

A alternativa A está incorreta. O princípio do *in dubio pro reo* é um princípio de julgamento, na qual, havendo dúvidas, absolve-se o réu.

A alternativa B está incorreta. O acesso pode ser negado a diligências em curso para não comprometer a investigação.

A alternativa C está incorreta. O inquérito é, por regra, sigiloso para terceiros (Art. 20 do CPP). O acesso do advogado baseia-se na ampla defesa e não na publicidade geral.

A alternativa D está correta. Se a diligência já foi realizada e documentada (como os extratos bancários citados), e não há nada pendente, o acesso é direito do advogado constituído.

“Súmula Vinculante 14: É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.”

QUESTÃO 68. Nicola injuriou Robson e Carlos, servidores públicos federais, por fatos relacionados a times de futebol, mas sem caráter racial na injúria. Robson ofereceu queixa-crime, ao passo que Carlos deixou passar o prazo de decadência.

O Juiz extinguiu a punibilidade, sob o argumento de que a decadência do direito de um dos envolvidos provocava a extinção de punibilidade em relação a todos.

Assinale a opção que apresenta o recurso que você, na condição de advogado(a) de Robson, deve apresentar.

a) O princípio da eventualidade demonstra o equívoco da decisão do Juiz.

b) O direito de queixa é autônomo para cada vítima, o que torna impossível, juridicamente, a extensão da decadência nesse caso.

c) A decadência não extingue a punibilidade, sendo apenas uma causa de diminuição a ser levada em consideração na dosimetria da pena.

d) A propositura de queixa por parte de Robson interrompeu o prazo de decadência para Carlos, uma vez que não há que se falar em extinção de punibilidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão versa sobre a contagem de decadência do direito de queixa.

A alternativa A está incorreta. O princípio da eventualidade prevê que a parte deve apresentar todas as suas teses de uma vez na contestação/recurso, não tendo relação com a extinção da punibilidade por decadência.

A alternativa B está correta. Nos crimes de ação penal privada, o prazo decadencial de 6 meses conta-se individualmente para cada vítima (Art. 38 do CPP).

“Art. 38. Salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do art. 29, do dia em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia.”

A alternativa C está incorreta. A decadência é causa expressa de extinção da punibilidade conforme o Art. 107, IV, do Código Penal.

A alternativa D está incorreta. O prazo decadencial é fatal e improrrogável. A ação de uma vítima não aproveita nem interrompe o prazo para a outra.

QUESTÃO 69. Antônio José, segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social, completou 65 anos de idade, após 30 anos ininterruptos de atividade remunerada como segurado empregado.

Diante disso, procurou você, como advogado(a), para ser orientado sobre sua aposentadoria.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, a sua orientação.

a) Antônio não possui carência para fins de aposentadoria.

b) Antônio já possui idade e carência para fins de aposentadoria.

c) Antônio somente poderia, no caso narrado, se aposentar após 35 anos de contribuição.

d) Antônio não possui idade mínima, na forma fixada pela Constituição da República de 1988.

Comentários

O gabarito preliminar aponta a alternativa **A** como correta. Todavia, essa alternativa apresenta vício jurídico relevante, pois parte de premissa incompatível com o regime legal do Regime Geral de Previdência Social.

Isso porque afirma que o segurado não possui carência, mesmo tendo exercido atividade remunerada como segurado empregado por 30 anos ininterruptos, o que, por si só, evidencia o cumprimento da carência exigida em lei.

Nos termos da legislação previdenciária, a carência corresponde ao número mínimo de contribuições mensais indispensáveis à concessão do benefício. Para a aposentadoria por idade, exige-se o cumprimento de 180 contribuições mensais, conforme previsão legal expressa.

“Lei nº 8.213/91, art. 25, II: A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social depende dos seguintes períodos de carência:

II - aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição e aposentadoria especial: 180 contribuições mensais.”

No caso concreto, Antônio exerceu atividade como segurado empregado por 30 anos, o que corresponde a, no mínimo, 360 contribuições mensais, superando amplamente o requisito de carência. Além disso, também foi cumprido o requisito etário exigido constitucionalmente para a aposentadoria por idade.

“CF/88, art. 201, § 7º: É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

I - 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher (...).”

Dessa forma, Antônio já preenche simultaneamente os requisitos de idade e carência, fazendo jus à aposentadoria por idade.

Conclui-se, portanto, que a alternativa **A** está incorreta, por negar indevidamente o cumprimento da carência, em evidente contradição com os fatos narrados e com o art. 25, II, da Lei nº 8.213/91. Por outro lado, a alternativa **B** reflete corretamente o ordenamento jurídico aplicável ao caso.

Assim, a alternativa correta é a **letra B**, sendo a questão passível de recurso para alteração do gabarito ou anulação.

Vamos aos comentários:

A alternativa A está incorreta, pois afirma que Antônio não possui carência, o que é juridicamente impossível diante do caso concreto. O segurado exerceu atividade remunerada como empregado por 30 anos, o que implica recolhimento obrigatório de contribuições previdenciárias, superando amplamente o mínimo exigido de 180 contribuições mensais.

“Lei nº 8.213/91, art. 25. A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social depende dos seguintes períodos de carência, ressalvado o disposto no art. 26: (...)”

II - aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço e aposentadoria especial: 180 contribuições mensais.”

A alternativa B está correta, pois Antônio já preenche cumulativamente os requisitos legais para aposentadoria por idade: idade mínima de 65 anos e carência mínima de 180 contribuições mensais. No caso concreto, ele possui 30 anos de contribuição, o que corresponde a 360 contribuições, superando o requisito legal.

“CF/88, art. 201, § 7º, I: É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

I - 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher (...)”

“Lei nº 8.213/91, art. 25. A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social depende dos seguintes períodos de carência, ressalvado o disposto no art. 26: (...)”

II - aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço e aposentadoria especial: 180 contribuições mensais.”

A alternativa C está incorreta, pois exige 35 anos de contribuição, requisito que não se aplica à aposentadoria por idade. Além disso, após a Emenda Constitucional nº 103/2019, a aposentadoria por tempo de contribuição deixou de existir como regra geral, sendo substituída por regras de transição. No caso narrado, o segurado já faz jus à aposentadoria por idade.

“CF/88, art. 201, § 7º, I: (...) 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem (...)”

A alternativa D está incorreta, pois afirma que Antônio não possui idade mínima, o que contraria diretamente o enunciado, que informa que ele já completou 65 anos, idade exigida pela Constituição Federal para aposentadoria por idade do homem.

“CF/88, art. 201, § 7º, I: (...) 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem (...)”.

QUESTÃO 70. Manuela Dias, empregada doméstica, procurou você, como advogado(a), para receber orientação jurídica para uma demanda relacionada a acidente de trabalho, que ocorreu durante os seus afazeres diários na residência da empregadora doméstica, que gerou incapacidade temporária.

Assinale a opção que indica a orientação correta.

a) Manuela poderá usufruir de benefício previdenciário por incapacidade temporária, ainda que possua menos de 12 contribuições mensais.

b) O acidente de trabalho somente será reconhecido como tal caso haja incapacidade mínima de seis meses para o trabalho, avaliada por perícia médica.

c) A conexão da incapacidade com o trabalho poderá ser aferida pelo INSS, mas nunca com a aplicação do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário - NTEP.

d) A incapacidade de Manuela, na situação narrada, nunca poderia ser decorrente de doenças, pois o acidente de trabalho é sempre súbito, imediato e instantâneo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata dos benefícios por incapacidade no âmbito do Regime Geral de Previdência Social, especialmente quanto à dispensa de carência nos casos de acidente de trabalho, inclusive para a empregada doméstica.

A alternativa A está correta, pois, nos casos de acidente de trabalho, não se exige o cumprimento de carência para a concessão do benefício por incapacidade temporária, ainda que o segurado possua menos de 12 contribuições mensais, nos termos do artigo 26, I, da Lei nº 8.213/91.

“Lei nº 8.213/91, art. 26. Independe de carência a concessão das seguintes prestações:

I - pensão por morte, salário-família e auxílio-acidente; (Redação dada pela Lei nº 13.846, de 2019)”

A alternativa B está incorreta, pois não há exigência legal de incapacidade mínima de seis meses para caracterização de acidente de trabalho. O reconhecimento do acidente independe de tempo mínimo de afastamento, bastando a relação entre o evento e a incapacidade.

“Lei nº 8.213/91, Art. 19. Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço de empresa ou de empregador doméstico ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. (Redação dada pela Lei Complementar nº 150, de 2015)”

A alternativa C está incorreta, pois afirma que nunca se aplica o Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP), o que não é correto. O NTEP é instrumento legal de presunção do nexo causal entre a doença e o trabalho, sendo utilizado pelo INSS na caracterização de acidentes do trabalho.

“Lei nº 8.213/91, Art. 21-A. A perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) considerará caracterizada a natureza acidentária da incapacidade quando constatar ocorrência de nexó técnico epidemiológico entre o trabalho e o agravo, decorrente da relação entre a atividade da empresa ou do empregado doméstico e a entidade mórbida motivadora da incapacidade elencada na Classificação Internacional de Doenças (CID), em conformidade com o que dispuser o regulamento.(Redação dada pela Lei Complementar nº 150, de 2015)”

A alternativa D está incorreta, pois restringe indevidamente o conceito de acidente de trabalho a eventos súbitos. A legislação previdenciária equipara ao acidente de trabalho as doenças ocupacionais, que podem se desenvolver de forma progressiva.

“Lei nº 8.213/91, art. 20. Consideram-se acidente do trabalho, nos termos do artigo anterior, as seguintes entidades mórbidas:

I - doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;

II - doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I.”

QUESTÃO 71. Pedro trabalha numa sociedade empresária desde 2022. Na norma coletiva da categoria de Pedro há uma cláusula que fixa o intervalo intrajornada de 20 minutos para a jornada superior a seis horas diárias e, outra cláusula, prevendo que a remuneração do trabalho noturno será igual à do diurno.

Considerando o que foi estipulado na norma coletiva, de acordo com a CLT, assinale a afirmativa correta.

- a) Ambas as cláusulas da norma coletiva são inválidas.**
- b) Somente a cláusula relativa ao trabalho noturno é válida.**
- c) Somente a cláusula relativa ao intervalo intrajornada é válida.**
- d) Ambas as cláusulas são válidas, porque relativas a direitos passíveis de negociação.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata dos limites da negociação coletiva em face de direitos trabalhistas.

A alternativa A está correta, pois ambas as cláusulas são inválidas. A cláusula sobre o intervalo intrajornada é inválida porque, embora a negociação seja permitida, a lei estabelece um piso que não foi respeitado, nos termos da CLT:

“Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre: (...)

III - intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas;”

A cláusula sobre o trabalho noturno também é inválida, pois a supressão do adicional noturno é expressamente vedada pela lei, constituindo objeto ilícito de negociação, conforme a CLT:

“Art. 611-B. Constituem objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução dos seguintes direitos:

VI - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;”

Devido ao fundamento da letra A, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 72. A sociedade empresária Distribuidora de Bebidas Bom Paladar Ltda. pretende instituir uma política de incentivo aos seus empregados. Para tanto, deseja dar benefícios compreendidos em melhorias da condição de trabalho, com o fornecimento de uniformes novos, mais leves e confortáveis, computadores portáteis, transporte coletivo de ida e volta para o trabalho em ônibus da sociedade empresária, além de incentivo à educação, com pagamento de mensalidades e bolsa-livros para todos os empregados.

Você foi procurado(a), como advogado(a), para responder à consulta da sociedade empresária acerca da integração dos valores à remuneração dos empregados.

Diante disso, observado o texto da CLT, assinale a afirmativa que, corretamente, apresenta a sua resposta.

- a) Todos os benefícios concedidos não integrarão a remuneração dos empregados.**
- b) Apenas a concessão de uniformes novos não integrará a remuneração dos empregados.**
- c) Apenas o benefício de incentivo à educação não integrará a remuneração dos empregados.**
- d) Apenas o fornecimento de transporte não integrará a remuneração dos empregados, por ser tempo à disposição do empregador.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o conceito de salário-utilidade, também conhecido como salário "in natura", e as exceções legais que impedem que determinados benefícios fornecidos pelo empregador integrem a remuneração do empregado para fins de cálculo de outras verbas trabalhistas e encargos.

Para responder à consulta da empresa, é necessário analisar cada benefício à luz do que dispõe a CLT:

“Art. 458 - Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações "in natura" que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado. Em caso algum será permitido o pagamento com bebidas alcoólicas ou drogas nocivas.

§ 2º Para os efeitos previstos neste artigo, não serão consideradas como salário as seguintes utilidades concedidas pelo empregador:

I – vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, para a prestação do serviço;

II – educação, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático;

III – transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público;

IV – assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde;

V – seguros de vida e de acidentes pessoais;

VI – previdência privada;

VIII - o valor correspondente ao vale-cultura”.

A alternativa A está correta. Todos os benefícios que a Distribuidora de Bebidas Bom Paladar Ltda. pretende conceder estão expressamente listados no rol de utilidades que não são consideradas salário. A fundamentação legal para essa conclusão é o artigo 458, § 2º, incisos I, II e III, da CLT.

Devido ao fundamento da letra A, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 73. Jonas trabalhava em uma sociedade empresária desde 2021. Com a nova chefia, que assumiu em janeiro de 2025, Jonas passou a ser explícita e sistematicamente discriminado pelo chefe em razão de sua orientação sexual, já que mantinha uma relação homoafetiva que era de conhecimento geral. Jonas foi dispensado, sem justa causa, em março de 2025.

Em razão disso, Jonas o(a) procurou, na condição de advogado(a), para conhecer dos seus direitos.

Assinale a opção que, considerando os fatos narrados e a norma de regência, apresenta, corretamente, sua orientação jurídica para o caso.

a) Nada há a fazer, porque é direito do empregador efetuar a dispensa sem justa causa.

b) O direito que assiste a Jonas é ser reintegrado, com ressarcimento integral de todo o período de afastamento.

c) Jonas poderá optar entre a reintegração ou a percepção, em dobro, da remuneração do período de afastamento.

d) Caberá apenas o pagamento, de forma simples, do período compreendido entre a dispensa e o ajuizamento da ação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata das consequências jurídicas da dispensa discriminatória, especificamente em razão da orientação sexual do empregado.

A alternativa A está incorreta, pois o direito potestativo do empregador de dispensar sem justa causa não é absoluto, encontrando limite na proibição de práticas discriminatórias.

A alternativa B está incorreta, já que está incompleta, pois a reintegração é uma das opções do empregado, mas não a única.

A alternativa C está correta, pois reflete exatamente o direito de escolha que a Lei nº 9.029/95 confere ao empregado vítima de dispensa discriminatória:

“Art. 4º O rompimento da relação de trabalho por ato discriminatório, nos moldes desta Lei, além do direito à reparação pelo dano moral, faculta ao empregado optar entre:

I - a reintegração com ressarcimento integral de todo o período de afastamento, mediante pagamento das remunerações devidas, corrigidas monetariamente e acrescidas de juros legais;

II - a percepção, em dobro, da remuneração do período de afastamento, corrigida monetariamente e acrescida dos juros legais”.

A alternativa D está incorreta, pois a lei prevê uma reparação mais robusta do que o simples pagamento do período de afastamento.

QUESTÃO 74. Paulo foi contratado pela sociedade empresária Novos Horizontes para exercer a função de técnico em informática. João trabalha no mesmo setor e, por força de readaptação, exerce a mesma função de Paulo há seis meses. Luciana foi contratada um ano depois de Paulo, e ambos exercem a mesma função, não havendo diferença no trabalho realizado pelos três empregados.

A sociedade empresária não tinha pessoal organizado em quadro de carreira, e o trabalho era distribuído entre os três indistintamente. Contudo, João recebia R\$ 600,00 (seiscentos reais) a mais que Paulo, que, por sua vez recebia R\$ 500,00 (quinhentos reais) a mais de salário que Luciana. Diante disso, você, como advogado(a), foi consultado(a) por Luciana acerca da diferença salarial.

Assinale a opção que apresenta A alternativa correta dada ao questionamento.

a) A diferença salarial não se justifica em nenhuma das hipóteses, cabendo a equiparação ao salário de maior valor.

b) Paulo pode ganhar mais que Luciana pelo fato de ser homem, mas, em relação a João, a diferença salarial é injustificável.

c) Paulo pode ganhar mais que Luciana em razão do tempo na função, que é a razão de Luciana não fazer jus ao mesmo salário que João.

d) A diferença salarial de Luciana em relação a Paulo não se justifica, pelo que os dois deveriam receber o mesmo salário, mas no caso de João, por ser readaptado, a diferença salarial é cabível.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da equiparação salarial e suas exceções.

A alternativa D está correta. A diferença salarial entre Luciana e Paulo é injustificável, pois ambos exercem a mesma função, com diferença de tempo na função inferior a dois anos, preenchendo os requisitos da CLT:

“Art. 461. Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade.

§ 1º Trabalho de igual valor, para os fins deste Capítulo, será o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a quatro anos e a diferença de tempo na função não seja superior a dois anos”.

Contudo, a equiparação com João não é possível, pois a lei veda expressamente que o trabalhador readaptado sirva como paradigma, conforme o § 4º do mesmo artigo:

“Art. 461. (...) § 4º - O trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social não servirá de paradigma para fins de equiparação salarial”.

Devido ao fundamento da letra D, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 75. Uma Organização não Governamental está realizando uma série de parcerias com entidades privadas visando à inserção e ao aprendizado de menores no mercado de trabalho, a fim de estimular o primeiro emprego, bem como evitar os riscos de envolvimento com a criminalidade.

Diante disso, consultou você, na qualidade de advogado(a), a respeito do trabalho do menor como empregado.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, a sua orientação sobre o caso.

a) É permitido ao menor de 18 e maior de 16 anos, o trabalho em bilheterias em cinemas e teatros, das 22 às 24 horas, a fim de não gerar prejuízo à frequência escolar.

b) É permitido ao maior de 16 anos e menor de 18 anos, o trabalho como frentista em postos de gasolina.

c) É permitido ao menor o trabalho em quiosques da orla das praias destinados à venda de comidas de todo o gênero e bebidas alcoólicas e não alcoólicas.

d) É permitido ao menor, a partir de 14 anos, trabalhar na condição de aprendiz.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata das normas constitucionais e legais de proteção ao trabalho do menor de idade.

A alternativa A está incorreta, pois o trabalho noturno é expressamente proibido para menores de 18 anos. A fundamentação está no Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e no Art. 67, I, do ECA:

“Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;”

“Art. 67. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho:

I - noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;”

A alternativa B está incorreta, pois a atividade de frentista é considerada insalubre e perigosa, sendo vedada a menores de 18 anos, nos termos do art. 7 da CF/88 (vide transcrição na alternativa acima).

A alternativa C está incorreta, pois o trabalho em locais de venda de bebidas alcoólicas é proibido ao menor por ser prejudicial à sua formação moral, nos termos do ECA:

“Art. 67. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho:

III - realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;”

A alternativa D está correta, pois reflete a exceção constitucional e legal que permite o trabalho a partir dos 14 anos exclusivamente na condição de aprendiz. A fundamentação está na CLT:

“Art. 403. É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos”.

QUESTÃO 76. Daniele, assistida pelo seu sindicato de classe, ajuizou reclamação trabalhista contra o seu ex-empregador. Na audiência, as partes chegaram a um acordo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), mas o Juiz indeferiu a concessão de gratuidade de justiça à autora, porque a situação financeira dela era, comprovadamente, muito confortável. O Juiz fixou as custas em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Considerando esses fatos e o previsto na CLT, uma vez que nada foi convencionado no acordo, assinale a opção que indica quem pagará as custas.

- a) O reclamado, pois as custas sempre serão pagas pelo réu.**
- b) O sindicato de classe deverá pagar as custas, integralmente.**
- c) Daniele, pois além da sua situação financeira, fez um acordo de vultoso valor.**
- d) Se de outra forma não for convencionado, o pagamento das custas caberá em partes iguais aos litigantes.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre custas processuais na Justiça do Trabalho, especialmente na hipótese de homologação de acordo judicial.

A alternativa A está incorreta, pois parte de uma generalização incompatível com o sistema processual trabalhista. Não existe regra segundo a qual as custas são sempre suportadas pelo reclamado. Embora, na hipótese de condenação, seja comum que o empregador arque com esse encargo, isso decorre da sucumbência e não de uma regra absoluta. No caso de acordo, a CLT afasta essa lógica automática, adotando critério próprio (Veja a transcrição do artigo na alternativa D).

A alternativa B está incorreta porque atribui responsabilidade ao sindicato sem qualquer fundamento legal. O sindicato, ainda que atue como assistente ou representante processual, não assume, por essa condição, o encargo das custas. Sua atuação é institucional e voltada à defesa coletiva ou individual da categoria, não implicando responsabilidade automática por despesas processuais (Veja a transcrição do artigo na alternativa D).

A alternativa C está incorreta porque tenta vincular o pagamento das custas à condição econômica da reclamante e ao valor do acordo, o que não encontra respaldo na legislação. O indeferimento da gratuidade de justiça apenas afasta a isenção das custas, mas não altera a regra de distribuição prevista na CLT. O valor do acordo também não interfere na definição de quem deve arcar com as custas, servindo apenas como base de cálculo (Veja a transcrição do artigo na alternativa D).

A alternativa D está correta porque reproduz exatamente a regra prevista na CLT para a hipótese de acordo judicial. Na ausência de estipulação expressa entre as partes, as custas devem ser suportadas

em partes iguais pelos litigantes, independentemente de quem tenha proposto a ação ou do conteúdo econômico da composição.

“CLT, art. 789, § 3º: As custas serão pagas pelo vencido, após o trânsito em julgado da decisão. No caso de acordo, se de outra forma não for convencionado, serão divididas igualmente entre as partes.”

QUESTÃO 77. Jonas, executado na Justiça do Trabalho, reclamou com você, na condição de advogado(a), porque um Oficial de Justiça chegou à residência dele, em uma quinta-feira, dia útil, às 5h30, com ordem judicial para penhorar o seu imóvel, sendo certo que o mandado de penhora não continha nenhuma previsão de excepcionalidade.

A revolta do executado reside no horário de chegada do Oficial de Justiça à sua residência, o que o obriga a acordar muito cedo, o mesmo valendo para sua esposa.

Sobre os fatos apresentados, considerando o previsto na CLT, assinale a afirmativa correta.

a) O procedimento é regular porque a lei não prevê horário para a prática dos atos processuais.

b) O Oficial de Justiça está equivocado, porque somente poderia realizar o ato processual a partir das 6 horas.

c) O procedimento é irregular, porque a lei prevê que os atos processuais podem ser feitos a partir das 7 horas.

d) Se os atos podem ser realizados até mesmo no domingo, mesmo sem a autorização do Juiz, com igual razão pode ser feito durante a semana, às 5h30.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão exige o conhecimento das regras relativas ao horário de prática dos atos processuais na Justiça do Trabalho, tema aparentemente simples, mas frequentemente cobrado de forma literal em provas.

A alternativa A está incorreta porque ignora a existência de regra legal expressa sobre o horário de prática dos atos processuais. Embora o processo do trabalho seja marcado pela simplicidade e informalidade, isso não significa ausência de limites normativos. Ao contrário, quando se trata de atos que podem afetar diretamente a esfera patrimonial ou a intimidade do executado, a legislação impõe restrições temporais claras (Veja a transcrição do artigo na alternativa B).

A alternativa B está correta porque aplica corretamente o limite legal previsto na CLT. O oficial de justiça não poderia ter iniciado o cumprimento do mandado às 5h30, pois o horário mínimo permitido para a prática desses atos é a partir das 6 horas da manhã, salvo autorização judicial expressa em sentido diverso, o que, no caso, não existia. Esse limite não é meramente formal: ele protege o direito à inviolabilidade do domicílio e à tranquilidade familiar, evitando diligências em horários excessivamente gravosos.

“CLT, art. 770: Os atos processuais serão públicos, salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 às 20 horas.”

A alternativa C está incorreta porque cria um marco temporal inexistente na legislação. A CLT não estabelece o início dos atos processuais às 7 horas, mas sim às 6 horas. Trata-se de erro típico de prova, em que a banca testa a memorização literal do dispositivo.

A alternativa D está incorreta porque confunde duas situações jurídicas distintas. Embora seja verdade que a CLT admite, em certos casos, a prática de atos em domingos e feriados, inclusive independentemente de autorização judicial, isso não significa liberdade absoluta quanto ao horário. A autorização quanto ao dia não elimina a limitação quanto ao período do dia.

QUESTÃO 78. Jorge Lucas trabalhou por um ano na sociedade empresária Alfa Beta Gama Ltda. Insatisfeito por trabalhar várias horas extras diárias sem recebê-las, apesar de consignar corretamente a sobrejornada nos controles de ponto, Jorge Lucas pediu demissão.

Na rescisão do contrato de trabalho, por um equívoco do Departamento de Pessoal, foi pago um valor equivalente ao aviso prévio. Dias depois, Jorge Lucas ajuizou reclamação trabalhista pleiteando horas extras. A sociedade empresária contratou você, como advogado(a), para defendê-la.

Acerca do que poderá ser alegado sobre o equívoco do pagamento a mais de aviso prévio, à luz do entendimento consolidado na jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST), assinale a afirmativa correta.

a) Tendo sido pago o valor do aviso prévio espontaneamente pela sociedade empresária, está preclusa qualquer argumentação a esse respeito.

b) Deverá ser alegada a dedução dos valores pagos a título de aviso prévio da condenação ao pagamento dos valores relativos às horas extras.

c) Deverá ser alegada a compensação do valor pago a título do aviso prévio com eventual condenação em horas extras, o que deverá ser feito em sede de contestação.

d) Deverá ser alegada a quitação do valor pago a título do aviso prévio com eventual condenação em horas extras, o que poderá ser feito em qualquer momento processual na instância ordinária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a distinção entre compensação, dedução e quitação, especialmente no contexto de valores pagos indevidamente no curso do contrato ou na rescisão.

A alternativa A está incorreta porque confunde pagamento espontâneo com renúncia ao direito de discutir o valor. O simples pagamento indevido não gera preclusão lógica nem impede a parte de buscar sua recuperação ou compensação. No processo do trabalho, não há regra que impeça o empregador de

alegar erro material ou pagamento indevido, desde que o faça pelos meios processuais adequados. No caso, aplica-se subsidiariamente à justiça do trabalho, o artigo 336 do Código de Processo Civil.

“CPC, Art. 336. Incumbe ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir.”

A alternativa B está incorreta porque utiliza indevidamente o conceito de dedução. A dedução pressupõe pagamento anterior da mesma verba ou de parcela de idêntica natureza jurídica, o que não ocorre no caso. Aviso prévio e horas extras são parcelas distintas, com fundamentos diversos (rescisório x salarial). Portanto, não há falar em dedução, mas sim em compensação.

A alternativa C está correta porque identifica corretamente a natureza jurídica da providência cabível: compensação. Como se trata de créditos distintos, aviso prévio pago indevidamente e eventual condenação em horas extras, a empresa deve requerer expressamente a compensação, e isso deve ser feito em sede de contestação, sob pena de preclusão. Esse entendimento está alinhado com a jurisprudência consolidada do TST, que exige a alegação oportuna da compensação, não admitindo sua apreciação de ofício pelo juiz.

“CLT, Art. 767 - A compensação, ou retenção, só poderá ser arguida como matéria de defesa.”

“CC, Art. 368. Se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem.”

“TST, Súmula 48. A compensação só poderá ser arguida com a contestação.”

“TST, Súmula 18. A compensação, na Justiça do Trabalho, está restrita a dívidas de natureza trabalhista.”

A alternativa D está incorreta porque fala em “quitação” e admite alegação a qualquer tempo, o que não se sustenta juridicamente. Quitação pressupõe extinção da obrigação por pagamento válido, o que não ocorreu aqui, pois houve pagamento indevido. Além disso, matérias como compensação não podem ser alegadas a qualquer momento, devendo ser suscitadas na fase de defesa, sob pena de preclusão.

“CC, Art. 320. A quitação, que sempre poderá ser dada por instrumento particular, designará o valor e a espécie da dívida quitada, o nome do devedor, ou quem por este pagou, o tempo e o lugar do pagamento, com a assinatura do credor, ou do seu representante.”

QUESTÃO 79. Em determinada reclamação trabalhista que tramita perante a 60ª Vara do Trabalho de Maringá, PR, o autor requereu o pagamento do vale-transporte, que jamais fora pago, e as diferenças do FGTS, afirmando que, em parte do contrato, ele não foi depositado pelo ex-empregador na conta vinculada.

Em defesa, a sociedade empresária sustentou que o empregado não necessitava de vale-transporte, porque ele residia próximo à sede da sociedade empresária em que exercia as suas atividades, deslocando-se a pé para ir ao serviço e voltar, e que recolheu de forma incorreta o FGTS.

Sobre o ônus da prova, considerando os fatos narrados e o entendimento consolidado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), assinale a afirmativa correta.

- a) Tanto em relação ao vale-transporte quanto ao FGTS, o ônus da prova caberá ao empregado.**
- b) Em relação ao vale-transporte caberá à sociedade empresária; quanto ao FGTS, ao trabalhador.**
- c) Em relação ao vale-transporte, caberá ao trabalhador; quanto ao FGTS, à sociedade empresária.**
- d) Tanto em relação ao vale-transporte quanto ao FGTS, o ônus da prova caberá à sociedade empresária.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre o regime de distribuição do ônus da prova no processo do trabalho, especialmente em hipóteses em que há fato negativo alegado pelo empregado e fato impeditivo/modificativo alegado pelo empregador.

A alternativa A está incorreta porque aplica de forma mecânica a regra geral do ônus da prova ao empregado. No caso do vale-transporte, embora o direito dependa de declaração do empregado, a jurisprudência consolidada do TST entende que cabe ao empregador comprovar que o trabalhador não fazia jus ao benefício, especialmente quando sustenta fato impeditivo, como a proximidade da residência. No tocante ao FGTS, a lógica é ainda mais clara: o empregador é quem detém os comprovantes de recolhimento, razão pela qual não se pode exigir do empregado prova negativa de não depósito.

“TST, Súmula 460: É do empregador o ônus de comprovar que o empregado não satisfaz os requisitos indispensáveis para a concessão do vale-transporte ou não pretenda fazer uso do benefício.”

“TST, Tema 273: FGTS. DIFERENÇAS. RECOLHIMENTO. É do empregador o ônus da prova em relação à regularidade dos depósitos do FGTS, pois o pagamento é fato extintivo do direito do autor (art. 373, II, do CPC de 2015). (Reafirmação da Súmula nº 461 do TST)”

A alternativa B está incorreta porque acerta parcialmente quanto ao vale-transporte, mas erra ao atribuir ao empregado o ônus de provar irregularidade no FGTS. O entendimento consolidado do TST é no sentido de que o ônus de comprovar a regularidade dos depósitos fundiários é do empregador, justamente porque se trata de obrigação legal cuja documentação está sob seu domínio (TST, Tema 273)

A alternativa C está incorreta porque inverte indevidamente o ônus da prova quanto ao vale-transporte. Embora o benefício dependa de manifestação do empregado, uma vez alegada sua supressão, incumbe ao empregador demonstrar fato impeditivo do direito, como a desnecessidade do benefício. Além disso, acerta quanto ao FGTS, mas isso não salva a alternativa. (Veja as transcrições na alternativa A).

A alternativa D está correta porque reflete fielmente a jurisprudência consolidada do TST. No que se refere ao vale-transporte, aplica-se o entendimento da Tribunal Superior do Trabalho, consagrado na

Súmula 460. Já em relação ao FGTS, prevalece o entendimento consolidado na Súmula 461 do TST. Além disso, o Tema 273 do TST reforça essa orientação, evidenciando que não se pode exigir do trabalhador a prova de fato negativo (ausência de depósito), quando o empregador possui plena aptidão para demonstrar a regularidade dos recolhimentos.

“TST, Súmula 460: É do empregador o ônus de comprovar que o empregado não satisfaz os requisitos indispensáveis para a concessão do vale-transporte.”

“TST, Súmula 461: É do empregador o ônus da prova em relação à regularidade dos depósitos do FGTS.”

QUESTÃO 80. Em determinada reclamação trabalhista que tramita perante a 58ª Vara do Trabalho de Cuiabá, MT, o pedido formulado foi julgado procedente em parte. A sociedade empresária reclamada recorreu ordinariamente e o reclamante, de forma adesiva.

Distribuídos os apelos pelo Tribunal Regional, o Relator verificou que o recurso ordinário da reclamada se encontrava intempestivo, já que interposto no 16º dia contado da publicação da sentença.

Considerando esses fatos e a norma de regência, assinale a afirmativa correta.

a) Os dois recursos não serão conhecidos.

b) O recurso ordinário não será conhecido, e o recurso adesivo será apreciado.

c) O recurso adesivo não será conhecido, salvo se o reclamante recorrente tiver feito o preparo na forma da lei.

d) Equivocado o Relator, pois, havendo recurso adesivo, o prazo é contado em dobro, pelo que o recurso ordinário é tempestivo e será conhecido.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra A**. A questão exige o domínio da disciplina do recurso adesivo no processo do trabalho, especialmente sua natureza subordinada em relação ao recurso principal.

A alternativa A está correta porque reconhece a consequência lógica da inadmissibilidade do recurso principal. Sendo o recurso ordinário da reclamada intempestivo, ele não será conhecido. Como o recurso adesivo é juridicamente dependente, ele também não será conhecido, ainda que, isoladamente, estivesse tempestivo e regular.

“CPC, Art. 997. Cada parte interporá o recurso independentemente, no prazo e com observância das exigências legais.

§ 1º Sendo vencidos autor e réu, ao recurso interposto por qualquer deles poderá aderir o outro.

§ 2º O recurso adesivo fica subordinado ao recurso independente, sendo-lhe aplicáveis as mesmas regras deste quanto aos requisitos de admissibilidade e julgamento no tribunal (...)

A alternativa B está incorreta porque ignora a natureza subordinada do recurso adesivo. Não é possível analisar o recurso adesivo de forma autônoma quando o principal é inadmissível. A existência do recurso principal válido é requisito de admissibilidade do adesivo.

A alternativa C está incorreta porque traz requisito irrelevante para o caso. O preparo não interfere na lógica da subordinação. Ainda que o recorrente adesivo tivesse feito preparo corretamente, o recurso não poderia ser conhecido diante da inadmissibilidade do recurso principal.

A alternativa D está incorreta porque cria regra inexistente. Não há previsão legal de contagem em dobro do prazo recursal pelo fato de existir recurso adesivo. O prazo do recurso ordinário é de 8 dias, independentemente de haver recurso adesivo.

“CLT, Art. 895 - Cabe recurso ordinário para a instância superior:

I - das decisões definitivas ou terminativas das Varas e Juízos, no prazo de 8 (oito) dias;”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: vinicius.militao@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreiraJuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreiraJuridica)